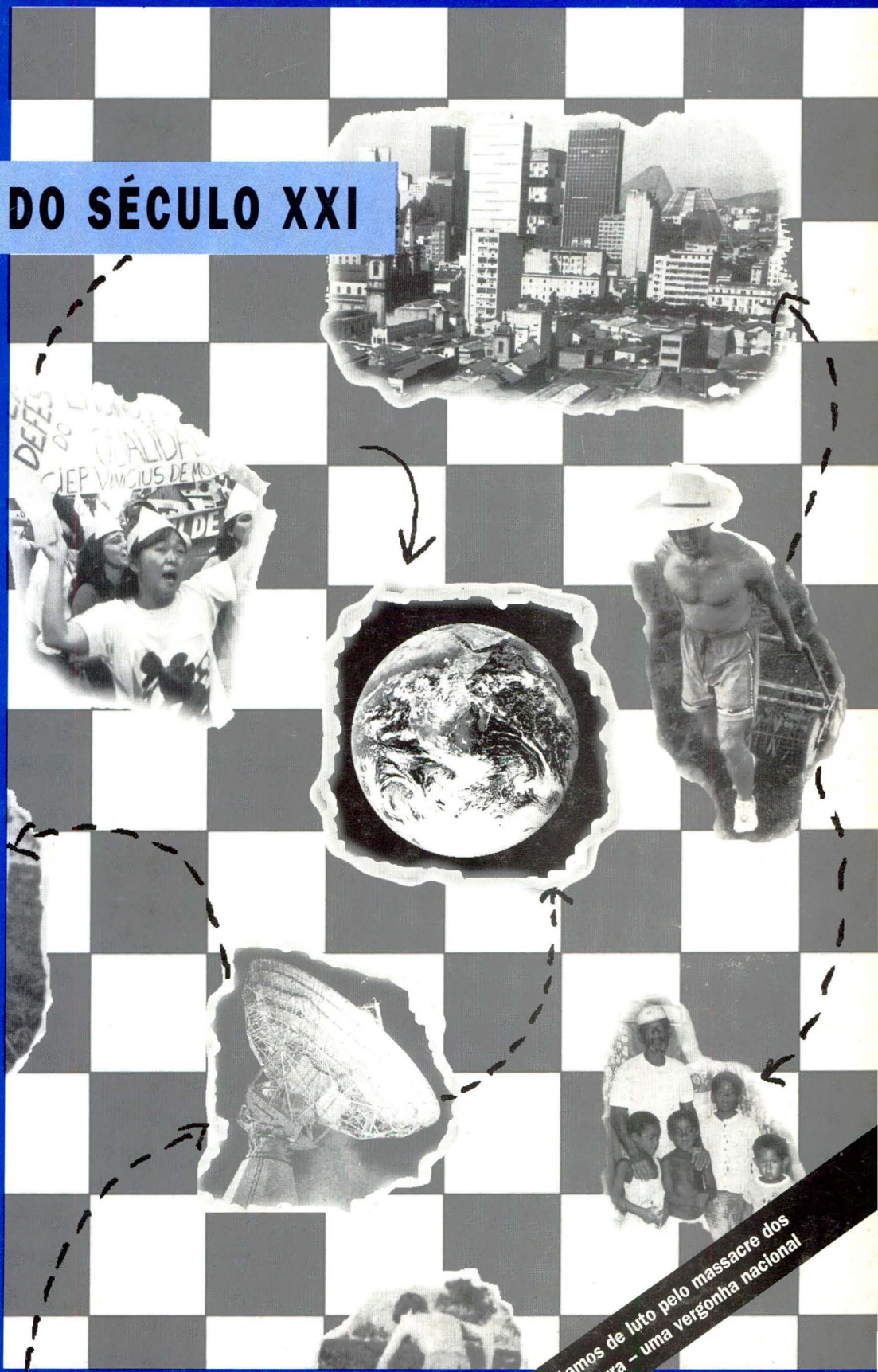
EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

PROPOSTA

Uma revista trimestral da FASE • Ano 24 • Março de 1996 • Nº 68 • Preço: R$ 6,00

CENÁRIOS DO SÉCULO XXI



ENTREVISTAS
- Renato Lessa
- José Luís Fiori

REFORMA E CONTRA-REFORMA DO ESTADO NO BRASIL
Francisco de Oliveira

A EDUCAÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO – IMPASSES E POSSIBILIDADES
Regina Leite Garcia

Estamos de luto pelo massacre dos sem-terra – uma vergonha nacional

FASE

ASSINE JÁ A REVISTA PROPOSTA

nº 67	Movimentos Populares Urbanos
nº 66	Mudar a Vida
nº 65	Repensando o Brasil II
nº 64	Globalizar ou integrar?
nº 63	Trabalho e renda
nº 62	Crise urbana
nº 61	Repensando o Brasil
nº 60	Genocídio social
nº 59	Cidadania e políticas públicas
nº 58	Democratização dos meios de comunicação
nº 57	Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
nº 56	Desenvolvimento e meio ambiente
nº 55	Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
nº 54	Democratizando a cidade
nº 53	Qual desenvolvimento?
nº 52	Educação básica: essa crise tem solução
nº 50	Organização sindical nos locais de trabalho
nº 49	Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
nº 48	Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
nº 46	Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
nº 44	Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
nº 43	Vídeo popular: as outras cores da imagem
nº 42	Assalariados rurais: para onde vai a organização
nº 41	Mulheres, a política no cotidiano
nº 40	Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo

FAÇA SUA ASSINATURA E GANHE MAIS DUAS REVISTAS

COPIE E ENVIE O CUPOM AO LADO PARA:

Revista PROPOSTA
R. das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro - RJ

Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

Cupom de assinatura

❑ Cheque nominal à FASE ❑ Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome:

Endereço:

Bairro: CEP:

Cidade: Estado:

Profissão: Tel/Ramal:

Data:

Área de interesse: ❑ Sindicalismo ❑ Questões rurais ❑ Questões urbanas ❑ Comunicação ❑ Ecologia ❑ Outros

Assinatura Anual	Número Avulso	Exterior
❑ R$ 20,40	❑ R$ 6,00	❑ US$30.00

CENÁRIOS DO SÉCULO XXI

EDITORIAL

A MORTE ANUNCIADA DOS MODELOS E PARADIGMAS DO SECULO XX 1

CRIATIVIDADE E DEPENDÊNCIA 5
Pedro Claudio Cunca Bocayuva

REFORMA E CONTRA-REFORMA DO ESTADO NO BRASIL 10
Francisco de Oliveira

ENTREVISTA

DISTRIBUIÇÃO, INTEGRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO: AS TRÊS CRISES BRASILEIRAS MAL RESOLVIDAS 15
Renato Lessa

ENTREVISTA

GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: A VULNERABILIDADE DAS ECONOMIAS NACIONAIS 23
José Luís Fiori

PARA ONDE VAI O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO? 32
André Urani

MEU TRABALHO VALE MAIS 37
Fernanda Carísio

A EDUCAÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO: IMPASSES E POSSIBILIDADES 43
Regina Leite Garcia

O RETORNO DO SOCIAL NA FRANÇA E A CRISE DA HEGEMONIA NEOLIBERAL 49
Jose María Gómez

MISÉRIAS E GRANDEZAS DE NOSSA ÉPOCA. SEU IMPACTO NA SUBJETIVIDADE MODERNA 56
Graciela Quintana de Gómez

FASE NACIONAL
Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
Telex: 2134201 foas BR
E-Mail: fase@ax.apc.org

FASE-ABAETETUBA
Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 - Abaetetuba - PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
66055-080 - Belém - PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-CÁCERES
Rua 06 Quadra 03, casa 18
Monte Verde
78200-000 - Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.: (082) 223-4615

FASE-CAPANEMA
Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 - Capanema - PA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-ITABUNA
Rio Barão do Rio Branco, 93 - Califórnia
45600-000 - Itabuna - BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-MACEIÓ
Rua do Comércio, 41/sala 105
Edifício Santa Terezinha - Centro
57020-000 - Maceió - AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE-MANAUS
Rua 47, n °961, conjunto 31 de Março
Bairro Japiim I
69077-480 - Manaus - AM
Caixa Postal 531
CEP 69011-970
Tel/Fax: (092) 237-7483

FASE-MARABÁ
Folha 27, Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá
68509-160 - Marabá - PA
Caixa Postal 73
CEP 68508-970
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 470
90220-160 - Porto Alegre - RS
Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE
Rua Viscondessa do Livramento, 168 - Derbi
52010-060 - Recife - PE
Tel/Fax: (081) 423-3826

FASE-RIO DE JANEIRO
Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO
Rua Loefgren, 1651 casa 6 - Vila Clementino
04040-032 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

FASE-VITÓRIA
Rua Graciano Neves, 377/2° pav.
29015-530 - Vitória - ES
Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

PROPOSTA
N° 68 – março de 1996
Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial
Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Angela de Carvalho Borba
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Mabel de Faria
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Júnior
Paulo Gonzaga
Paulo Sérgio Muçouçah
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Ricardo Tavares
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Yara Ninô

Assessora de Comunicação
Sandra Mayrink Veiga

Editora Responsável
Yara Ninô

Organização n° 68
Sandra Mayrink Veiga
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Apoio Técnico
Silvia Helena Matos Brandão

Capa:
Fotos Imagens da Terra
Layout Nathalia Cavalcante

Diagramação
Teresa Guilhon

Ilustrações:
Marta Strauch

Editoração Eletrônica
Caravela Comunicação Visual

Informações e Vendas
Paulo César Barros

Redação
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

A MORTE ANUNCIADA DOS MODELOS E PARADIGMAS DO SÉCULO XX

A opção por artigos e entrevistas que nos permitissem interpretar este período final do século XX nos levou a identificar um conjunto de questões que fazem parte dos cenários que combinam a morte anunciada dos modelos e paradigmas do século XX e uma retórica radicalizada na defesa de aspectos ainda incertos dos fenômenos que caracterizam a transição histórica cuja marca aparente é, grosso modo, engolfada na categoria da globalização.

No trabalho de construção deste número de PROPOSTA, consideramos alguns temas chaves que se conectam a transformações que colocaram abaixo a grande maioria das formas e políticas que hegemonizaram os modelos de desenvolvimento no pós-45.

Iniciamos este número tentando captar o sentido sempre renovado da limitação estratégica presente na matriz de desenvolvimento do capitalismo tardio e periférico no Brasil. O tema da renovação e da continuidade do modelo de dependência associado dos blocos dominantes nos diferentes ciclos de modernização aparece na abertura deste número.

Continuamos com uma seqüência variada de artigos que tentam compreender o fenômeno político da crise do Estado e as dificuldades de construção da representação nas condições de crise de legitimidade e de precariedade das formas e instituições políticas entre nós.

A questão do chamado ajustamento e reestruturação das políticas ligadas à globalização financeira do capital e as ameaças e vulnerabilidades provocadas pela "bolha especulativa" são aqui colocadas no pano de fundo do embate entre o paradigma neoliberal e a recuperação da política como crítica aos rumos sociais perversos dos diferentes tipos de mercados ao longo da formação da economia mundial.

As políticas públicas de educação e o tema das transformações e desregulamentação do trabalho são tratados de maneira mais propositiva, assim como ampliamos o ângulo de análise através dos temas da solidariedade individual e coletiva como base ético-normativa para a construção de uma esfera de mundo compartilhado.

Esse conjunto de reflexões e preocupações que montam em parte um cenário e eixos temáticos de uma agenda do novo século que se afirma no desfecho do atual, ganha uma expressão emblemática e concentrada no recente conflito social na França, onde os impasses entre a transição rumo a uma nova utopia desregulamentadora do mercado tem como adversário a mobilização de uma cidadania que, consciente de suas incertezas, se surpreende com sua capacidade de recuperar conquistas sociais passadas como direitos que devem ser de algum modo mantidos.

Passado, presente e futuro se cruzam nos tempos de transição, o que se reflete através de um sentido ético-político que permanece em meio a incertezas na valorização coletiva de temas clássicos da cidadania, da democracia e do bom governo como condições de bem-estar coletivo nas diferentes contribuições deste número de PROPOSTA.

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Diretor da FASE Nacional

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
Ana Clara Torres Ribeiro

VICE-PRESIDENTE
Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª SECRETÁRIA
Leilah Landim Assumpção

2ª SECRETÁRIA
Márcia Pereira Leite

3º SECRETÁRIO
Revdo. Paulo Pena Schutz

SUPLENTES
Décio Lima de Castro
Fernanda Carísio
Luis Carlos Delorne Prado
Maria Lucia Karan
Paulo Totti

CONSELHO FISCAL
Jorge Vicente Muñoz
Carlos Bernardo Vainer
Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

SUPLENTES
Ricardo de Gouvêa Corrêa
José Moreira Bartholo

ASSOCIADOS EFETIVOS
José Sérgio Leite Lopes • Silvio Caccia Bava • Braulio Rodrigues da Silva • Sérgio Goes de Paula • Rosiska Darcy de Oliveira • Cândido Grzybowski • Herbert de Souza • Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho • Lysâneas Maciel • Otília Silva Leite • Luís Eduardo Soares • Ênio Candotti • Uri Gomes Machado • Alexandre Sgrezia • Lizt Vieira • Antonio Abreu • Carlos Nelson Coutinho • Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório • Renato Sérgio Maluf • Ricardo Peret • Pe. Adelar Pedro de David • Lícia Valadares • Wanda Engel Aduan • Peter Collins Cona

DIRETOR EXECUTIVO
Jorge Eduardo Saavedra Durão

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Virgilio Rosa Neto

DIRETOR DA ÁREA TRABALHO E RENDA
Pedro Claudio Cunca Bocayuva Cunha

DIRETOR DA ÁREA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
Maria Emilia Lisboa Pacheco

DIRETOR DA ÁREA POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA
Orlando Alves dos Santos Junior

FASE • educando para a cidadania e o desenvolvimento

Fundada em 1961, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio a atividades de organização de base e aos processos de construção da democracia e da cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não-governamental de educação e de desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 10 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 35 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos das últimas três décadas. Presença esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional, a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos, e outras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisas e da publicação de cartilhas, livros e da Revista PROPOSTA e da promoção de ações coletivas, tais como campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos e partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agências internacionais de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

Missão

- Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.
- Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

Objetivos no próximo trienal:

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.
- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.
- Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assalariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.
- Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população.

Estratégia

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras três temas com a preocupação permanente de enfocar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

1 **Meio Ambiente e Desenvolvimento** Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento

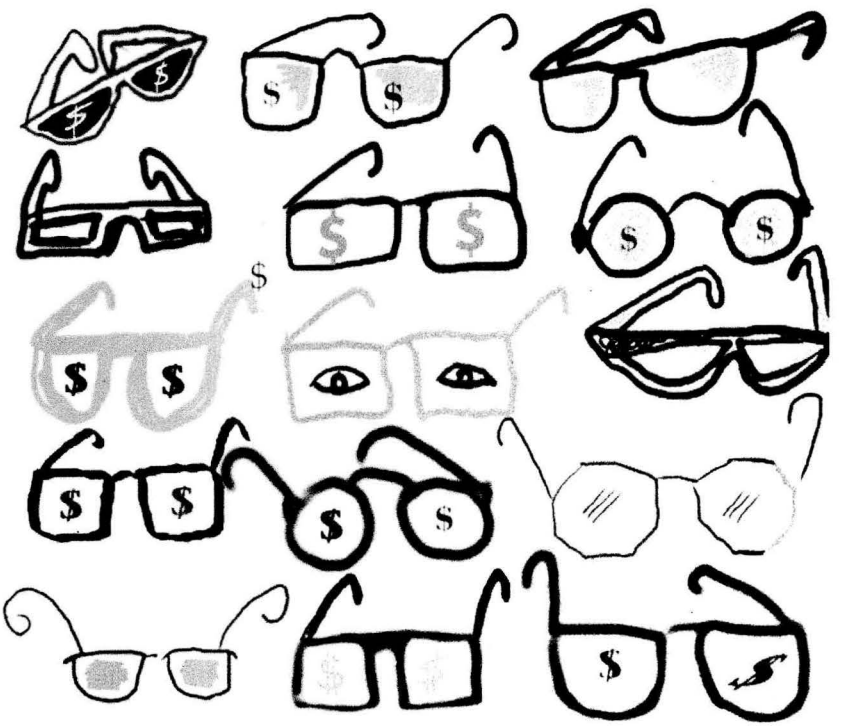
2 **Trabalho e Renda** Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.

3 **Cidadania, políticas públicas e questão urbana** Participação popular na definição das políticas públicas.

CRIATIVIDADE E DEPENDÊNCIA

Cunca Bocayuva

"Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, comporta um elemento de intencionalidade. As condições requeridas para que esse elemento se manifeste com vigor dão-se historicamente, ou seja, são irredutíveis a esquemas formalizáveis. Somente o enfoque analógico nos permite abordar questões como por que se intensifica a criatividade e por que os frutos desta convergem para produzir e realizar um projeto de transformação social com o qual se identificam os membros de uma coletividade?" (Celso Furtado)



MARTA STRAUCH

O enfoque neoliberal do desenvolvimento

O final do século exige que nos debrucemos sobre a matriz de longa duração da formação do nosso processo de desenvolvimento. Se estamos impossibilitados de um novo salto para diante dentro da velha matriz desenvolvimentista, os termos da modernização conservadora continuam impregnando os padrões culturais e sócio-políticos de nosso capitalismo tardio. Os termos da problemática da dependência não foram de todo superados pelo condicionamento da globalização. Os problemas da autonomia e da centralidade do Estado no nosso paradigma de capitalismo tardio – que resultou na forma específica de semiperiferia industrial que somos – não podem ser rompidos de uma penada só pela imposição de ritmos e padrões de reestruturação adaptativa.

Mais do que nunca, aspectos esquecidos do debate sobre o desenvolvimento e a industrialização reaparecem como questões pertinentes. São questões que deverão ser levadas em conta por qualquer estratégia que responda aos paradigmas do capitalismo em reestruturação e em transição na direção de formas grosso modo interpretadas de maneira linear pelos condutores do ajuste neoliberal a partir dos padrões da chamada "terceira onda" ou do pós-industrial.

Gostaríamos nessa reflexão de retomar aspectos da longa duração do ciclo da modernização autoritária sob a forma política da dependência associada. Situaremos alguns dos aspectos ainda dominantes da velha temática do desenvolvimento que continuam a marcar a longa duração e os termos de reorganização das estratégias políticas dos blocos e forças sociais que pretendem reorientar a inserção do Brasil no contexto internacional pós-Guerra Fria.

A ótica economicista marca a postura conjuntural dos governos que adotam a estratégia voltada para a idéia de interdependência

CUNCA BOCAYUVA – Diretor da Área de Trabalho e Renda da FASE e Mestre em Relações Internacionais pelo IRI-PUC.

orientada pelo ajustamento estrutural via condicionalidades externas dos mecanismos hegemônicos no espaço financeiro da globalização. Assim, temos uma racionalidade sócio-política que conclui de maneira apressada pela desmontagem dos mecanismos estatais da herança desenvolvimentista com a abertura internacional e as reformas orientadas para o mercado. Seu resultado mais concreto é uma gigantesca desregulação das formas institucionais clássicas do Estado desenvolvimentista brasileiro, com seus efeitos mais gerais sobre a organização das relações sociais.

A disjuntiva entre o econômico e o político vem trazendo uma marca decisiva sobre a despolitização crescente do social em nome da eficácia e da rentabilidade do *ethos* competitivo. Trata-se de uma contra-revolução liberal tardia que inocula entre nós uma subordinação cultural ao capitalismo competitivo e suas formas, fazendo tábula rasa das experiências de regulação social que nortearam o espaço-mundo do desenvolvimento que caracterizou as vitórias materiais e sociais do mundo industrial, via fordismo e *welfare state*.

O declínio das regulações sociais e a autonomia e a despolitização dos processos de valorização do capital tornam a vulnerabilidade uma opção por parte dos novos condutores das políticas de ajuste. Mas, seu açodamento, que aparece como um diagnóstico acertado da hegemonia do paradigma global competitivo e do binômio reestruturação-revolução da informação, parece-nos, no pano-de-fundo da longa duração, uma reprodução político-cultural do *ethos* de subalternidade que marcou o projeto de modernização conservadora entre nós. Isto sem falar dos aspectos de sustentação dos custos políticos de coalizões com forte peso conservador. Estas acentuam o deslocamento e a despolitização do social, fazendo do darwinismo clássico das formas de regulação social um aliado dos deslocamentos de poder econômico e político que visam atender às demandas de minimalização forçada do Estado.

Mais do que nunca, aspectos esquecidos do debate sobre o desenvolvimento e a industrialização reaparecem como questões pertinentes.

Podemos detectar aqui uma inversão nos termos da adesão do bloco hegemônico na sociedade brasileira. De uma noção de desenvolvimentismo e industrialismo genérico cartorial-corporativo, decide-se hoje pela complementaridade e pelos chamados nichos de especialização na nova divisão internacional do trabalho (DIT), definindo essa política como a forma possível de se manter integrado no contexto da globalização. A globalização, por sua vez, é entendida sempre sob o viés de uma forma única e determinada de adesão aos padrões de um regime de acumulação novo já determinado pelo ultraliberalismo tardio. Este se tornou vitorioso com a derrota dos experimentos nacional-keynesianos e seus elos políticos entre as opções mais ou menos social-democratas e a presença do cenário de bipolaridade dado pelo socialismo real.

Decide-se hoje pela complementaridade e pelos chamados nichos de especialização na nova divisão internacional do trabalho (DIT), definindo essa política como a forma possível de se manter integrado no contexto da globalização.

As alternativas dominantes no período pós-guerra foram afetadas por uma crise de regime de acumulação que, sob o aspecto ideológico, resultou numa virtual liquidação da racionalidade crítica e da abordagem social em economia política. Do ponto de vista da política imediatamente derivada da idéia de entronização dos padrões competitivos e da busca do equilíbrio no mercado internacional, essa opção acaba se reduzindo a uma exposição ampliada da economia brasileira ao condicionamento dominante no cenário internacional, sem que a coordenação, via política industrial e parâmetros de competitividade e especialização, ganhe força.

Por isso os desequilíbrios, que sempre retornam por força da matriz estrutural, são negados por essa política e seu discurso de sustentação. E esta política só pode ser viabilizada por força de restrições da demanda e de estratégias que identificam, no intervencionismo estatal e na "rigidez" do mercado de trabalho, obstáculos para que a abertura econômica, com seu conjunto de reformas liberalizantes e os efeitos da estabilização monetária e cambial, cumpra sua função de atratividade de novos investimentos externos. Ficamos, assim, aprisionados pela política de ajustamento macroeconômico que sustenta uma crise de criatividade e inovação nas formas de coordenação e nas possibilidades de desenhos alternativos para um projeto de redefinição dos termos de nossa reinserção na DIT.

Esta visão, apoiada pelos esforços e experimentos políticos

diferenciados nos países de capitalismo avançado, resgata uma relação entre Estado e mercado que sempre teve presença no pensamento econômico brasileiro com Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Este fato torna o debate sobre as concepções de desenvolvimento econômico bem menos ausente do que se possa supor ao longo dos anos de industrialização substitutiva, seja do ângulo do comportamento e pragmatismo das elites, seja do ângulo da doutrina. Aliás, o trabalho de Ricardo Bielschowsky sobre o "Pensamento econômico brasileiro" permite percorrer um vasto afresco sobre as diferentes correntes que influenciaram e ainda se projetam sobre os temas do desenvolvimento e da industrialização periférica brasileira tardia.

A interpretação economicista

Mas o que surpreendeu a muitos foi o deslocamento de personalidades formadoras da matriz sociológica crítica. Pela via de um realismo político economicista, estas personalidades optaram por uma forma tecnocrática de adesão ao neoliberalismo, criando um caldo de cultura inesperado para a sustentação das reformas liberalizantes. Tais reformas vêm sendo bem desvendadas em seu paradoxo, como veremos, pelos que resgatam as possibilidades de uma reflexão crítica do ponto de vista das ciências sociais e/ou desde a esquerda no terreno político.

As oportunidades abertas pela globalização exigiriam mais do que estratégias adaptativas. Daí que, como nota de pé-de-página dessa política neoliberal, subjaz uma leitura simplista do experimento asiático, dos NICs como expressão do êxito pela sua especialização e vocação externo-centrada. Deixa-se de lado o formato estatal e empresarial dessas trajetórias de industrialização tardia com seus respectivos termos de integração da divisão internacional do trabalho. Mediações históricas e geopolíticas são esquecidas pela negação discursiva da trajetória dos capitalismos exitosos da RFA e do Japão e dos dilemas pós-Reagan, nos termos colocados pelo debate da eleição de Clinton. Estamos à mercê de estratégias de ajustamento macroeconômico e reestruturação produtiva que abrem mão de uma análise comparativa das políticas de inserção nacional em face a uma seletividade de análise de tendências da globalização que se convertem em estratégias limitadas e pouco consistentes de reinserção na DIT em transformação.

Nada pode substituir o retorno à politização do debate sobre os rumos da economia, muito menos quando as mediações institucionais parecem tão enfraquecidas quanto o movimento ativo dos atores sociais.

Podemos identificar esta leitura simplista como um modo de legitimar o refluxo e a reciclagem do industrialismo desenvolvimentista abrangente e "abstrato" das décadas passadas (que permitiu os padrões de associação típicos do nosso capitalismo). Hoje, busca-se uma modificação neste industrialismo em direção a novas perspectivas de associação via estratégia de financeirização e desmontagem da macrocoordenação estatal. Tenta-se encontrar uma via de otimização para um novo padrão de inserção internacional supostamente já plenamente definido e com formato único.

Entretanto, essa virada preserva duas características centrais do nosso regime de acumulação econômico-social: a primeira diz respeito aos limites da liderança por parte dos setores dominantes para implementarem um potencial endógeno de padrão de desenvolvimento adaptado aos problemas da transição industrial de fim de século. Esta característica choca-se com barreiras na reatualização dos aspectos tecnológicos, na problemática organizacional e cultural do nosso tecido industrial-produtivo e de nossa cultura empresarial. A segunda é a da exclusão social e técnico-cultural que se articula com o problema da incorporação das classes trabalhadoras e setores populares em um padrão de vida baseado nos níveis de bem-estar social (definidos como mínimos para o ingresso e ultrapassagem dos termos propostos pela modernidade do século XX). No nosso entendimento, o novo paradigma tecnológico, com sua base na aprendizagem coletiva para gestar novas opções de solução da crise pela oferta desde processos e produtos num regime de produtividade renovado, fica anulado por uma certa matriz cultural empresarial e uma visão distorcida para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Disto decorre que os termos ideológicos e o formato das políticas tenham dificuldades em superar aspectos matriciais da dependência associada. Deixam-nos ao sabor do realismo restrito das novas tecnocracias internacionalizadas que substituem a sociologia crítica do desenvolvimento por uma adesão acelerada aos condicionamentos de uma instável macrocoordenação internacional baseada nos parâmetros das moedas fortes. O tema da moeda ganha contorno político evidente. Ele aparece com base na legitimidade

das condições em que esse economicismo envolve o conjunto da institucionalidade política e restringe os termos da construção democrática. Impinge-se uma autonomia reforçada da administração da moeda e uma opacidade quanto aos verdadeiros custos e riscos do processo de reestruturação financeira exigido pelo atual formato da política de estabilização.

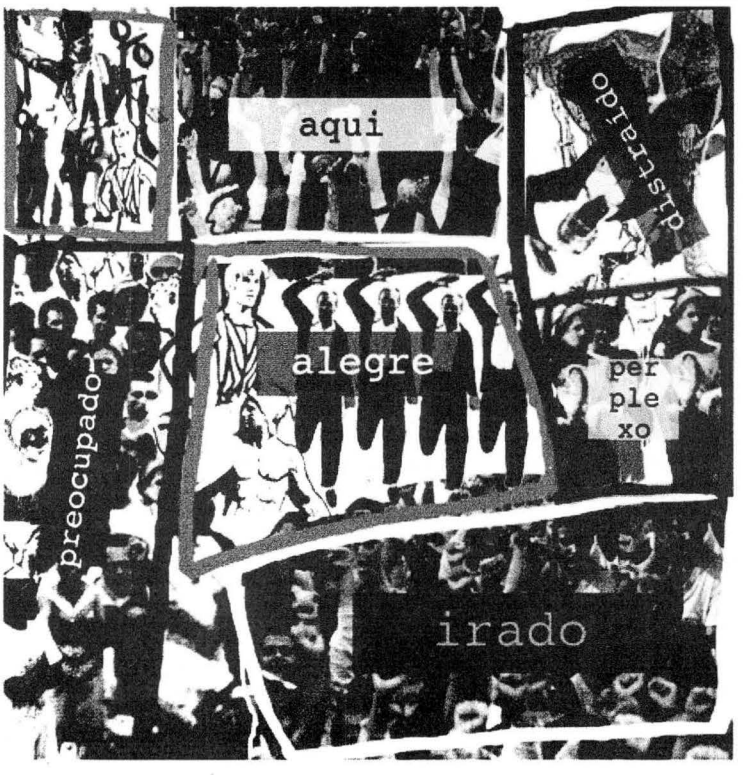
O economicismo de tecnocratas ajustados aos termos do novo sistema de relações multilaterais e coordenações de macropolíticas adaptadas aos padrões facilitadores dos mecanismos de valorização de um capitalismo internacional volátil e flexível transfronteiras soma-se ao mimetismo típico das elites culturais e empresariais brasileiras. Este economicismo significa uma atualização dos termos sem perda do essencial do padrão comportamental que instaurou a ideologia do desenvolvimentismo entre nós. Isto nos leva a um resgate do elemento cultural chave na descrição do comportamento social dos atores que lideraram a industrialização dependente na tentativa de uma ultrapassagem dos termos herdados do período agroexportador. O vazio detectado pelos analistas da crise do modelo de industrialização substitutiva nunca foi tão fundo, deixando inconteste o pragmatismo e o limite de horizonte autônomo, próprios do modelo político brasileiro e seu substrato cultural, em termos de afirmação para a negociação estratégica na cena internacional.

A matriz político-cultural

É Celso Furtado, cuja obra sempre se renova e acaba desapercebida pelos atores políticos, que desde há muito nos adverte para uma matriz de longa duração desse estilo que marca os limites da dependência associada como estratégia do possível de escolhas em termos de desenvolvimento para as sociedades periféricas latino-americanas. Estes limites permanecerão se os termos do debate

No nosso entendimento, o novo paradigma tecnológico fica anulado por uma certa matriz cultural empresarial e uma visão distorcida para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

MARTA STRAUCH



continuarem definidos pelas forças sociais que conduziram as formas de modernização e industrialização na semiperiferia industrial latino-americana. Destacamos e propomos uma leitura renovada e invertida dos termos colocados no capítulo IV "Da ideologia do progresso à do desenvolvimento", de seu livro *"Criatividade e Dependência"*, que faz parte de muitas das suas releituras e reconstruções de uma teoria do desenvolvimento. Estas releituras crescentemente se transmutaram em uma verdadeira filosofia crítica do desenvolvimento ao longo da década de 80. O peso da obra de Celso Furtado e da sua trajetória de cientista social, professor, técnico e homem público devem ser parte do resgate da crítica estrutural que deve ser renovada no horizonte da0. reconstrução da economia política e do pensamento sociológico crítico neste fim de século.

Podemos compreender a relação entre estilo de desenvolvimento associado e matriz de longa duração nos pactos para o desenvolvimento restrito das periferias latino-americanas e do Brasil através da reinterpretação e do uso instrumental crítico do seguinte trecho do citado capítulo:

"(...) O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela idéia mais mobilizadora de desenvolvimento. Privados progressivamente de me-

mória histórica e senso de identidade, referidos a um sistema de medidas concebido para os fins da acumulação, os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial passaram a ser classificados, ordenados e etiquetados, transfigurados em identidades abstratas cujo comportamento se explica exaustivamente a partir de um número limitado de dados. Posto que se concebe o 'desenvolvimento' como uma performance internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios –, a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo."

Partindo do mesmo fundamento, porém recolocando e invertendo os termos do texto citado acima, temos atualmente um retorno ao liberalismo fora de lugar, gerando mudanças de forma por força dos condicionamentos das tendências da globalização-reestruturação-revolução da informação. Mas a estratégia adaptativa parece assemelhar-se a esse estilo matricial de comportamento estratégico do ator empresarial e do bloco dominante, onde a criatividade está limitada pelo esforço renovado de preservação desse estilo "fugaz".

Longe de ser um aporte moralizante das opções adaptativas e das formas de explorar o potencial de desenvolvimento de nossa matriz industrialista, a crítica de Furtado identifica um limite comportamental estruturante do agente empresarial e das coalizões industrialistas da periferia. O realismo político de FHC e sua equipe está em utilizar o retrato sociológico dessa opção congênita pela debilidade, sob a via do desenvolvimento associado e pretender adaptá-la para evitar que os interesses menores conduzam o processo de reinserção internacional. Mesmo que isto se dê ao preço de anular o potencial ético-político e emancipador que poderia derivar da construção de uma nova coalizão política e um novo estilo de desenvolvimento.

O sentido do diagnóstico realista diz que o neoliberalismo é um corolário lógico do estilo político e cultural e prefere ficar nos termos de uma reciclagem do dependentismo associado. Segundo este diagnóstico, as reformas seriam conduzidas com custos menores quando lideradas por uma "tecnocracia ilustrada". Passada a vaga dos desajustes e pago o tributo ao mercado, receberemos as benesses derivadas do mercado emergente que somos, tudo se dando com custos sociais racionais. O debate da construção das vantagens comparativas, sem negar os bloqueios e condicionamentos do nosso fordismo periférico, amalgamado com o taylorismo primitivo, exigiria um novo bloco social com perfil e composição distintos das atuais bases estruturadoras das relações sociais dominantes entre nós.

Em busca da crítica da economia política

A análise dos riscos desse processo e as forças e os condicionamentos que interagem para produzi-los estão presentes na excelente coletânea de ensaios *"Em busca do dissenso perdido"*, do cientista político José Luís Fiori.

Fiori disseca a relação entre as interpretações e a evolução da análise dependentista, seus limites e potencialidades analíticas. Ao mesmo tempo, produz uma crítica aos termos e interpretações de longa duração de nossa modernização urbano-industrial. Ele aponta o caráter das reformas liberalizantes e os cenários de enormes riscos provocados por um diagnóstico oportunista, que faz do atual antiestatismo o inverso simétrico da histórica privatização do Estado pelas classes dominantes.

Como um paradoxo para uma reformulação crítica da estratégia das esquerdas, é fundamental atentar que, assim como no passado as burguesias periféricas puderam adotar a ideologia e a retórica desenvolvimentista sob a mesma base de racionalidade político-cultural, elas podem hoje se apropriar das formas que resultam da combinação entre desarticulação e reforma do patrimônio público e desregulação das relações sociais do trabalho. Mas esse efeito deletério do paradigma dominante descrito por Celso Furtado não encontra, como diz Fiori, nenhuma garantia prévia na reflexão sobre o dependentismo. Nada pode substituir o retorno à politização do debate sobre os rumos da economia, muito menos quando as mediações institucionais parecem tão enfraquecidas quanto o movimento ativo dos atores sociais. De certa forma, a crítica dos intelectuais oposicionistas, que coloca em perspectiva a análise da atual dinâmica de respostas e políticas dominantes em relação aos cenários da transição da "terceira onda", é indispensável para a criatividade potencial das forças antagonistas que sofrem com o mal-estar derivado do neofundamentalismo do mercado globalizado. ❑

Referências bibliográficas:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, 2. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOYER, Robert e SAILLARD, Yves. *Théorie de la régulation: L'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.

FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

REFORMA E CONTRA-REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

Francisco de Oliveira

Na tradição brasileira, o Estado é uma espécie de *fac-totum*, demiurgo da Nação, civilizador da massa informe, *condottieri* dos processos da expansão capitalista, substituto de uma burguesia ou inexistente ou de escasso apetite para desempenhar seu papel histórico; ainda que em posições doutrinárias radicalmente opostas. Nesse padrão podem se inscrever, com nuances, as obras de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, para citar os principais. A rigor, dele apenas escapam Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, em *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*. Mas, tanto da obra do primeiro quanto da do segundo, não poderiam surgir desdobramentos que levassem à primazia do estudo da constituição da sociedade civil entre nós por razões bastante óbvias: seus paradigmas estão assentados na noção de patrimonialismo, herança ibérica que organizou a sociedade em forma estamental, ao mesmo tempo que dava azo às relações "informais", cordiais, miscigenadas, íntimas e distanciadas, violentas e amolengadas (gilbertianamente, pelo dengo sexual da escrava): o "jeitinho" brasileiro, que vigora até hoje.

O desenvolvimento capitalista desde os anos 30 deu nova força e plausibilidade ao paradigma da predominância do Estado na formação da sociedade brasileira. Entroncando-se com a crise mundial da Grande Depressão que levou à adoção do *welfare state*, no Brasil – como em outros países da periferia –, o Estado desenvolvimentista foi sendo construído como um simulacro daquele (FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido*, Insight Editorial, Rio, 1995). Não por acaso, a nova elite dirigente (sobretudo os gaúchos, com Vargas à frente), que incluía os militares, era fortemente impregnada do positivismo, cujo programa era uma espécie de versão comteana, antecipada, do desenvolvimentismo: Ordem e Progresso.

Como Fiori (op. cit.) ressalta, e a maior parte da literatura concorda, o autoritarismo foi a forma política por excelência do Estado desenvolvimentista. De 1930 até hoje, os períodos democráticos foram meros interregnos; assim mesmo, não é estranho ao populismo, forma política que os interregnos democráticos tomaram no Brasil: o apelo direto, por cima das organizações, das instituições, ao povo, o que lhe contamina, em grau não desprezível, com germes do mesmo autoritarismo. As duas formas políticas que presidem a expansão capitalista no Brasil desde os anos 30 são, portanto, repressivas do conflito social, tendo deixado pouca brecha para a constituição de uma sociedade civil como o alter do Estado. Mesmo se tratando de uma sociedade civil nos termos hegelianos, que recortava e separava o campo do Estado do campo do mercado e do privado; nem de sua reinterpretação habermasiana, entendida como o espaço – a esfera pública – de pessoas privadas que se publicizavam para se demarcarem do Estado. (HABERMAS, Juergen. *Historia y crítica de la opinión pública*. Versión castellana de Antoni Domènech, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1981)

As duas formas políticas que presidem a expansão capitalista no Brasil desde os anos 30 são, portanto, repressivas do conflito social, tendo deixado pouca brecha para a constituição de uma sociedade civil como o alter do Estado.

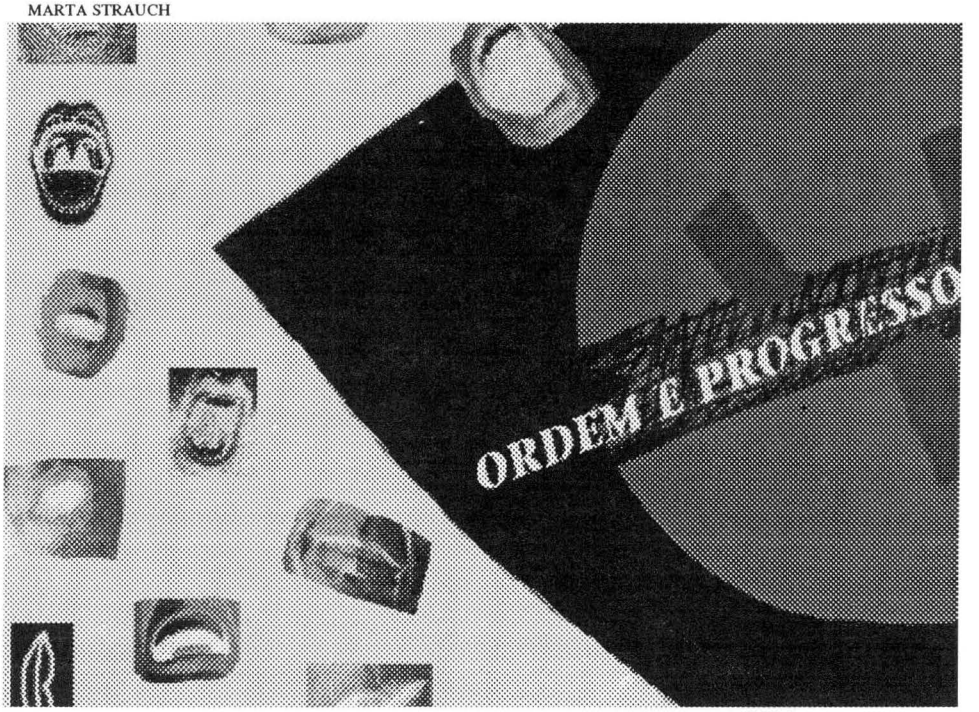
É importante entender, entretanto, que não se trata de traço genético, mas estrutural; isto é,

FRANCISCO DE OLIVEIRA – Professor-titular de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisador associado do Cebrap. Ex-presidente do Cebrap. Ex-professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor pela Universidade de São Paulo. Bacharel pela Universidade Federal de Pernambuco. Autor de vários livros, entre eles"A economia brasileira: crítica à razão dualista" (Ed. Vozes).

sem jogar fora o que ainda há de patrimonialista, na linha sobretudo de Sérgio Buarque, o importante a ressaltar é a construção autoritária do Estado desenvolvimentista. Há, portanto, traços ainda muito fortes de corporativismo na defesa de interesses de classes, categorias, estamentos, ordens particulares, mas estes são arcaicos e não novos. E o corporativismo aí correspondeu à forma em que o Estado desenvolvimentista integrou os interesses conflitantes, usurpando-lhes a representação. É isto que dificultou no Brasil, de um lado, a relação dos interesses privados com a representação política e, de outro, a formação de uma esfera pública burguesa no sentido habermasiano. Mas, tal como está sendo utilizado hoje, o conceito de corporativismo mais confunde que explica: nas mãos ligeiras de qualquer comentarista, o simples movimento de expressão de interesse de uma classe, categoria ou qualquer grupo social, transforma-se imediata e letalmente em manifestação de corporativismo. Transformado num emplastro, ao modo do personagem de Machado de Assis, o conceito vira pan-explicativo, o que quer dizer, anula-se em sua potência explicativa.

Nesses termos, pois, a esfera da representação política pouco teve de universalista e pouco teve de "representação": ela correspondeu, na maior parte dos casos, à projeção pura e simples de interesses oligárquicos e, quando superados os poderes das oligarquias, a representação transformou-se em seu simulacro, cedendo o passo simplesmente aos *lobbies*, que constituem sua negação pois são uma forma apenas mais avançada da projeção de interesses, desta vez sobretudo do capital. Duas experiências ditatoriais tentaram, na verdade, corporativizar a representação política – uma contradição em termos: o Estado Novo e o regime militar de 64-84. O primeiro falhou no âmbito da representação política, suprimindo-a, afinal, transportando a corporativização para o âmbito das organizações sociais, sobretudo para os sindicatos de patrões e empregados; o segundo adotou uma corporativização dicotomizada no arcaico/moderno, no âmbito do parlamento como seu sustentáculo e no âmbito da organização do Estado uma corporativização do tipo desenvolvimentista, com os Conselhos de Desenvolvimento, onde se articulava o tripé empresa estatal-capital nacional-capital estrangeiro. No que se referia às organizações de trabalhadores, além da repressão pura e simples, continuou a utilizar os mecanismos da própria CLT. De qualquer modo, numa era de plena oligopolização, a complicada divisão do trabalho e do excedente, numa palavra, a organização da concorrência intercapitais que a ditadura planejou reiteradamente para a burguesia fez-se pó rapidamente, solapada inclusive desde a década de 70 pelas crises internacionais do petróleo e da liquidez de capitais.

MARTA STRAUCH



Já é tempo de caminharmos para a autonomia dos sujeitos sociais. E que se trata de um caminho que rema contra a maré neoliberal, já o sabemos.

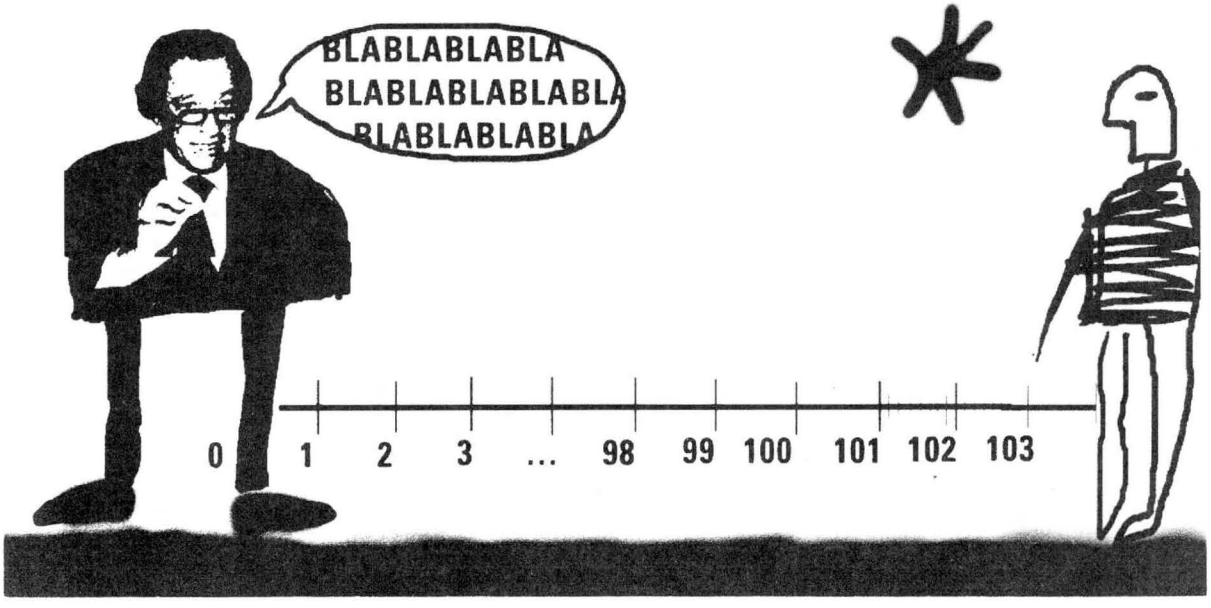
Mais recentemente, se olhada tanto a composição quanto a atuação das bancadas no Congresso, vai-se perceber que uma outra tendência já é claramente perceptível atuando contra a universalidade da representação. É um simulacro da representação numa sociedade

cada vez mais atravessada pela produção em massa, a famosa sociedade de massa da sociologia americana. Teoricamente, prefiro denominá-la ao modo da Escola de Frankfurt como a sociedade perpassada pela indústria cultural. Tampouco aqui pode ser usado o conceito de corporativismo: o Congresso, por exemplo, tem bancada ruralista (para a qual o conceito de corporativismo talvez se aplicasse), mas tem bancada de evangélicos, ao qual dificilmente o conceito se aplica posto que a qual corporação pertenceriam os evangélicos exatamente? De um ponto de vista estamental, os evangélicos têm tudo para não serem um estamento pois funcionam como grupos abertos, com regras de admissão, claro, mas tão tênues – a simples declaração de fé – que eqüivalem, na prática, a não os ter. O catolicismo, religião predominante, que deve ter, presumivelmente, o maior número de adeptos no Congresso, não tem bancada "católica" que atue como tal, salvo em circunstâncias excepcionais. O que parece é que uma outra clivagem importante, que desuniversaliza a representação, ao mesmo tempo que paradoxalmente se apóia sobre o caráter de massa da sociedade, compõe a representação: um caráter segmentado, particularista sim, mas produzido pela indústria cultural, ambivalentemente indústria e signo da indústria, que estabelece um padrão ao mesmo tempo indiferenciado e particularista.

Fica cada vez mais difícil estabelecer conexões de sentido entre a composição do Congresso, sua atuação e os grupos concretos de eleitores na sociedade. De alguma forma, há um descolamento claramente perceptível entre cidadania e sua representação. No fundo da questão há uma crise da representação provavelmente determinada pela erosão da sociabilidade capitalista, vale dizer pela implosão das relações que constituíram, historicamente, o chão das possibilidades da cidadania burguesa, entendida esta no sentido amplo.

Fica cada vez mais difícil estabelecer conexões de sentido entre a composição do Congresso, sua atuação e os grupos concretos de eleitores na sociedade. De alguma forma, há um descolamento claramente perceptível entre cidadania e sua representação.

A ruptura de certas relações do mundo do trabalho, a ultrapassagem da centralidade do capital produtivo pelo capital fictício, o fundamental lugar da ciência e tecnologia, o desgaste das territorialidades nacionais, a ultrapassagem de certos marcos dos Estados nacionais – de que a União Européia é o único caso explícito, talvez indicando a tendência –, o novo papel dos serviços, o lugar do que Lasch e Reich (REICH, Robert. *The Work of Nations*, Basic Books, New York) chamaram os "analistas simbólicos" na nova estrutura social, todo esse enorme processo de que a globalização é o resumo ainda inacabado, e certamente não fatalístico, estão criando profundo rombo na cidadania produzida pela Era das Revoluções. E com isso a relação entre ela e sua representação certamente está sofrendo poderosos abalos.



MARTA STRAUCH

O rosto de uma sociedade civil apenas pôde emergir no Brasil quando desabou de vez o Estado autoritário e seu filho dileto, o Estado desenvolvimentista. Imediatamente deve ser esclarecido que esse duplo "desabamento" não foi obra do "esgotamento" do autoritarismo, como gosta de sublinhar uma teoria política estadolocrata, mas, ao contrário, o resultado de um longo trabalho de emancipação das classes sociais e de vários e importantes grupos na sociedade brasileira. Sem favor, vários e importantes segmentos das classes dominadas, entre eles o sindicalismo de trabalhadores (sobretudo operários e frações da classe operária ativando-se por fora, no bojo dos movimentos sociais), importantes frações das modernas classes médias urbanas, produtos mesmo tanto da crescente diferenciação e complexidade da sociedade, para o que o modelo do autoritarismo revelava-se curto, foram importantíssimos atores de sua própria emancipação da camisa-de-força tutelar do autoritarismo. A burguesia em geral comportou-se passivamente e apenas começou a denunciar o "estatismo" do regime autoritário quando este já dava mostras de não ter mais capacidade para prosseguir como *condottieri* do processo da expansão capitalista. A crescente complexidade das relações interburguesas no interior da economia brasileira e suas relações com uma economia internacional que se globalizava levaram à predação financeira do Estado brasileiro, tornando a organização da concorrência que ele ordenava precária e ineficiente em relação às novas condições. Foi só quando a burguesia começou a ficar "democrata".

Esta sociedade civil que começou a emergir constitui-se, menos no sentido hegeliano e mais no sentido gramsciano, de uma sociedade civil antimercado ou, se quisermos, nos termos de Habermas (Habermas, op. cit.), uma esfera pública não-burguesa. Isto é, ela contém e explicita elementos decisivos de uma regulação democrática, pública e não apenas espaço público de sujeitos privados (mesmo porque os sujeitos que a portam não são sujeitos de propriedade) e atravessam, decisivamente, o Rubicão que separa e transforma os meros interesses privados em direitos.

Todo esse enorme processo de que a globalização é o resumo ainda inacabado está criando profundo rombo na cidadania produzida pela Era das Revoluções.

Neste momento, dir-se-ia que uma das contradições do processo brasileiro é que a representação política institucional está em flagrante descompasso com essa sociedade civil antimercado ou esfera pública não-burguesa. Nesse vazio, o Executivo opera quase nos termos de Marx: como uma ditadura da burguesia, impondo "reformas"

A burguesia em geral comportou-se passivamente e apenas começou a denunciar o "estatismo" do regime autoritário quando este já dava mostras de não ter mais capacidade para prosseguir como* condottieri *do processo da expansão capitalista.

constitucionais desagregadoras, atentatórias aos direitos "relutantemente reconhecidos" da cidadania (parafraseando um livro de Anthony Woodtiyiss Law, *Labour and society in Japan: from repression to reluctance recognition*, London, 1992, sugerido por Michael Hall). O problema, pois, não são os corporativismos que impedem a transparência da representação política ou uma adequada relação da sociedade de civil com o Estado. É quase o oposto.

A questão real hoje é como desprivatizar o Estado e esta seria a perspectiva de sua reforma. Desprivatizá-lo significa desentranhar os "anéis burocráticos" que formam a imbricação promíscua entre o público e o privado, tal como a quebra dos bancos Econômico e Nacional voltaram a reiterar. O irônico é que a expressão, que não chega a ser um conceito, deve-se ao presidente FHC quando sociólogo, mas sua atuação na presidência somente reforça os tais "anéis" (CARDOSO, Fernando H. *Autoritarismo e democratização*, Paz e Terra, Rio, 1975). A relação público-privado é uma relação conflitiva no capitalismo contemporâneo, de difícil demarcação desde quando as políticas anticíclicas de teorização keynesiana e sustentação social-democrata começaram o caminho do *welfare state* (OLIVEIRA, Francisco de. "A economia política da social-democracia", IN: *Revista USP*, n. 17, S. Paulo, 1993). Mas, expressivamente, apenas as ditaduras, os sistemas autoritários ou as democracias pouco confiáveis, como a japonesa, apresentam um grau de promiscuidade e de intransparência do tipo "anéis burocráticos".

A reforma do Estado, nessa perspectiva pois, significa ampliar os espaços da esfera pública não-burguesa, mas não no sentido de que cabe à sociedade realizar o que é dever do Estado, no sentido rigoroso de balizar-lhe os movi-

mentos, de democratizá-lo, de ampliar as arenas de conflito e resolução e não de reprimi-los. A reforma do Estado consiste em permitir que as alternativas com vocação hegemônica se coloquem. Tal como se pensa no Brasil, a reforma do Estado é concebida unicamente dentro de uma perspectiva estreita, que o reduz a um mero servo do processo de acumulação, e o Estado é pensado no estreito âmbito de suas entidades administrativas. Trata-se de enxugar custos e ganhar eficiência apenas. Adentrar o século XXI com concepções de Estado *fac-totum* ou de Estado mínimo, no fundo faces da mesma moeda, significa, no caso brasileiro, manter-se no Estado desenvolvimentista da industrialização ou o que é ainda pior, voltar ao Estado do Império e da República Velha: uma franca regressão ao estado de proprietários. Já é tempo de caminharmos para a autonomia dos sujeitos sociais. Que se trata de um caminho que rema contra a maré neoliberal, o sabemos. Mas é a alternativa que corresponde às novas necessidades no momento em que a expansão capitalista em escala global está erodindo os elementos da cidadania burguesa que ela criou. A alternativa, como indicava a crítica de Adorno e da Escola de Frankfurt, não é dobrar-se ante as promessas da modernidade, mas radicalizá-las, levá-las às últimas conseqüências (ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas", IN: ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida, Jorge Zahar Editor Ltda, Rio, 1991).

O conceito de corporativismo mais confunde que explica: nas mãos ligeiras de qualquer comentarista, o simples movimento de expressão de interesse de uma classe, categoria ou qualquer grupo social, transforma-se imediata e letalmente em manifestação de corporativismo.

Globalização sem autonomia dos sujeitos sociais e dos indivíduos pode desembocar tragicamente nas formas mais pós-modernas da barbárie, minimalistas e banalizadas, como as guerras de gangues por todas as partes. Uma Auschwitz além de Auschwitz: sem fornos crematórios, mas onde se consome senão os corpos mas qualquer possibilidade de contato humano. ❑

MARTA STRAUCH

DISTRIBUIÇÃO, INTEGRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO: AS TRÊS CRISES BRASILEIRAS MAL RESOLVIDAS

Entrevista com Renato Lessa

PROPOSTA – Na passagem do século e na crise de paradigmas político-culturais que respondam aos problemas do mundo globalizado (pós-guerra fria), quais são as dificuldades de construção, os impasses do regime democrático e os problemas da representação política?

RENATO LESSA – Nas últimas duas décadas, vários analistas têm apontado a existência de um descompasso entre o modo pelo qual as instituições formais de representação – implantadas pelo Ocidente a partir do final do século XIX, embora a sua origem intelectual seja mais remota – operam e a configuração do *demus*, o modo pelo qual os problemas sociais e as ações sociais estão sendo produzidas.

Penso que isto pode ser um ponto de partida para tentarmos pensar alguma coisa. Com freqüência este descompasso é visto de maneira muito apocalíptica, como se as instituições tradicionais já tivessem rendido o que delas se esperava. É muito fácil condenar esse pacote Ocidental das instituições representativas, essa mistura de tradição liberal, movimento democrático e Estado do Bem-Estar Social, esse Quasímodo, essa coisa mista que o século acabou inventando e que não é monopólio do liberalismo, nem do movimento democrático e nem da tradição socialista. É um processo que se difundiu de maneira diferenciada em vários países.

Esses diagnósticos apocalípticos, embora sejam maldições para o futuro, portanto, previsões de longo prazo, freqüentemente são motivados por problemas de curto prazo. Basta que se perca uma eleição para que se produza um diagnóstico catastrófico. Mas, de repente, os socialistas ganham em Portugal e já se tem que refazer um pouco o diagnóstico: em Portugal parece que as instituições formais têm um pouco a ver com o modo pelo qual a sociedade está representada. É pitoresco observar como os diagnósticos que têm certa pertinência são produzidos exageradamente com a pretensão de lançar sobre o futuro uma maldição duradoura. Mas se examinarmos o endereço no qual eles foram produzidos, verificaremos que é uma dimensão de muito curto prazo motivada por azares, por insucessos da vida política.

Ora as instituições formais são pequenas para lidar com algumas questões, ora o sistema político é impermeável para lidar com essas questões que se colocam naquela interface entre o público e o privado.

Sem dúvida alguma, descontando o exagero apocalíptico, existem problemas de escala graves. O fato é que grande parte das questões que mobilizam alguma forma de ação coletiva ou são transnacionais e metanacionais ou então são extremamente micro. Ora as instituições formais são pequenas para lidar com essas questões, ora o sistema político não tem capilaridade para lidar com questões que se colocam naquela interface entre o privado e o público. Neste caso se apresenta um déficit democrático enorme porque as decisões acabam sendo tomadas com base numa certa distribuição "natural" do poder: quem se mobiliza, quem tem mais recursos consegue obter resultados vantajosos e não há uma cobertura que tenha um mínimo de universalidade no tratamento das questões.

Esta também é uma referência que se apresenta para a maioria, senão a totalidade, dos países democráticos consolidados. Todos têm dificuldade de estender o escrutínio democrático para questões metanacionais e para aprofundá-lo, radicalizá-lo no sentido de capturar dimensões microssociais sem cair na ilusão foucaultiana, no mau sentido, de que esses cenários por si só devem ser autônomos e devem ter os seus próprios critérios de produção de decisões. Tentar capturar isto para uma

RENATO LESSA – Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Diretor executivo e pesquisador do IUPERJ. Professor da UFF.

agenda mais geral parece-me fundamental.

Portanto, aqui reforça-se um pouco esse descompasso, maior ou menor dependendo do país e do momento, entre esse mundo institucional e a dinâmica social. O que se reflete, por exemplo, na Itália, mas não se refletia tanto a alguns anos atrás. Era uma virtude do sistema italiano o fato de estar inteiramente colado na maneira pela qual a sociedade se apresentava politicamente. Os críticos oligárquicos da experiência italiana sempre apontam isto. Eles dizem que o sistema político italiano era por demais poroso e vulnerável a qualquer flutuação que a sociedade produzisse. A reforma de 94 foi justamente para isolar o sistema político do movimento da sociedade. O argumento era que como a sociedade italiana era incurável do ponto de vista da sua capacidade de se fragmentar, de produzir variações, pelo menos, com a reforma, o processo político estaria resguardado dessa turbulência.

PROPOSTA – A grande virtude da sociedade italiana agora transformou-se num problema. O que eles estão atualmente querendo ensaiar lá: um presidencialismo reforçado que é uma forma dessa autonomização da política em face a uma reestruturação social?

LESSA – Exatamente. É interessante esse ponto porque toda a engenharia da reforma institucional italiana recente foi no sentido de fazer com que a representação política ficasse descolada da memória das lealdades partidárias. Isto foi dito expressamente pelos reformadores. Ao invés do eleitor escolher através daquelas listas partidárias tradicionais, ele passa a escolher um determinado candidato e a escolha tem que ser pessoal com base no caráter do candidato, na confiança e na empatia que ele transmita ao eleitor.

PROPOSTA – Democracia e mídia?!

LESSA – É um prato feito para essa dobradinha. Mas o que está presente neste tipo de reforma é a idéia do fim da partidocracia. Só que não se acaba com a partidocracia sem produzir danos em toda uma concepção a respeito do sistema político. Alguns analistas mais pessimistas falam em morte dos partidos. Não é bem assim, pois alguns acabam sobrevivendo e bem, apesar do vendaval que foi feito.

Alguns analistas mais pessimistas falam em morte dos partidos.

O que está ocorrendo na Itália traduz uma das tendências que podemos localizar em alguns outros países. É a idéia de buscar criar mecanismos político-institucionais que façam com que o sistema político fique menos vulnerável às flutuações da vida social. Fazer com que a dinâmica do sistema político não seja uma variável dependente do modo pelo qual a sociedade manifesta suas preferências, suas demandas, suas expectativas.

PROPOSTA – O minimalismo do Estado e das políticas públicas seriam a forma fraca desta política?

LESSA – Seria uma forma perversa e frágil dessa política. Essa política aplicada numa sociedade que resolveu problemas macropolíticos e sociais fundamentais causa danos, pois o déficit democrático resultante disso é inevitável. Mas nestas sociedades, talvez, os danos possam ser minimizados porque os problemas de integração, de distribuição e de participação já foram, bem ou mal, resolvidos.

Mas quando se transfere isso para sociedades como a brasileira, o dano é brutal e penso que pode ser maior exatamente num aspecto decisivo que é o fato do sistema político ter se tornado cada vez menos responsivo, menos capaz de responder ao que a sociedade pode produzir como expressão de identidade, expressão de interesse, formas de ação social. O próprio desempenho do sistema político acaba assim reforçando a acusação apocalíptica de que ele por natureza está descolado da vida social. O minimalismo no caso brasileiro e em países que têm indicadores semelhantes é totalmente irresponsável. Não se trata de propor uma terapia para descolar o Estado "saudavelmente" para que se possa ter o mínimo de estabilidade. O efeito aqui é outro: é propor responsabilidade. Subtrai-se o sistema político e deixa-se a sociedade resolver como ela puder. Esta é a aposta hobbesiana.

No caso da Itália, o Norte e a integração européia polarizam o que têm ordenado na sociedade. No caso da sociedade brasileira, em termos de mercado, isso é dramático. É incerto o tipo de resultado que se pode ter. A desregulamentação completa da vida social, do trabalho, de tudo, enfim, traz um risco extremamente brutal porque não se tem as questões básicas encaminhadas como, por exemplo, a questão da integração. Integração pode ser definida de uma maneira primária como o estado naci-

O sistema político tornou-se cada vez menos capaz de responder ao que a sociedade pode produzir como expressão de interesse e formas de ação social.

onal tendo autoridade sobre um dado território. Mas isso é insuficiente. O Estado tem que ter autoridade enquanto dimensão executiva, mas tem que haver uma estrutura jurídica universal no âmbito desse Estado que defina pautas de direitos civis, uma delimitação clara do que é correto e do que não é correto do ponto de vista legal. No caso brasileiro o que temos na realidade são ilhas de legalidade que não se comunicam.

Uma das estatísticas que o Wanderley Guilherme dos Santos levanta no seu último livro (pegando dados da PNAD) mostra que o número de pessoas que declara ter recorrido aos poderes públicos para resolver questões é irrisório. Diante do conflito, qual é a estratégia perseguida? "Vamos resolver isso, vamos dar um jeito. A gente resolve entre a gente ou contrata uma polícia privada para resolver o nosso problema." A lei e o poder público não operam como os instrumentos que a população escolha racionalmente para resolver conflitos. Essa é uma debilidade profunda do nosso processo de integração. No Brasil, portanto, a lei e o poder não operam como os instrumentos que racionalmente a população escolha para resolver conflitos.

A integração não deve ser vista só como o fato de o Estado territorialmente se assenhorar de um pedaço de determinada extensão geográfica. O Estado tem que ter uma capacidade muito forte,

Hoje subtrai-se o sistema político e deixa-se a sociedade resolver como ela puder. Esta é a aposta hobbesiana.

J.R.RIPPER/IMAGENS DA TERRA

Diante do conflito, qual é a estratégia perseguida? "Vamos resolver isso, vamos dar um jeito. A gente resolve entre a gente ou contrata uma polícia privada para resolver o nosso problema."

precisa ter leis, regulações que tenham um nível de universalidade. Isso nós não temos. Distribuição, por exemplo, é desnecessário nos estendermos aqui sobre como é que tratamos esta questão.

Na verdade, a seqüência clássica européia é a seguinte: primeiro integração, depois vem a crise de participação, que é quando a população começa a ter ingerência, começa a focalizar, começa a desempenhar um papel na produção do poder, na produção do governo. Em seguida, a crise de distribuição, quer dizer, como é que essa população titulada politicamente começa a encaminhar via o sistema político os seus problemas de desvantagem social. É essa coalizão que sustenta toda a produção de política social do século XX.

No Brasil há, na verdade, três crises mal resolvidas: a da distribuição, a da integração e a da participação. Esta última, sem dúvida alguma, foi a que andou mais, mas o nosso problema é que esse não é um motivo para comemoração, na verdade coloca mais um dilema. O fato de termos estendido os direitos democráticos num contexto onde esses direitos são triviais é inútil. Isto produziu correlações que são brutais. Por exemplo: o período da história brasileira em que mais aumentou o eleitorado foi entre 64 e 85. Houve, portanto, um período de explosão da participação eleitoral num contexto de autoritarismo político. O peso do voto na melhor das hipóteses deu-se no final desse período quando uma coalizão conseguiu instrumentalizar o voto numa contra-coalizão conservadora de centro, na melhor das hipóteses. Mas esse processo nunca se deu no sentido de se criar as identidades políticas que se estruturam localmente, que produzem padrões de aproximação e de rejeição para criar uma base consistente. Isso nunca houve. Essa correlação, na verdade, é preocupante, pois de fato o que há

é a extensão dos direitos políticos em contextos de autoritarismo.

Ao mesmo tempo houve também outra correlação complicada: a extensão dos direitos sociais igualmente em contexto de autoritarismo. Se pegarmos essas periodizações feitas por quem trabalha com política social no Brasil, de deflagração da política social e de consolidação e expansão do sistema, esses estados coincidem com períodos de contração do mercado político.

O que representa isso? É a produção de política social sem democracia – é óbvio –, mas sem que

No Brasil a deflagração da política social e da consolidação e expansão do sistema coincidem com períodos de contração do mercado político.

os direitos políticos sejam percebidos como instrumento fundamental. É a produção contínua de direitos políticos – é isso que nos distingue das ditaduras que estavam presentes na mesma época – em um contexto onde essa situação aparece como absolutamente trivial. O resultado é que fica muito difícil pensar em como fazer para alinhar esses fatores novamente num contexto político onde toda a estratégia governamental seja a de desregular, de reduzir, de enxugar a política social, tirar o poder do Estado, reduzir o sistema político, torná-lo menos volátil.

Eu tenho um problema grave com diagnóstico catastrofista, mas acho que temos um problema aí para o futuro, um problema de médio e de longo prazos. Como é que podemos falar de democracia consolidada e consistente em um cenário no qual os direitos políticos não são percebidos pela população como uma coisa valiosa?

PROPOSTA – E o processo de tentar regular isso via moeda e via deslocamento patrimonial nas mãos do capital privado, numa era em que o emprego formal não se expande? Parece haver uma tentativa de uma regulação via diminuição da pobreza absoluta sem interferir no quadro da expansão da desigualdade, deixando que a desestruturação social e cultural aumente. Qual será o resultado disto? Provavelmente teremos famílias inteiras comendo frango embaixo do viaduto.

LESSA – De repente, o indicador "comer frango" passa a ser um indicador nobre, de sucesso da política geral do governo.

PROPOSTA – Parte da resposta interna ao sistema político estaria em garantir pelo menos a concretização de uma representação mais forte do que a que tivemos até agora?

LESSA – Eu acho que sim. Uma contra-reforma seria começar a criar mecanismos de fortalecimento e enrijecimento do sistema representativo (digo tornar a representação mais robusta, mais fidedigna). É muito fácil produzir uma agenda de reforma institucional. Mas quando não existem atores dotados da capacidade de implementação ou de persuasão, isto vira um exercício inócuo. Há uma agenda de reformas institucionais e, ao mesmo tempo, percebemos que não há a mínima condição de segui-la, não digo nem de implementar, mas de fazer com que conste da agenda do debate público.

Todas aquelas prescrições que vínhamos fazendo com relação ao sistema político, ao sistema representativo, hoje são letra morta. Quando essa discussão sobre reforma política iniciou, pareceu clara-

Como podemos falar de democracia consolidada e consistente em um cenário no qual os direitos políticos não são percebidos pela população como uma coisa valiosa?

mente uma agenda oligárquica, minimalista, que se sustentava na idéia de que havia um excesso difundido no sistema político: eleitores em excesso, partidos em excesso, eleições em excesso. Havia a idéia de que o nível de abstenção era muito alto, que o sistema era muito liberal, muito permissivo pois, na verdade, ele estaria chamando um conjunto de eleitores excessivo com relação à capacidade que a cidadania tem de se expressar politicamente. Assim, veio a proposta do voto facultativo pois reintroduzir a discussão sobre o voto do analfabeto seria um retrocesso, aquém de 88, seria uma coisa intolerável. A projeção que se faz disso está no sistema partidário. Mas a discussão começa no plano básico mesmo de que o sistema é permissivo e está artificialmente chamando para participar um contingente de cidadãos que não é capaz de produzir. Tanto não é capaz de produzir que o voto é nulo e o eleitor falta às eleições.

Como resolver essa parafernália de 80 partidos, essa loucura toda? Alegam que isto não é saudável porque traz para a democracia uma alta fragmentação. Lembram deste argumento? A maneira de se resolver o problema seria através de uma intervenção no sistema eleitoral acabando com a tradição proporcionalista, propondo uma forma de voto majoritário, ainda que mitigada. Então tinha-

se uma agenda de reformas que, além de minimalista, era abertamente dogmática (no sentido clássico). Ela se sustenta na idéia de que através da pesquisa racional, científica e laboratorial ficariam

No caso brasileiro o que temos são ilhas de legalidade que não se comunicam.

rais falsifica), tentar conceder ao eleitor a possibilidade de evitar a migração do seu voto para um candidato que não estava inserido na área da sua escolha através de darlhe um segundo ou terceiro voto

J.R.RIPPER/IMAGENS DA TERRA

Por exemplo: a proposta de fazer colégios eleitorais isonômicos, colégios de 10 deputados, seria uma revolução. Esta proposta, de conservadora, só tem a retórica.

assegurados os resultados desejáveis. É o raciocínio mais pré-político que se possa imaginar. É razão pura. É dogmatismo clássico.

Esta era a agenda dos paulista, dos tucanos, de parte do PT e de pedaço do PMDB. Contra essa agenda começou a se produzir uma outra agenda que tecnicamente era mais conservadora. Pegando a velha polarização entre racionalistas e cépticos conservadores, nós estávamos do lado dos conservadores. Só que, do nosso ponto de vista, naquele momento, os conservadores estavam com a democracia. Vamos pensar o sistema político a partir de reformas incrementais que não joguem fora a criança com a água suja do banho: não é pelo fato de eu saber que o sistema eleitoral brasileiro é uma porcaria, que esse fato vai determinar que eu jogue fora a tradição proporcionalista. Mal ou bem esta tradição incorporou: de 46 para cá criou dois ou três sistemas partidários consistentes no Brasil. Não podemos jogar fora isso. Esta é uma tradição generosa, onde cabe todo mundo. Embora a festa seja uma zona, cabe todo mundo.

Então, o que advogávamos? Medidas pontuais: mais proporcionalidade, tentar se aproximar o máximo possível da fórmula "uma pessoa, um voto" (que as disparidades dos colégios eleito-

A proposta de se fazer colégios eleitorais isonômicos seria uma revolução.

ou até mesmo o fim de coligação. Enfim, havia uma discussão que era bem intencionada e que propunha uma reforma pontual ainda que algumas dessas reformas tivessem um largo alcance. Por exemplo: a proposta de fazer colégios eleitorais isonômicos, colégios de 10 deputados, seria uma revolução. Esta proposta, de conservadora, só tem a retórica: seria uma revolução que proporcionaria a possibilidade de se alterar a distribuição do poder político no país.

O Congresso votou em 95 com relação à lei eleitoral. O que mudou? Nada. Somente uma ou outra coisa com relação à campanha. Quer dizer, perderam os maximalistas e perderam os reformadores moderados por uma razão básica. Muita gente estava embevecida com a idéia das reformas

eleitorais na Nova Zelândia e na Itália. Eles diziam: lá mudaram o sistema eleitoral. Por que não mudamos aqui? Mudaram lá porque tinha referendo, que é uma arma anti-hegemônica, e tinha coalizão extra-parlamentar. A turma de fora do parlamento acossou o parlamento italiano e o parlamento neozelandês: "ou vocês mudam esse negócio ou vocês dançam".

O parlamentar como ator racional tem interesse em não alterar as regras que permitiram o seu sucesso. A não ser que seja um louco, um irracional, que tenha caído de pára-quedas no Congresso e não tenha perspectivas de carreira política, o que não é o caso de 98% dos parlamentares, a não ser que se forme uma coalizão extra-parlamentar que o acosse a tal ponto que possa ser racional apoiar a coalizão extra-parlamentar e propor a mudança como condição da sua sobrevivência. Faltou-nos trabalhar com a idéia trivial de que o parlamento é uma teia de egoístas, de maximizadores privados que não vão alterar as regras do jogo em função do fornecimento de persuasão de que aquilo é melhor para o país, para o avanço da democracia e isso acabou funcionando contra a gente e contra eles da agenda oligárquica também. O parlamentar tanto pode inibir o avanço democrático quanto pode inibir também o retrocesso.

PROPOSTA – Como o Executivo tem um controle parcial da moeda, uma tentativa de controle social e uma tentativa de ter uma agenda de inserção subordinada internacionalmente, o governo tenta trabalhar a coalizão para as reformas. O desenvolvimento brasileiro não é mais desigual, fala-se de novo em dualismo. Estamos num processo pós "Crítica da Razão Dualista", estamos num cenário cada vez mais parecido com o jargão clássico da teoria do subdesenvolvimento, estamos dualizados mesmo. Então, para se assegurar uma resposta a esse processo haverá de se criar algum tipo de organização, instituição e atores políticos. Se você diz que não tem uma ação extra-parlamentar forte – e isso pega o outro lado, a fragilidade da sociedade civil (esse é o tema da FASE), sem a mediação política, sem a problemática da cidadania se traduzindo em políticas públicas eficazes que ultrapassem interesses particulares –, qual será o lugar da possibilidade de algum tipo de pacto e negociação? Ao lado da explosão da titulação política há uma revolução associativa que a sociedade brasileira produziu: o privado vai resolver o público, a ação da sociedade vai regular o que o Estado não regula. Como é que você vê a questão da sociedade civil e desses movimentos?

O parlamentar como ator racional tem interesse em não alterar as regras que permitiram o seu sucesso a não ser que se forme uma coalizão extra-parlamentar que o acosse.

LESSA – A explosão da titulação política e a explosão associativa não se tocam. O Brasil e a Nicarágua são os países que têm menos barreiras à cidadania política no mundo. A garotada com 16 anos pode votar. E ainda tem essa explosão associativa. O problema é que essas duas dinâmicas não têm fatores de intermediação que lhes permita uma interação mínima.

Quando estas duas dinâmicas não se tocam temos duas hipóteses: ou considerar a patologia da população ou a hipótese – que eu acho mais operativa, quase institucional – de que não há instituição na sociedade que faça esse tipo de mediação, que tanto o partido quanto o parlamento não estão fazendo.

PROPOSTA – O que vocês estão pensando em termos de linha de pesquisa no Iuperj?

LESSA – Estamos pensando em começar agora o estudo a partir da década de 80 e repensar todo o processo brasileiro de redemocratização – o que se avançou, onde é que se chegou etc. – para tentar parar de discutir de maneira espasmódica. Veio o governo Collor e começamos a discutir a corrupção; veio o governo Fernando Henrique, vamos discutir reforma constitucional. Freqüentemente somos pautados por essas agendas de curta duração. Queremos tomar uma distância para ver o que aconteceu. Essa nossa agenda não está muito clara ainda. Certamente ela vai ter que contemplar aspectos do sistema político formal, regulação política, sistema partidário, sistema eleitoral, dados eleitorais, desempenho de partidos e, certamente, a dimensão de como é que o governo vem se aparelhando ou desaparelhando para tratar das questões substantivas que tocam na sociedade. Talvez nos falte um pouco, por falta de tradição, a pegada do outro lado: em que medida a sociedade tem repertório cultural, cultura política e cultura cívica para, com uma certa autonomia, produzir formas de sistemas de controle.

Estamos com uma base de dados muito boa, com um banco de dados eleitorais de participação política do Rio de Janeiro. Vamos tentar pensar o sistema partidário do Rio de Janeiro, desde as eleições municipais, a conexão que

ele tem com a vida social mais ampla da cidade, do estado. Esses são os pontos que estamos interessados em analisar. Eu imagino como um dos resultados possíveis, tentar ter indicadores mais finos. A idéia é mesmo afastar um pouco da turbulência ou da imobilidade, dependendo do ponto de vista, do fato muito imediata e tentar ver o processo pois a redemocratização já tem uma história. Está na hora de tentarmos identificar o que é a sociedade brasileira pós-transição; que tipo de Quasímodo é esse produzido no país com a experiência da redemocratização. Todas essas pegadas têm que ser contempladas, inclusive essa de se ver que tipo de cultura cívica se produziu no país.

PROPOSTA – E o debate sobre a crise do "centro" político? Como encarar a problemática e as transformações das relações do sistema político e o comportamento das elites empresárias? Qual o grau de profundidade e riscos das contradições da coalizão que elegeu FHC? Você vê algum fenômeno observável aí?

LESSA – Não vejo não. Eles ainda estão usufruindo de uma estratégia eleitoral brilhante que consistiu em fazer do melhor candidato de esquerda, candidato da direita. E por mais que se tenha fissuras e problemas de coabitação, não se pode imaginar uma reorganização dessas coalizões, ou seja, uma autonomização maior do PMDB, uma ruptura do PSDB com o PFL e a aproximação com o PMDB e uma remontagem de uma nova coalizão atraindo até setores de esquerda. Eu vejo isso como muito improvável.

PROPOSTA – Os mecanismos de redistribuição interna da coalizão governamental parecem ser mais eficazes do que a gestão da reestruturação bancária, econômica?

LESSA – Sim. Há um aspecto notável na política brasileira que é um altíssimo grau de autonomia entre a maneira como se gere político-patrimonialmente a coalizão que se está montando e essas questões de natureza mais substantiva. Há uma autonomia brutal em relação a essas coisas. Eu acho que toda a sabedoria política brasileira é exatamente a gestão desse amálgama político-patrimonial que muda: PFL, PMDB, partidos adeptos, PTB um pouco como partido importante nesse processo.

PROPOSTA – Mas apesar da crise fiscal, o Estado tem um grande patrimônio para redistribuir.

LESSA – Não vai ser uma coalizão na qual o PFL, como o maior partido, vá ter uma política de modernização nessa dimensão arcaica do Estado. Não virá do PFL uma política de novo tipo. O Fernando Henrique não imagina formar uma base de sustentação alternativa a essa, mesmo que pensasse em uma aproximação com o PMDB. O estilo de apoio que o PMDB em bloco pode dar ao Fernando Henrique não difere radicalmente do que se paga ao PFL. Descontando alguns setores mais passíveis de identificar, não existe uma mutação de cultura política quando se deixa de fazer uma coalizão estratégica com o PFL e passa-se a fazê-la com o PMDB. O PMDB pode ser interlocutor para outras situações, coisa que o PFL não faz.

O parlamento tanto pode inibir o avanço democrático quanto pode inibir também o retrocesso.

PROPOSTA – O fenômeno da fragilidade de uma oposição reformista mais contundente parece ser mais universal?

LESSA – Essa incapacidade de produzir uma agenda própria é bru-

JR RIPPER/ IMAGENS DA TERRA

tal e está marcando a oposição brasileira desde muito tempo. A ilusão é maximalista de poder se chegar lá pelo voto direto, pelo voto popular e esse indicador foi tomado como um indicador de consistência: tivemos uma sobrevida com a campanha do *impeachment* que deu uma consistência episódica. O que está havendo é uma incapacidade já de longa duração de se produzir uma agenda alternativa que não seja a velha agenda do crescimento, do tipo "todo mundo cabe aqui", uma agenda quase querciana-juscelinista com a incorporação de todos, uma agenda da "fuga para adiante". Nesta agenda, a idéia de ajuste, por exemplo, é secundária e aí vêm impedimentos estruturais, internacionais, macronacionais que colocam limitações fortíssimas. Não se conseguiu ainda ter uma agenda que possa vir a lidar com isto.

Aliás, este não é um problema só brasileiro. Basta pensar, por exemplo, a situação da esquerda na Argentina ou mesmo no Chile, onde parte da oposição está no poder em função de uma coalizão com Fernando Henrique. Só que o Fernando Henrique lá não fez coalizão com o Partido Nacional; foi fazer com o centro e com a centro-esquerda. Esta teria sido uma coalizão possível no Brasil. A centro-esquerda teria possibilidade de ser pensada no Brasil. Temos atores que teoricamente poderiam ser agentes importantes desse processo. Mas a maneira pela qual eles estão inseridos na competição política acaba afastando-os dessa possibilidade.

No Brasil há três crises mal resolvidas: a da distribuição, a da integração e a da participação.

PROPOSTA – Você estava falando da dificuldade gerada pela crise de paradigmas globais em termos de modelos ideológicos, políticos e partidários, colapso de uma certa relação virtuosa, de uma dificuldade mesmo de criar uma esfera onde se pudesse projetar, desde a sociedade na construção do Estado nacional, a solução de questões que hoje se dão ou no localismo ou no espaço global.

Classicamente, os liberais e os social-democratas construíram a importância das regras do jogo, da representação, da autonomia do político, a importância de um certo universo de valores, de uma certa cultura democrática. Nesse fim do século isso também entra em colapso? Não existe mais ideologia de esquerda, de direita?

LESSA – Eu tenho ficado cada vez mais conservador em relação a essas coisas. Eu acho que nós vamos sair do século e o nosso grande patrimônio civilizatório será o fato de termos conseguido produzir em algum momento a separação entre o sagrado e o profano. A idéia da laicização da política é um patrimônio civilizatório que o hiperrelativismo tende a desconsiderar. A projeção institucional da laicização da política é a idéia de regras do jogo, de uma dimensão formal da vida política que tem que involucrar a dimensão substantiva. Na verdade, isso é um *software* Ocidental datado. Podemos fazer a história social disso. E o fato de sua origem ser social, de ter obedecido a jogos de interesses de uma dada conjuntura, não nega o fato de uma certa experiência civilizatória que não é universal. Não sou maluco nem ingênuo a ponto de brigar pela sua universalidade. Isso não é verdade para o Islã; não é verdade para uma sociedade de socialismo real, tanto é que existem dificuldades graves para implantar esse tipo de entendimento no mundo pós-comunista. E começa a deixar de ser cada vez mais verdade para o pedaço do mundo em que estamos.

Eu tenho grande dificuldade – pode ser limitação intelectual inclusive – em pensar novos aspectos com relação à sociedade e à política fora desse macroparadigma pois são muitos os paradigmas. Este ainda é o grande meta-valor em cujo abandono eu não vejo nenhuma vantagem.

Esta institucionalidade vira uma resposta-chave e todos os atores racionais precisam dela. Se eu limitar a vida social ao choque substantivo de valores, eu estarei apostando no estado de guerra. Vamos suspender toda a artificialidade e vamos viver a sociabilidade genuína: as pessoas como elas são, os movimentos como eles são. Este é um cenário hobbesiano. ❑

GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA: A VULNERABILIDADE DAS ECONOMIAS NACIONAIS

Entrevista com José Luís Fiori

PROPOSTA – Hoje, qual é o debate teórico-ideológico central frente à globalização da economia?

JOSÉ LUÍS FIORI – De certa maneira, no momento, estamos neste debate teórico-ideológico frente a uma disjuntiva que é tão antiga quanto o capitalismo, pois não há nenhuma novidade nos termos em que o debate está posto mais sinteticamente. O primeiro pensamento teórico econômico do capitalismo é o dos Fisiocratas. E qual era essa idéia? Era a de que a perfeição residia no mercado. Há 300 anos, portanto, essa idéia existe. E qual era o grande problema para os Fisiocratas? Era que o mercado – não apenas como instituição, mas como uma forma de vida – seria tão mais eficiente quanto mais se igualasse ao movimento "natural" das coisas, como o movimento da vida e de suas várias espécies.

O que prejudicava essa espécie de naturalização do mercado? A política. A política era o problema pois impedia o pleno movimento do mercado. Os Fisiocratas, portanto, coerentemente, há 300 anos, já propugnavam a eliminação da política. Mas como reconheciam que a política era uma componente perversa mas não eliminável da condição humana, acabavam concluindo que o único caminho para se chegar ao mercado em estado puro seria pela mão de um tirano "esclarecido", pois só ele, entendendo as exigências do mercado e do capital, poderia, pela força, eliminar o mundo da política. Os Fisiocratas anteciparam Pinochet ou o que Samuelson chamou de "fascismo de mercado".

Qual é a questão que pelo menos a mim vem atordoando nesses últimos tempos? É a idéia de que, de fato, o "fascismo de mercado" hoje dispensa o tirano. Através de uma espécie de perversa combinação entre o movimento do capital e as estruturas e decisões do poder, o poder político foi restringido e castigado pelo capital que se transformou no tirano. É como se a intuição dos Fisiocratas tivesse sido invertida. Para eles, era preciso um tirano – qual Hobbes, um Leviatã – para colocar cada qual no seu lugar e deixar o mercado funcionar. Aparentemente, nesse momento, a sensação que se tem – se a historia não for cíclica e a política não voltar a se vingar do capital (e aqui é mais a visão do Polanyi: os mercados entregues a si mesmos são hidrófobos e, então, a partir de um certo momento, a humanidade para não "morrer" reage e re-regula) – é a de que estamos no ápice da curva da vingança do mercado contra a política. Então, na inversa mão dos Fisiocratas, quem virou tirano foi o mercado e quem virou submisso foi o tirano.

A sensação que tenho hoje é a que nós estamos no ápice da curva da vingança do mercado contra a política.

PROPOSTA – Por que os governos que adotaram as fórmulas dominantes de ajustamento macroeconômico e reformas liberalizantes encontram-se de mãos atadas e prisioneiros de sua própria impotência estratégica?

JOSÉ LUÍS FIORI – A idéia central é essa: esse contexto em que estamos, esse momento do processo da globalização, dada a convergência entre os três grandes pólos econômicos do mundo em torno da mesma disciplina para as suas periferias, gera, na linguagem do Altvater, uma nova geopolítica monetária. São três grandes regiões geo-monetárias no mundo e, nesse momento, uma vez tomada a iniciativa na vanguarda do mundo da desregulamentação dos mercados, permitiu-se o crescimento de uma espécie de imensa bolha atômica que os botou na cadeia como reféns – a eles, mas também a nós, as periferias. O governo americano, em última ins-

---

JOSÉ LUÍS FIORI – Cientista político, professor titular do Instituto de Economia Industrial da UFRJ e do Instituto de Medicina Social da UERJ. Seu último livro é *"Em busca do dissenso perdido"*, RJ: Ed. Insight, 1995.

tância, ainda detém o poder. Se há ainda um *last landing* no mundo, são eles, seja lá pelo caminho que for. Se algum dia o governo americano chegasse a não pagar a sua dívida, aí sim, seria o caos.

Os europeus estão nesta situação de absoluto aprisionamento numa camisa de força e não têm saída dentro deste jogo. O que acontece desde 78/80? Por uma análise mais conjuntural, a crise se manifesta nos anos 71/73: a crise do Vietnã, em todos seus aspectos (político, econômico e financeiro), rompeu a paridade do dólar, o preço da energia gerou um desequilíbrio global no núcleo orgânico do capitalismo nos países centrais, que entraram em recessão até 75/76, tendo sido a mais profunda depois de 30.

Entre 73 e 79 – para colocar a data da vitória de Tatcher – assistimos a uma tentativa de retorno ao protecionismo nos países centrais como resposta à crise. Mas pelo uso ineficaz das políticas, a tese que vai vencendo é a de que a resposta keynesiana nacional já não é mais potente o suficiente para dar conta da crise. Frente a isto, os neoclássicos no campo da economia, e os liberais conservadores no plano da política, decretaram a morte do keynesianismo como se tudo fosse culpa de políticas econômicas erradas e não o resultado de uma transformação estrutural do próprio capitalismo.

Começa o processo de desregulamentação que propiciou uma impulsão descomunal, possibilitando o descolamento completo da acumulação financeira, da acumulação primitiva e da própria evolução do comércio internacional que, entretanto, evolui dez vezes menos que a evolução da acumulação financeira. Isto ocorreu sobretudo a partir de 85/86, com a adesão de todos, até a crise de 89/90, quando a economia americana retroagiu e entrou-se nessa recessão que está aí até agora. As indicações atuais

Os Fisiocratas, há 300 anos atrás já diziam que a perfeição estava no mercado. O grande empecilho para se atingir a perfeição era a política. A resolução deste problema só poderia ser alcançada através de um tirano esclarecido.

são de que a economia mundial seguirá com esse crescimento medíocre ou nenhum por mais tempo, até o final do século pelo menos.

PROPOSTA – Por onde se restringe o espaço da política pública ou, mais radicalmente, do próprio exercício democrático do poder?

JOSÉ LUÍS FIORI – Restringe-se porque, nesse movimento expansivo, que ainda se depara no caminho com o fim do mundo comunista, que representava uma resistência não econômica (era uma resistência nuclear), está contida a vingança completa do capital contra a política. A festa foi total não só porque eles também estão integrados nessa onda do mercado, como aderiram freneticamente ao consumismo, como

O atordoante é pensar que o "fascismo de mercado" hoje dispensa o tirano pois o poder político foi restringido e castigado pelo capital que se transformou no tirano.

também acabou-se com a chamada preocupação com os miseráveis e os condenados da Terra. Nem retoricamente há mais esta preocupação pela frente.

E diante disso, o que aconteceu? Se olharmos o contexto europeu – que é paradigmaticamente o mais paralisado por esta situação –, vemos que ele respondeu à desordem mundial dos anos 70 criando um sistema monetário próprio com paridade ao marco alemão. A partir daí, o mundo inteiro ingressou na chamada era das políticas deflacionárias, sob cuja égide nós estamos: moedas sobrevalorizadas, a inflação como inimigo principal, os equilíbrios macroeconômicos como um objetivo central de todos os governos e um desinteresse absoluto por crescimento e por emprego, que eram o grande objetivo da era keynesiana ou da era fordista. Isto é que foi invertido.

A partir daí, assistimos à adesão progressiva – ou vamos usar a palavra mais correta: a submissão progressiva – de todos os governos a essa idéia. É uma vitoria ideológica? É. Foi uma vitória teórica? Foi também. Ganharam nas universidades, ganharam na luta política. O que diz a cabeça de um realista no subúrbio do mundo capitalista, como um FHC, nas suas elucubrações noturnas? Frente a isso existem duas possibilidades: ou viramos uma albaniazinha ou adiamos esse fato apostando lá na frente para ver no que vai dar.

O enigma dessa situação está no fato de que essa convergência mundial em torno das políticas deflacionárias levou a economia mundial a um estado de quase permanente recessão ou de baixíssimas taxas de crescimento. E isso coloca o quadro europeu em grandes dificuldades. Aliás, este quadro lá é mais visível porque quem dita as regras clara e diretamente é Bruxelas e o Bundesbank; o resto acata e vai em frente cumprindo as orientações. As metas que foram

estabelecidas em Maastricht são rigorosamente enlouquecidas do ponto de vista de dívida pública, de paridade, de taxas de inflação, onde as economias todas têm que se submeter a uma flutuação em torno da taxa do país melhor situado no momento da aferição. Neste momento, este país chama-se Luxemburgo, que aliás nem é um país, é um palácio. E todas as economias – a francesa, a italiana, enfim, economias desse porte – têm que se submeter aos índices de dívida pública e de déficit que Luxemburgo apresenta. Isto é uma aberração de tal ordem que nem a Alemanha consegue mais responder aos requisitos de Maastricht. O déficit público da Alemanha está mais alto que 3% e a sua dívida pública também já estourou os requisitos.

No caso europeu, depois de 15 anos de políticas deflacionárias, as economias seguem em estado de quase permanente estagnação ou de um crescimento muito lento e altamente excludente.

PROPOSTA – Existem prenúncios de que em algum momento esses movimentos especulativos vão cobrar seu preço. Temos aqui sinais brasileiros. Essa bolha de que você falou também precisa se valorizar. Onde e como ela se valorizará?

JOSÉ LUÍS FIORI – Há vários ângulos para se observar essa questão. Um caminho extremamente simpático e simplificado é o que o Gailbraith seguiu num livro onde ele descreve o mecanismo recorrente das grandes euforias e crises financeiras. Ele começa pela primeira, que se deu na Holanda, em torno de 1620, onde o objeto da especulação foi nada mais nada menos do que uma flor – a tulipa –, que no auge da especulação chegou a valer na Bolsa de Amsterdã uma carruagem das mais luxuosas.

Eu escrevi um artigo para a *Folha de S. Paulo* que se chamava "Tulipas, reformas e moedas" que causou uma grande celeuma, deu-se um impacto, era tulipas para cá e tulipas para lá. Durante um mês fiquei brincando: onde eu falasse as pessoas ficavam querendo saber das tulipas. Dei uma entrevista longuíssima para a *Insight* fazendo uma analogia entre o Real e as tulipas. As pessoas me ligavam dizendo: "estamos muito interessadas nesse assunto das tulipas".

São três grandes regiões geo-monetárias no mundo e, nesse momento, uma vez tomada a iniciativa na vanguarda do mundo da desregulamentação dos mercados, permitiu-se o crescimento de uma espécie de imensa bolha atômica que os botou na cadeia como reféns.

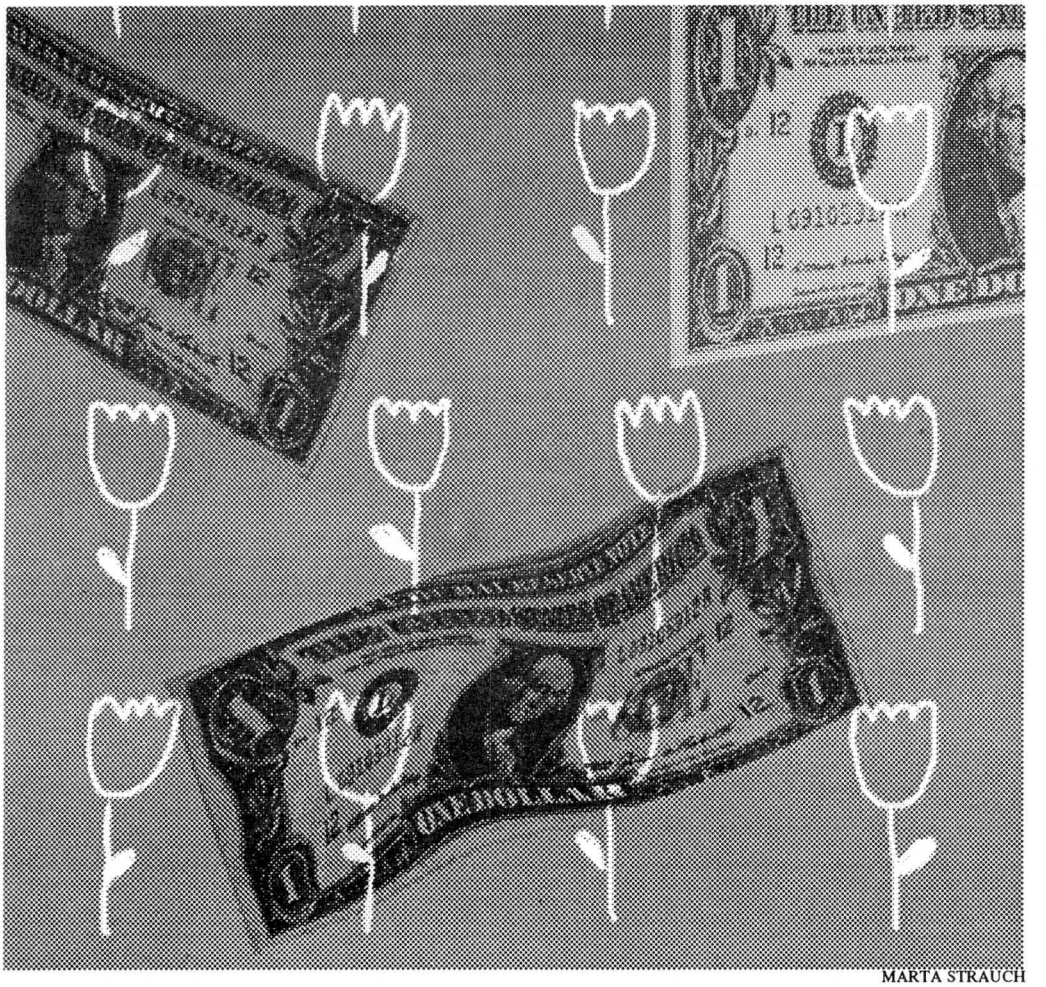
Mas a reflexão sobre a dinâmica de como a tulipa foi o primeiro objeto da especulação financeira capitalista é do Gailbraith. Eu simplesmente usei-a para mostrar como o Real era uma espécie de tulipa que vive da crença das viúvas suíças apostando nos nossos papéis.

O que fez Gailbraith? Tomou cinco exemplos e mostrou como toda essa história de especulação financeira tem uma lógica fundamental: como começa; como surge o objeto; como, em todas elas, se desenvolve uma crença, uma aposta; como em todas elas houve sempre jovens brilhantes e geniais que foram considerados os inventores da questão; e, depois, como, em determinado momento, isso estoura e cai, isto é, não se sustenta mais.

Esse livro, agradável de ler, é fantástico porque é uma radiografia enxuta do que se passou em cada um desses momentos especulativos: de como é que se define o objeto da especulação, como é que se doura essa especulação, como é que se vende para os imbecis, como é que os imbecis vão acreditando e o que se passa com o vendedor quando estoura. Em geral, os gênios vão para a prisão e os verdadeiros banqueiros ficam no esquecimento por algum tempo. Gailbraith chega a calcular mais ou menos o tempo de digestão de uma bolha especulativa como sendo de, no mínimo, 20 a 25 anos. É o tempo que leva uma geração para esquecer o estouro da última bolha. E, daí, inventa-se uma nova bolha.

Posteriormente, Paul Krugman, que é uma espécie de "papa" da economia mundial, escreveu um artigo no *Foreign Affairs*, "As tulipas e as reformas latino-americanas", usando a mesma metáfora das tulipas para falar dos mercados emergentes e da América Latina em particular. Ele diz que se trata de uma bolha especulativa, que o México furou etc. Se Paul Krugman diz isto, considero um bom sinal, pois passa a ter uma relevância no debate teórico-político internacional.

O que alguns economistas percebem é que esta bolha está sendo digerida por crises que, aparentemente, até o momento, são globais, mas não são catastróficas como a de 30. Seja pela tecnologia da comunicação atual, seja pela capacidade de reação, seja pelas sinalizações e a coordenação nesses momentos, e só nesses momentos, eles têm conseguido segurar a sua explosão através dos Bancos Centrais e dos governos. Mas, o que se tem que perceber é



MARTA STRAUCH

Em torno de 1620, na Bolsa de Amsterdã, uma tulipa chegou a valer uma carruagem das mais luxuosas.

que estas crises estão ocorrendo em ciclos cada vez mais curtos e podem aparecer em qualquer lugar: tivemos uma, em 87 ou 88, na Bolsa de Nova Iorque; uma em 90, na Bolsa de Tóquio; uma em 92 ou 93, logo depois de Maastricht, quando a Espanha, a Inglaterra e a Itália saíram do sistema; e depois em 94, no México.

O que se passa nas nossas discussões locais aqui no Brasil? A maioria "bem pensante" segue embevecida apostando na nossa tulipa local. Maria da Conceição Tavares é uma exceção. Ela sempre mostrou uma capacidade de antecipação dos processos estruturais. Ela possui a visão do grande movimento. Ela tem criticado permanentemente o fundamento especulativo da atual política de estabilização brasileira. Sua grande virtude é a de poder antecipar o que é uma projeção estrutural e dizer: como toda bolha tulipiana, esta também terá um final que pode ser hecatômbico ou pode vir através de pequenas crises. Pequenas, no sentido de que se vai levando, mas a mexicana já foi muito difícil de ser administrada.

Muitos criticam Maria da Conceição como "catastrofista", supondo que quando ela vê uma crise no final do túnel, ela a esteja enunciando para o dia de amanhã. Na verdade, ela tem plena consciência dos instrumentos de protelação que os governos dispõem e da possibilidade de que essa crise apareça na forma de "explosões" crônicas.

PROPOSTA – Como é que se monta o ciclo perverso desta história? Por que, nesta idéia, o consenso começa a ser indispensável e a democracia começa a ser lamentável enquanto divergência?

JOSÉ LUÍS FIORI – Vamos pegar esse recorte da bolha. O crescimento dessa bolha depende da sua credibilidade junto aos especuladores e por isto ninguém tem interesse em falar da própria bolha. Ninguém tem interesse que esta bolha fure. Aí começa o filão perverso deste assunto.

Como a Conceição, por exemplo, lê isso? Ela diz: "isto é insustentável!" E, de fato, em princípio, é insustentável; teoricamente é insustentável. Mas vai se sustentando através de vários mecanismos de drible. Então o que acontece? A economia japonesa, que cresceu durante 30 anos, agora está há quatro anos sem crescer.

Na verdade, as políticas deflacionárias são prisioneiras não de uma grande vitória ideológica inteligente, mas sim do processo que elas geraram. É o criador preso pela criatura.

Os japoneses estão com uma economia absolutamente estagnada. A economia americana está com 2 a 2,5% de crescimento; portanto, abaixo da sua taxa histórica, mesmo antes da era de ouro do sistema capitalista. É como se estivéssemos com a economia mundial real aprisionada por uma suposta convicção ideológica nas políticas deflacionárias. Mas, na verdade, as políticas deflacionárias são prisioneiras não de uma grande vitória ideológica inteligente, mas sim do processo que elas geraram, que é essa imensa bolha que não pode ser furada. É o criador preso pela criatura. Daí ser necessário o emprego de todo cinismo.

Os bancos japoneses, que em 10 anos viraram os maiores bancos do mundo, hoje estão todos podres. Eles entraram no setor imobiliário, especularam no mundo inteiro e hoje não têm como sustentar mais isto. Aí entra um Ministro da Fazenda e diz: "temos que salvar o Banco Econômico porque no mundo inteiro os bancos são salvos; além disso, se não salvarmos os bancos neste momento, haverá um efeito dominó que gerará uma crise microcósmica do tipo Venezuela em 91 ou uma crise mundial como a de 1930. Não podemos permitir isso."

O problema é que provavelmente pode-se ir empurrando esta instabilidade sistêmica com a barriga. Mas, dentro de uma instabilidade sistêmica não haverá crescimento para a economia mundial. Ela ficará assim, prisioneira. Pode não estourar, mas também não crescerá.

A partir daí, onde é que se aprisionam as cabeças e se transforma o consenso em condição *sine qua non* dessa falsa estabilidade? Se "ene" pessoas com o pensamento da Maria da Conceição se tornarem analistas de risco e começarem a dizer o que de fato é essa bolha especulativa, é obvio que os investidores tenderão a se afastar desse mercado gerando um fenômeno. Começará a haver uma profecia autocumprida e, portanto, por um escorregão, pode-se fazer implodir a economia boliviana ou a uruguaia, por exemplo, em 24 horas ou, na pior das hipóteses, gerar um descalabro mundial. E quem quer um descalabro mundial?

Será que é melhor um descalabro mundial do que ter pobres e miseráveis e a promessa de que no ano 2020 as coisas vão melhorar?

Será que é melhor um descalabro mundial do que ter pobres e miseráveis e a promessa de que no ano 2020 as coisas vão melhorar? Quem é louco de querer botar uma bomba atômica em cima do mundo? Então, o que resta é ser realista ou cínico. Adaptar-se e navegar neste mundo.

O problema é que não há como fugir a um dado de realidade: estamos em um país periférico, que não possui moeda nem capacidade tecnológica autônoma e que, ainda por cima, teve um passado de hiperinflação e agora adotou uma política de estabilização ancorada nessa bolha financeira, que, como eles dizem, faz gancho no processo da globalização, rigorosamente só pela porta financeira. Somos um país que não tem capacidade própria de determinar o rumo dos acontecimentos e, tampouco, portanto, de evitar as fontes últimas de uma crise eventual que pode vir de qualquer lugar desse mundo financeiramente globalizado.

Se eliminarmos o Estado, finalmente os trabalhadores terão emprego. Só que quando chegarmos nesse limite, alguém já usou essa metáfora: estaremos em cima de um cemitério.

Vide o exemplo da França. Aconteceu com Mitterand, em 81, e agora de novo com Chirac. A França está prisioneira desse processo. Quando foi que Chirac, na campanha para presidente, passou o Balladur que estava disparado na frente (o que mostra que na Europa tanto a esquerda quanto a direita estão prisioneiras desse mesmo jogo)? Chirac virou quando disse que aquela situação de desemprego não era mais sustentável e que a economia tinha que crescer. Ora, crescer, neste contexto em que estamos – a menos que todo mundo mudasse e, particularmente no contexto europeu, onde a França e a Alemanha são os principais pilares da comunidade – significa inevitavelmente desvalorizar o franco frente ao marco, significa abandonar a idéia da moeda forte. Chirac, ao pronunciar este discurso de crescimento e emprego, gerou uma corrida nos mercados financeiros contra o franco, quer dizer, todo mundo apostou. E o raciocínio foi o seguinte: "se esse cidadão anuncia que quer mais emprego para a França, e como todos nós sabemos que não existe mais emprego para a França sem mais investimento e mais crescimento, e como todos nós sabemos que não existe possibilidade de mais crescimento sem abandonar o franco forte (a menos que a Alemanha estivesse crescendo descomunalmente, mas não está porque também está prisioneira agora), então, só existe um caminho: ele vai desvalorizar a moeda".

O *Le Monde* tem uma frase magnífica quando da posse do Chirac: "O novo presidente Chirac tomou de imediato três decisões fundamentais: anunciou a manutenção da paridade para tranqüilizar os mercados, visitou o presidente Köhl para tranqüilizar os alemães e, depois, tranqüilizou a opinião pública na ordem direta da sua importância". O exemplo francês é paradigmático.

A grande crise pode vir de qualquer lugar do mundo. Como 50 ou 60% da massa especulativa do mundo se faz em cima das flutuações de câmbio e juro, começa aí mais um tipo de perversidade neste assunto. Isto não tem nada a ver com a credibilidade interna da nossa tulipa e sim com a descoordenação entre as três grandes potências monetárias do mundo. Mas, ao mesmo tempo, essa descoordenação é benéfica para a especulação porque permite que se jogue nas variações entre elas. Basta lembrarmos que o yen passou a valer 70 por dólar quando, há dois anos atrás, valia 300. Para se ter uma idéia, essa desvalorização que o yen sofreu, e que os americanos de certa forma lhe impôs, fez com que o grupo que comprou o Empire State tivesse que vendê-lo mais ou menos por um terço do preço de compra. Isso foi apenas naquele pequeno negócio do Empire State, sem falar nos demais. Uma pequena variação nessas moedas representa volumes descomunais de riqueza que se transferem de mãos.

Se existisse uma coordenação mínima entre as três regiões geomonetárias do mundo, poderíamos estar frente a uma outra situação. Mas não só essa coordenação tem se mostrado impossível, porque os interesses nacionais não são compatíveis, como, além disso, a especulação global se nutre da descoordenação. E, assim, uma coisa vai sendo aprisionada na outra. Essas variações de juros de 0,6%, da qual nós aqui não nos damos

Nas periferias do mundo capitalista o grau de autolimitação do espaço da política é extraordinariamente maior.

conta, significam fatias de riqueza que saíram de um lugar e foram para outro. Essa é uma decisão dos Bancos Centrais dos países, ou seja, em última instância, há uma capacidade de, com pequeníssimas variações na política monetária, gerar descomunais reconcentrações patrimoniais ou transferências de riquezas de um lado para outro.

Agora vamos nos transferir para cá. Esta estratégia de estabilização tem provocado uma enorme concentração de riqueza na Argentina, no México, no Brasil e um grande empobrecimento de suas populações. Mas aqui vamos pegar o Menem ou o Fernando Henrique. Eles se elegeram apoiados por um plano de estabilização que colocou as economias nacionais nessa bolha internacional. Se entrassem num efeito contradominó, estariam indo às avessas e poderiam furar a bolha. Pois se acontecer, feito um terremoto, alguma coisa de ruim no Japão, isso geraria uma explosão no mundo inteiro, mas sobretudo nas economias periféricas. São coagidos em nome da salvação da economia e da humanidade a não dizerem nada sobre o perigo que está colocado à frente. Tudo pode mexer com as expectativas dos mercados financeiros e qualquer movimento nos mercados financeiros pode liquidar com uma economia nacional. Num país como o nosso – que ainda por cima está preso ao plano de estabilização que elegeu um presidente que não pode mexer uma vírgula em nada senão não se elegerá de novo – passa a não haver nenhum espaço de política pública. E, o que é pior, não há nenhum espaço para a crítica pois a imprensa inteira se alinha.

Num país como o nosso – preso ao plano de estabilização que elegeu um presidente que não pode mexer uma vírgula senão não se elegerá de novo – passa a não haver nenhum espaço de política pública. E, o que é pior, não há nenhum espaço para a crítica pois a imprensa inteira se alinha.

Quando alguma crítica ou notícia não sai na imprensa – e aqui está a mudança que houve na ordem local – não é porque tenha havido uma ordem superior de um censor militar que tenha dito para não se publicar mais notícias sobre o Banco Econômico para não atrapalhar o mercado financeiro e as expectativas internacionais dos investidores, cujas decisões de investir na nossa tulipa seguram a nossa moeda, segura o nosso presidente, segura a felicidade da nossa classe média que pode ir tomar banho em Miami. O mais provável é que tenha havido uma reação simultânea e quase espontânea concatenada pela determinação do interesse coletivo na manutenção de toda essa ficção. Não é necessário um grande raciocínio estratégico. É só o órgão da mídia pensar nos seus investimentos que concluirá: suspende essa matéria! Este tem sido o argumento cada vez mais explicitado pelas autoridades governamentais: não mexer no

sistema financeiro porque senão provocaremos uma hecatombe. Assim, alocar 7 bilhões no sistema financeiro e meio bilhão na saúde passa a ser justificável porque a saúde dos bancos significa a saúde da economia, que é a saúde da sociedade, que é a saúde do povo.

PROPOSTA – Afora a utopia de que um dia talvez a humanidade vá se reorganizar de forma a se regular de outra maneira, e afora a hipótese da hecatombe da bolha, o que nos resta?

JOSÉ LUÍS FIORI – Não sou formulador de políticas e nem de estratégias. Se eu tentasse responder, diria que, mesmo dentro de uma perspectiva realista, e admitindo que não se tem cacife para esse jogo, haveria maneiras diferentes de distribuir o ônus da entrada no jogo. Por exemplo, por que o desentendimento atual que o Fernando Henrique comentou, recentemente, em entrevista com os indianos? Os indianos declaram a mesma estratégia: abertura, liberalização dos mercados, privatizações, ou seja, o corolário todo. Porém, se formos à Índia, veremos como é que eles estão fazendo. A privatização é bem lenta; praticamente não existe. Abertura? Controlada. Não estamos discutindo uma estratégia diferente e sim dentro de uma mesma estratégia, só que com uma distribuição diferente do ônus. Recentemente aconteceu de eu estar na Índia pela primeira vez e, ao entrar na chamada *Old Deli* e ver aquela massa descomunal de gente andando pelas ruas, não pude deixar de pensar: se este país cai nas mãos de algum desses economistas malucos, o efeito será nuclear.

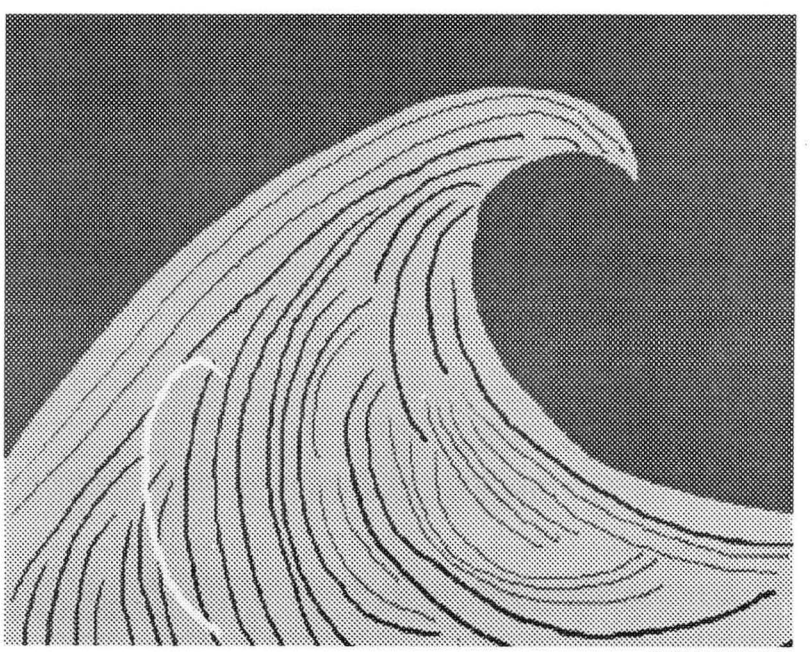
A bolha especulativa se sustenta de flutuações nos câmbios e nos juros. Essas variações na política monetária geram reconcentrações patrimoniais ou transferências de riquezas de um lado para outro.

Na Índia há um bilhão de seres humanos; portanto, seis vezes a nossa população em um território

Do meu ponto de vista qualquer possibilidade de saída passa pelo plano político e não apenas pelo plano econômico.

que é quase um terço do nosso. Se chegasse um liberal frenético que fosse desregulamentando tudo a toque de caixa e de qualquer maneira, o efeito seria o de uma bomba atômica ou pior. A Índia ainda tem quase 70% da sua população no campo. Dos que estão nas cidades, aproximadamente 60% desses 30% restantes vivem ou são empregados do Estado. Portanto, essa brincadeira de reforma administrativa, de privatização, na Índia, significa jogar na fome diretamente o dobro da população brasileira. Então, por enquanto, nitidamente, apesar da mesma linguagem, as coisas lá estão sendo feitas com outra velocidade.

Na Rússia, aqueles três ou quatro consultores teóricos da estabilização conseguiram, junto com a máfia local, fazer um estrago que provavelmente uma guerra com os americanos não teria feito. Obviamente não fizeram sozinhos. Mas a concepção e a implementação, no momento em que a história do país entrou na roleta (quando era um momento de tomar decisões para cá e para lá), esses enlouquecidos, que são comemorados nas reuniões internacionais como gênios porque conseguiram estabilizar a Rússia e a Polônia, arrasaram com tudo. Aí, de fato, vale a expressão de Hobsbawn de que se tem a impressão de que estamos em uma era de barbárie onde se menospreza, se ignora inteiramente o ser humano. Por isso que tinha razão o Mangabeira Unger quando disse na televisão que a questão é fundamentalmente um problema de ordem ética e



MARTA STRAUCH

civilizatória, acrescentando que este modelo pode se sustentar por muitos anos com alguns enriquecendo enormemente e a maioria vivendo horrores. O problema é que isto é eticamente repugnante...

Qual é o problema de ordem ética e civilizatória e quando o limite dessa utopia é fratricida? Não sei. É muito difícil saber. Basta dizer que hoje, nesta escalada de insanidade, o culpado do desemprego agora é o trabalhador. No limite, voltamos aos Fisiocratas porque se eliminarmos totalmente os direitos dos trabalhadores, baixarmos os salários e eliminarmos o Estado, finalmente os trabalhadores terão emprego. Só que quando chegarmos nesse limite, alguém já usou essa metáfora: estaremos em cima de um cemitério.

PROPOSTA – A economia brasileira, pela sua industrialização acumulada, pela sua complexidade e pelo seu caráter de desenvolvimento para fora e para dentro, pode criar condições por algum elemento de transição industrial de uma adaptação mais mediadora?

JOSÉ LUÍS FIORI – Pela estratégia liberal que aí está não há espaço para isso. O poder de concentração regional e os desequilíbrios federativos vão aumentar, metade dos funcionários públicos serão colocados na rua. A utopia liberal tem uma grande vantagem na História. Ao contrário do comunismo, que foi experimentado e fracassou na Rússia, ela nunca teve um lugar de fato.

PROPOSTA – Frente a tudo isto, quais os cenários que se pode vislumbrar para o novo século?

JOSÉ LUÍS FIORI – Há vários exercícios de prospecção possíveis. Há os que trabalham com a idéia de grandes ciclos, como os ciclos de Kondratiefe e que pensam que o ciclo recessivo estaria se finalizando.

A utopia liberal tem uma grande vantagem na História. Ao contrário do comunismo, que foi experimentado e fracassou na Rússia, ela nunca teve um lugar de fato.

Temos um outro exercício de prospeção. A maioria dos economistas que pensam a médio e longo prazo prevêem um crescimento medíocre para a economia mundial na próxima década. Entenda-se por medíocre algo como isto que temos tido (1 a 2% nos países centrais e na periferia não asiática algo próximo de 3%).

Há um terceiro tipo de pensamento e análise que agrega a esta edição do crescimento medíocre uma tentativa de explicá-lo. Utiliza mais a economia política e, nesse caso, a perspectiva do crescimento baixo coloca-se mais na direção do que eu estive falando. Esse crescimento seguiria sendo medíocre basicamente por culpa das políticas deflacionárias aplicadas em quase todo o mundo. Para que isso não fosse assim ou para pensar na possibilidade de um crescimento maior da economia mundial, se exigiria uma dentre duas condições: que fosse possível haver uma coordenação macroeconômica mundial (ou pelo menos entre as três grandes potências) ou a afirmação inconteste da supremacia como foi a norte-americana durante o período pós-Segunda Guerra Mundial. A coordenação macroeconômica mundial passa pelo equacionamento das relações de poder, de Estado, de projetos nacionais. Por isso é muito complexa. Não é um problema de flutuação. É um problema de projeto europeu, projeto asiático e projeto americano que são dificilmente compatibilizados, ainda quando se esconda isso através de argumentos econômicos.

Qual é o problema de ordem ética e civilizatória e quando o limite dessa utopia é fratricida?

E qual é a vantagem que muitos analistas internacionais, filiados à Teoria da Estabilidade Hegemônica, vêem se houvesse uma supremacia clara? A idéia deles é de que o mundo capitalista sempre cresceu mais aceleradamente em períodos onde houve uma supremacia clara de alguém. Ao contrário, o caos seria perverso. Então, o melhor seria ter um leão de chácara dando as ordens porque isso acabaria sendo positivo. O modelo paradigmático seriam os Estados Unidos e Bretton Woods, quando os EUA tinham 50% de controle da produção mundial, tinham controle da tecnologia, da moeda, das armas, de tudo. Uma situação menos forte seria a inglesa, em parte do século passado, onde a hegemonia foi clara, a supremacia da moeda inequívoca e, portanto, havia uma articulação e regras mais claras para dirimir conflitos etc. Há muitos outros que questionam isso.

Do meu ponto de vista, dentro deste *imbróglio* que aí está armado, qualquer possibilidade de saída passa pelo plano político, não passa pelo plano econômico. Apenas essa supremacia ou essa coordenação teria que inverter o sinal da política econômica dominante, abandonando coletivamente as políticas deflacionárias, adotando uma estratégia que poderíamos chamar, em falta de melhor nome, de um neokeynesianismo global.

Hoje, há um número crescente de economistas fora do Brasil que começam a ser ouvidos apesar de estarem na contramão do consenso neoliberal e que vêm denunciando que o grande responsável pelo desemprego não são apenas as novas tecnologias mas a *growthfobia* que tomou conta desses governos do mundo inteiro desde os anos 70.

A propósito disso, por exemplo, há um artigo no *New York Review of Books*, "O fim da aflu-

Este tem sido o argumento cada vez mais explicitado pelas autoridades governamentais: não mexer no sistema financeiro porque senão provocaremos uma hecatombe.

blemas alinhados – crise fiscal do Estado, excesso de direitos trabalhistas etc. – seriam um simples lero-lero. É como se se invertesse os argumentos. Tudo isso que a direita diz que é a causa aparece como efeito da falta de crescimento e se diluiria com o maior crescimento.

A questão que fica é: como crescer a essa velocidade uma vez que isso significaria aumentar a taxa de investimento redirecionando a acumulação financeira

ência americana", onde o autor exercita a hipótese de que se os Estados Unidos tivessem crescido desde 73 apenas 3,5%, que é a taxa histórica norte-americana do pós-Segunda Guerra, ou seja, um ponto a mais do que cresceram na média destes 25 anos, hoje não haveria déficit fiscal nos EUA e eles teriam dinheiro sobrando para implementar integralmente o plano de saúde da senhora Hillary e ainda sobraria dinheiro.

Começa a ressurgir, portanto, a idéia de que se as economias crescessem um pouco mais do que estão crescendo, todos esses pro-

Assim, alocar 7 bilhões no sistema financeiro e meio bilhão na saúde passa a ser justificável porque a saúde dos bancos significa a saúde da economia, que é a saúde da sociedade, que é a saúde do povo.

etc.? Isto só seria possível a partir de uma decisão política das grandes potências através de uma coordenação de governos e Bancos Centrais em torno de uma política global de crescimento. Mas isto é de uma enorme complexidade pois envolve problemas de relacionamento político e a possibilidade de que pudesse haver uma convergência – e aí não puramente econômica – de interesses nacionais (políticos e econômicos) entre o Japão, a Europa e os EUA. Mas esta é a pista para começarmos a pensar hoje alternativas no quadro internacional. ❑

PARA ONDE VAI O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO?

André Urani

Antecedentes

O mercado de trabalho brasileiro tem andado mal das pernas na última década e meia. Começou nos anos 80, no meio da maior recessão da história deste país e tendo que aturar uma inflação (até então) sem precedentes que resultou altas taxas de desemprego e arrocho salarial. O mercado respirou aliviado com a recuperação de meados da década, especialmente com o plano Cruzado. Mas durou pouco: logo a inflação voltou, mais fora de controle do que antes, deixando no seu rastro um progressivo achatamento dos salários reais, particularmente dos salários mais baixos.

Tomando-se a "década perdida" como um todo, contudo, não se pode dizer que a economia brasileira não tenha sido capaz de gerar novos postos de trabalho. Pelo contrário, estes foram mais numerosos que na década anterior, com todos seus milagres e PNDs. A criação de novos postos de trabalho neste ambiente de estagflação, entretanto, se deu em detrimento da qualidade destes postos de trabalho, em função da já assinalada diminuição dos salários reais, mais do que da informalização.

Este quadro se alterou profundamente – e para pior – com a virada da década. A combinação de reformas estruturais e recessão, motivados pela administração Collor, provocou um milagre às avessas: todos perderam, mas os mais ricos mais que os mais pobres. A participação dos empregados com carteira assinada começou a despencar. Não obstante a recessão fosse quase tão profunda quanto a de uma década antes e a progressiva consolidação do programa de seguro-desemprego, a principal contrapartida deste fenômeno não foi um aumento da taxa de desemprego aberto, mas um paulatino aumento das participações dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria na ocupação total.

Tomando-se a "década perdida" como um todo, contudo, não se pode dizer que a economia brasileira não tenha sido capaz de gerar novos postos de trabalho.

Veio o *impeachment* e, com ele, o abandono das estratégias recessivas de combate aos desequilíbrios de curto prazo. Pouco a pouco, a economia voltou a crescer e foi sendo gestado o plano Real, cujo relativo sucesso – pelo menos num primeiro momento (até meados do primeiro semestre de 1995) – impulsionou ainda mais o crescimento econômico. Com isto, o emprego com carteira assinada voltou a crescer, ainda que de forma insuficiente para manter a participação do segmento na ocupação total.

Muito do debate atual em torno do mercado de trabalho tem sido marcado pelo fatalismo.

Esta trajetória, no entanto, era insustentável do ponto de vista da conta corrente do balanço de pagamentos. Frente a esta situação, as autoridades monetárias foram obrigadas – no primeiro semestre do ano passado – a darem uma guinada na política econômica, afrouxando o câmbio, aumentando os juros e desacelerando o processo de abertura comercial, o quanto fosse necessário, para não pôr em risco o patrimônio em termos de estabilidade conquistado até aquele momento.

Com esta mudança de rumos, o ritmo de crescimento da economia brasileira se reduziu bruscamente e com ele a demanda de trabalho. Entre junho e dezembro de 1995, o número de admitidos, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho, caiu mais de 40%. Em pouco mais de 6 meses, o número de empregos com carteira assinada "destruídos" foi maior que o de "criados" (ou res-

ANDRÉ URANI – Professor do IE-UFRJ, pesquisador da Dipes-Ipea e presidente da Abet.

suscitados) desde o início da recuperação. Ou seja, voltamos para trás, aos níveis de 1993 (em termos de número de pessoas que detinham um vínculo empregatício formal), os quais – diga-se de passagem – eram bastante inferiores aos do final da década passada/início desta.

Em compensação, os rendimentos reais (e sobretudo nos segmentos informais) não têm cessado de aumentar do plano Real para cá. Em outras palavras, apesar dos pesares, o inchaço cada vez mais evidente dos setores e segmentos menos organizados do mercado de trabalho desta vez não tem se traduzido em uma deterioração dos indicadores sociais propriamente ditos, em boa parte graças a efeitos transitórios do plano de estabilização ainda em curso (como, por exemplo, a mudança de preços relativos entre setores comercializáveis e não-comercializáveis decorrente da estratégia cambial adotada até aqui).

A taxa de desemprego, enfim, embora em fase ascendente, continua longe de seus piores dias (tanto segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, quanto a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) produzida em convênio pelo Dieese e pela Fundação Seade, em conjunto com seus parceiros regionais).

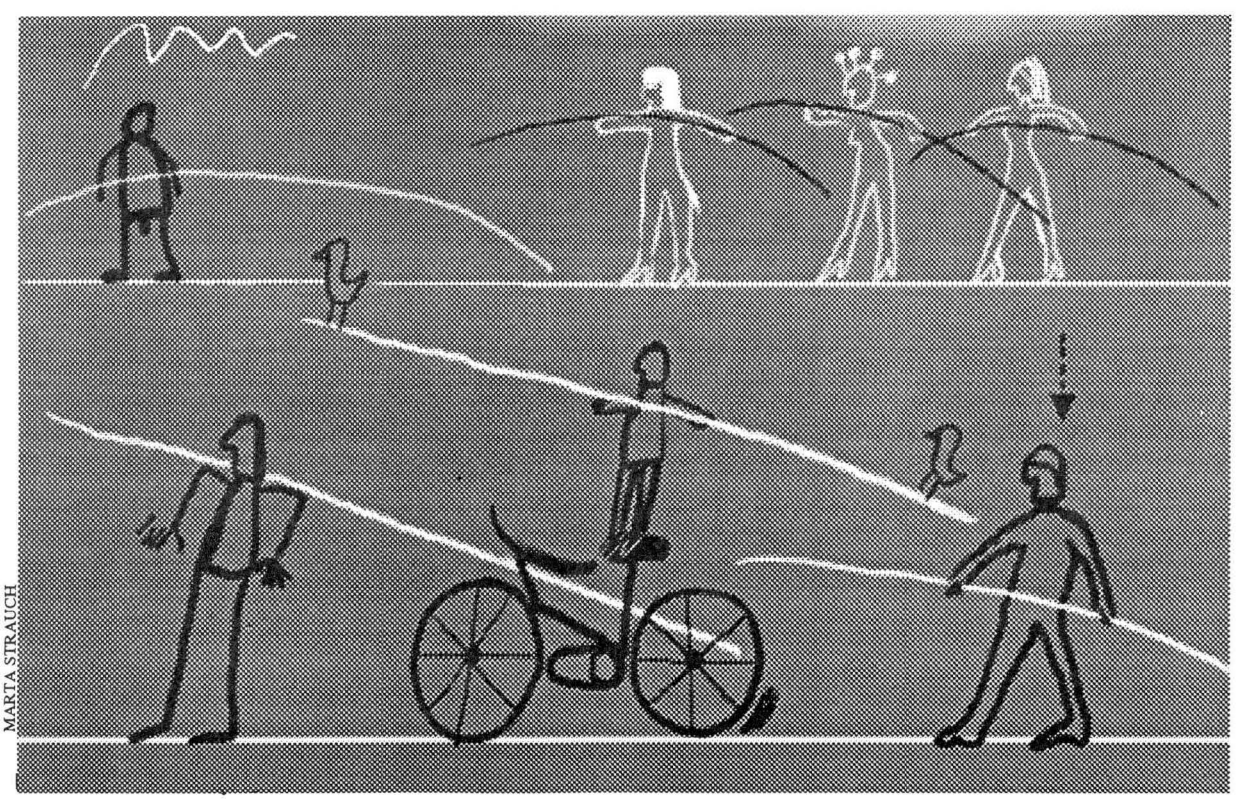
Tendências "inevitáveis"

Muito do debate atual em torno do mercado de trabalho tem sido marcado pelo fatalismo. As manchetes, aqui e alhures, anunciam "o fim do trabalho", "o fantasma que ronda o final do milênio", e congêneres – todas aparentadas, de uma maneira ou de outra – ao já tão propagado "fim da história". Será?

A combinação de reformas estruturais e recessão, motivados pela administração Collor, provocou um milagre às avessas: todos perderam, mas os mais ricos mais que os mais pobres.

Triste fim de milênio nestes tristes trópicos, tão viciados em adotar "idéias fora do lugar". Globalização, automação industrial, terceirização, qualidade total, reforma administrativa, desestatização, fusões e aquisições etc. seriam todos os ingredientes desta conspiração satânica imposta pelo paradigma neoliberal dominante contra a classe trabalhadora. Como se esta não fosse capaz de reagir e de se reorganizar de maneira a tirar algum proveito das mudanças em curso.

No mundo da Internet, muito mais que no do telégrafo, é complicado se fechar. Quem tem saudades dos anos 80, quando nosso parque industrial se dava ao luxo de ser extremamente ineficiente pois não tinha concorrência a enfrentar e se sustentava através de suas aplicações financeiras? Os



MARTA STRAUCH

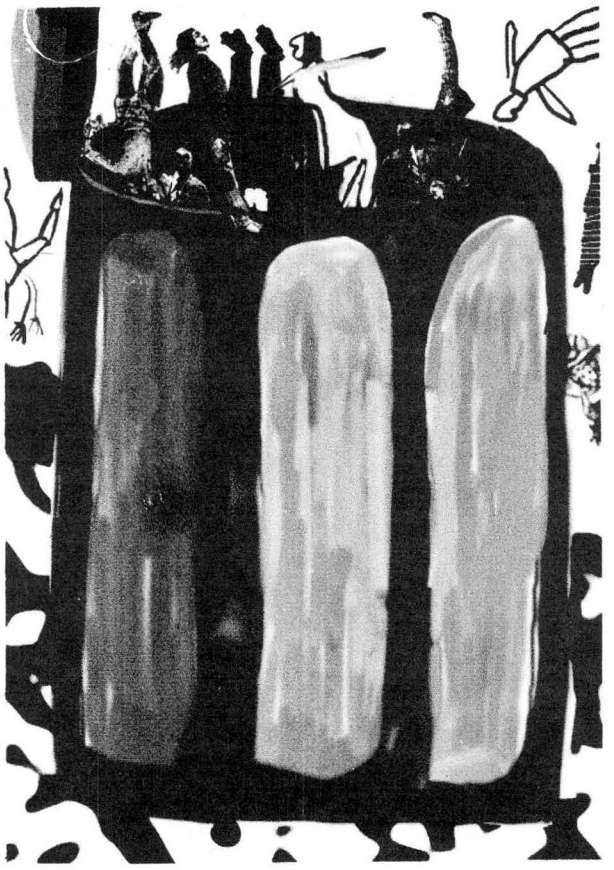
consumidores? Os trabalhadores? Quem?

Que sentido faz, às vésperas do terceiro milênio, reeditar o ludismo? Os "tempos modernos", desta vez, têm eliminado os postos de trabalho dos apertadores de parafusos. Vamos ser contra para manter o nível de emprego?

Alguém está disposto a lutar para que empresas metalúrgicas façam elas mesmas as refeições de seus funcionários sem que seus cozinheiros tragam "quentinhas" de casa?

Quem se habilita a defender a permanência de nosso parque industrial em São Paulo, quando todas as desigualdades regionais que cansamos de denunciar continuam aí e a paulicéia mal consegue respirar de tanta poluição?

Será que estamos mesmo condenados a consumir produtos ruins para sermos felizes? Ou a aturar o estado clientelista-estabilizado-com-"direitos"-adquiridos que herdamos de décadas de PFLs (mais ou menos autoritários) "se alternando" no poder?



MARTA STRAUCH

Ainda existe alguém que acredita que a via Dutra (ou a Rio-Juiz de Fora, ou a RFFSA etc.) está tão mal conservada por sacanagem do Estado-promíscuo-que-quer-privatizar? Que nos diga então de onde tiraria os recursos para reverter a situação...

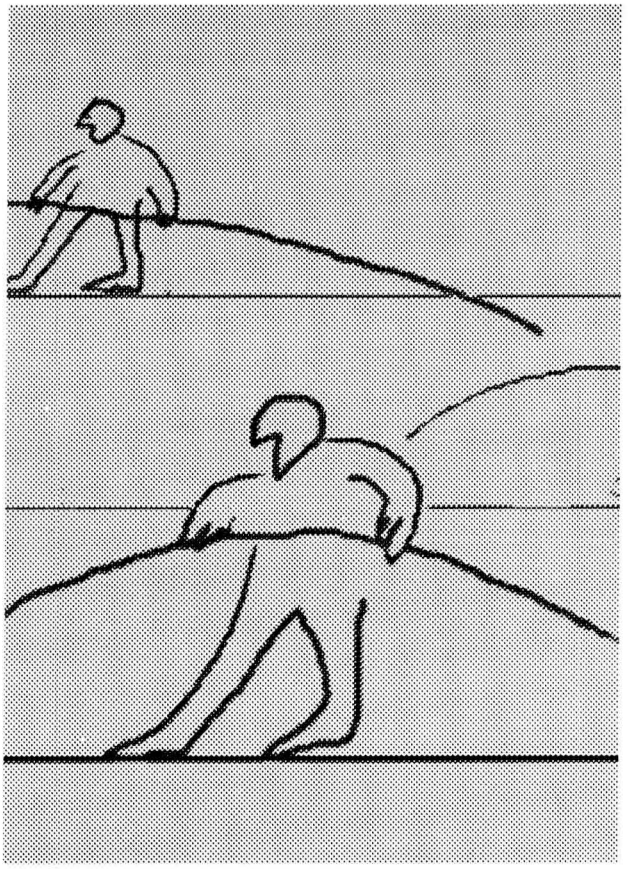
Difícil, portanto, ser contra as mudanças em curso per se.

O lado negativo delas é o de que, *ceteris paribus* (como gostamos de dizer em economia), quem se dá mal nesta estória toda é o emprego. A curto prazo, pelo menos, todas elas apontam para uma redução – ainda maior do que a experimentamos até aqui – do número de empregos de boa qualidade, ou pelo menos da participação destes na ocupação total. Os setores que tradicionalmente "empregam bem" (ou seja, que proporcionam contratos legais, salários relativamente elevados e alguma perspectiva de estabilidade), como a indústria de transformação, o sistema financeiro, a administração pública e as estatais, tendem todos a empregar menos, pelo menos a curto prazo, pelas razões já assinaladas. Empregar menos significa admitir menos e desligar mais. Admitir menos implica aumentar a fila de espera por estes postos de trabalho, ou seja, provoca um inchaço do segmento assalariado sem carteira assinada, composto em sua maioria por jovens em busca das credenciais que não conseguiram obter no sistema escolar. Desligar mais, por sua vez, se traduz em tornar a abertura de pequenos negócios, em geral por conta própria, a única estratégia de sobrevivência possível para trabalhadores adultos, cujas habilidades deixaram de ser valorizadas pelo mercado, ou cuja falta de qualificação básica impede a reconversão.

A criação de um "Sistema Público de Emprego", capaz de integrar as ações de seguro-desemprego, retreinamento e recolocação passa necessariamente por uma ampla reforma institucional, que certamente não se dará sem obstáculos.

Poucos perceberam, mas na primeira metade desta década se produziu um fenômeno da maior importância: está se retardando a entrada no mercado de trabalho, ou seja, diminuindo o abandono precoce do sistema escolar.

Contrapontos possíveis



Uma série de medidas podem e devem ser tomadas para fazer frente ao quadro pintado acima.

Algumas são implementáveis a curto prazo pois não dependem de grandes alterações do quadro institucional vigente, mas de uma mudança de comportamento de alguns atores importantes, o que aliás já vem ocorrendo.

Em primeiro lugar, a própria força de trabalho tem mudado seu comportamento. Poucos perceberam, mas na primeira metade desta década se produziu um fenômeno da maior importância: a taxa de participação caiu abruptamente (quase cinco pontos percentuais) em todas as regiões metropolitanas para as quais existem informações a respeito. Esta redução, ainda em curso, se explica totalmente pelo comportamento das faixas etárias mais jovens – e particularmente dos indivíduos do sexo masculino. Isto significa que está se retardando a entrada no mercado de trabalho, ou seja, diminuindo o abandono precoce do sistema escolar. As razões para comemorar são de duas ordens:

• isto alivia, no curto prazo, as pressões para baixo sobre os salários reais da mão-de-obra menos qualificada; e

• a mais longo prazo, isso pode estar representando o início de um processo de: a) gestação de uma força de trabalho mais qualificada – e, portanto, mais apta às exigências impostas pelos novos paradigmas produtivos; e b) redução da desigualdade de renda com concomitante aumento da cidadania.

Os "tempos modernos", desta vez, têm eliminado os postos de trabalho dos apertadores de parafusos. Vamos ser contra para manter o nível de emprego?

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que o próprio Governo Federal tem se empenhado em várias direções:

• melhoria do ensino básico, o que é indispensável para que a maior demanda pelo sistema, assinalada acima, não seja frustrada;

• implementação – em parceria com estados e municípios – de um vultuoso programa de educação profissional, voltado inclusive e sobretudo aos desempregados, a ser financiado com recursos do FAT; e

• criação de um "protocolo de emprego" entre o Ministério do Trabalho e o BNDES para minimizar os custos sociais das reformas estruturais em curso.

Estas mudanças têm induzido as instituições do "sistema S" (Senai, Senac, Senar, Sebrae etc.) a reorientarem suas atividades, ainda que com um ritmo incerto e diferenciado. De qualquer forma, há nítidos sintomas de que o Senai tem dado menos ênfase ao aprendizado propriamente dito e mais ao retreinamento de desempregados e de que o Sebrae esboça uma atuação "menos elitista" etc.

Ainda que estas atitudes sejam bem-vindas, não há espaço – no quadro institucional atual – para se avançar muito nesta área. A criação de um "Sistema Público de Emprego" propriamente dito, capaz de integrar as ações de seguro-desemprego, retreinamento e recolocação passa necessariamente por uma ampla reforma institucional, que certamente não se dará sem obstáculos.

Por outro lado, no espectro de ações possíveis para melhorar a situação do mercado de trabalho, não há por que se limitar a medidas compensatórias. O debate tem recentemente se voltado a outros temas como a redução de encargos e a diminuição e flexibilização da jornada de trabalho.

O máximo que uma redução pura e simples dos encargos trabalhistas pode provocar é uma menor informalidade das relações de trabalho às custas de uma precariedade ainda maior do mercado como um todo. Amplia-se o leque de trabalhadores protegidos pela legislação, mas a proteção torna-

se menor. Uma eventual medida deste tipo teria outros efeitos indesejados como o de aumentar ainda mais a instabilidade das relações trabalhistas, o que seria um passo importante na contramão da História. Os novos paradigmas exigem altos investimentos em capital humano das empresas em seus funcionários, os quais são incompatíveis com elevadas taxas de rotatividade. Há, todavia, maneiras de se flexibilizar encargos sem precarizar ulteriormente as relações trabalhistas que estão sendo discutidas dentro do próprio Ministério do Trabalho. A proposta de José Márcio Camargo, por exemplo, é a de permitir que determinados encargos (a serem indicados no âmbito de uma negociação tripartite de caráter nacional) possam ser flexibilizados desde que o sindicato – organizado no âmbito da firma – acate a idéia. Caso o sindicato não esteja presente, vale a legislação em vigor.

A discussão sobre jornada, por sua vez é, ao mesmo tempo, mais complexa e mais interessante. Por um lado, sua flexibilização (que não encontraria atritos políticos importantes) apontaria para a direção oposta da redução dos encargos, ou seja, induziria a uma menor rotatividade da mão-de-obra. Sua redução, por outro, sobretudo se acompanhada por uma variação proporcional e no mesmo sentido dos salários, levaria a um aumento da demanda de mão-de-obra e, portanto, do nível de emprego. O problema é que os sindicatos têm lá suas razões para se oporem à redução dos salários.

A melhoria da qualidade do emprego, a longo prazo, passa necessariamente pelo aumento do poder de barganha da classe trabalhadora, que não pode se dar de forma legítima no marco institucional arcaico e autoritário da atual legislação.

Estas questões levam diretamente a uma discussão da estrutura sindical em vigor. A melhoria da qualidade do emprego, a longo prazo, passa necessariamente pelo aumento do poder de barganha da classe trabalhadora, que não pode se dar de forma legítima no marco institucional arcaico e autoritário da atual legislação. Sua revisão terá que passar, entre outras coisas, pelo fim da dessincronização forçada das datas-base, pela substituição do imposto sindical por um sistema de contribuições voluntárias, pela adoção de um sistema de negociações coletivas mais centralizado e pela permissão dos sindicatos se organizarem no âmbito da firma.

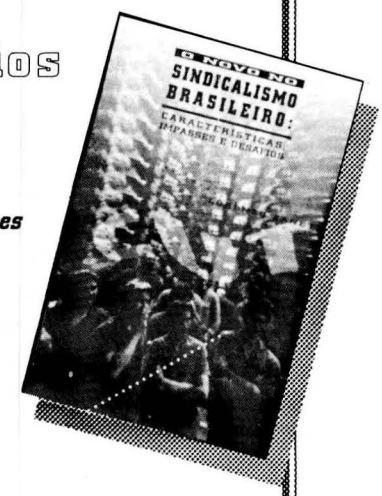
Last but not least, todas estas mudanças serão apenas cosméticas se o país não voltar a uma trajetória sustentável de desenvolvimento. A manutenção da estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento econômico são condições necessárias mas não suficientes para que isto ocorra. Na sociedade brasileira atual, um maior desenvolvimento social só será obtido se forem implementadas formas de planejamento participativo, que requerem, por um lado, a recuperação de um sistema estatístico nacional sólido e, por outro, uma ampliação dos canais de debate.

De uma maneira ou de outra, boa parte destas reações já estão sendo esboçadas. O futuro do mercado de trabalho brasileiro, nesta segunda metade dos anos 90, depende da rapidez com que elas forem consolidadas. ❑

O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios

de Lorenzo Zanetti

- *Uma reflexão sobre a história do novo sindicalismo que se expressa na CUT.*
- *Os impactos e expressões concretas do novo sindicalismo junto aos trabalhadores e suas organizações.*
- *Os congressos da CUT. Obstáculos, avanços e estratégias.*
- *A polêmica sobre divisionismo e unicidade sindical.*
- *Sua influência em outros setores da sociedade e na conjuntura do país.*
- *Os limites, problemas e impasses que acompanharam a implementação do novo sindicalismo.*
- *A busca de alternativas para superar os desafios e manter-se como referência de uma nova forma de pensar e agir.*



MEU TRABALHO VALE MAIS

Fernanda Carisio

Antíparo, um poeta grego do tempo de Cícero, assim cantava a invenção do moinho d'água (para moer grãos) dizendo que ele iria emancipar as escravas e fazer voltar à época áurea: "Descansem o braço que faz girar a moenda, ó moleiras, e durmam em paz! Que o galo em vão as avise que o dia surgiu! Dao impôs às ninfas o trabalho dos escravos e, no entanto, lá estão elas a saltar alegremente sobre a roda enquanto o eixo danificado gira com seus raios, fazendo girar a pesada pedra rolante. Vivamos da vida de nossos pais e, ociosos, rejubilemo-nos com os dons que a deusa nos dá".

Infelizmente, os prazeres que o poeta pagão anunciava não chegaram. A paixão cega, perversa e homicida do trabalho transformou a máquina libertadora em instrumento de sujeição de homens livres: sua produtividade o empobrece.

Uma boa operária, com sua fusada, não faz mais de cinco malhas por minuto, enquanto certas máquinas circulares de tricotar fazem, no mesmo espaço de tempo, trinta mil. Cada minuto da máquina equivale a cem horas de trabalho da operária; ou, então, cada minuto de trabalho da máquina permite à operária dez dias de repouso.

"... é preciso que (o proletariado) volte a seus instintos naturais, que proclame os Direitos à Preguiça, mil vezes mais nobres e mais sagrados que os tísicos Direitos do Homem, arquitetados pelos advogados metafísicos da revolução burguesa. É preciso que ele se obrigue a não trabalhar mais que três horas por dia, não fazendo mais nada, só festejando, pelo resto do dia e da noite." (Paul Lafargue, O direito à preguiça, França, 1880)

Há mais de cem anos, trabalhadores de todo o mundo iniciavam a luta pela redução da jornada de trabalho. No Brasil, o Congresso Operário Brasileiro de 1906 enfatizava a bandeira da jornada de oito horas, que teve seu desdobramento na explosiva greve geral pelas oito horas, em 1907. E parece que ficamos satisfeitos com esse ganho. Em 1880, Paul Lafargue lembrava que "cada minuto de trabalho da máquina permite a uma operária dez dias de repouso", enquanto nos acomodávamos à idéia de que cada minuto de trabalho da máquina permite demitir várias operárias.

Assim é que vamos chegando ao final do século XX, imersos numa alucinada discussão que se traduz em uma palavra mágica: FLEXIBILIZAÇÃO. Essa varinha de condão surgiu a pretexto de resolver uma dicotomia, aparentemente insolúvel, entre a modernização/globalização e o desemprego por elas gerado.

Caminhamos a passos céleres não para a civilização do lazer mas para a civilização dos desempregados e excluídos.

Em todo o mundo as estatísticas mostram um avanço fantástico em novas tecnologias e nas relações de trabalho. Robotização associada a modernas técnicas de RH (recursos humanos) elevam a produtividade do trabalhador a níveis nunca vistos, enquanto caminhamos a passos céleres não para a civilização do lazer, mas para a civilização dos desempregados e dos excluídos.

"Depois de 100 anos de socialismo e capitalismo, a miséria no mundo aumentou, a economia transformou-se num código de brancos e numa fábrica de exclusão racionalizada. A modernidade produziu um mundo menor do que a humanidade. Sobram bilhões de pessoas. Não se previu espaço para elas nos vários projetos internacionais e nacionais." (Herbert de Souza, *O pão nosso*).

A exclusão é a opção desse fim de século. Empresas que adotam políticas de redução do qua-

FERNANDA CARISIO – Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e membro do Conselho Deliberativo da FASE.

dro de empregados vêem subir a cotação de suas ações na bolsa de valores. Linhas de crédito especiais são desenvolvidas para financiar programas que "enxuguem" as empresas – ou seja – que diminuam o número de empregados. Ao mesmo tempo, a criatividade empresarial busca novas formas de reduzir, além da utilização, o custo dessa mão-de-obra.

As célebres crises de superprodução que rondavam os primeiros tempos do capitalismo agora são controladas graças à globalização da economia. O que produzir, como, quando, aonde e para quem, são decisões transnacionais. A receita é produzir mercadorias altamente sofisticadas para um público exigente e que pode pagar.

Só que esse público é pequeno. Para um público pequeno, a empresa deve estar sempre criando produtos novos, mas não precisa produzir muito de cada produto. Esse é o esquema empresarial deste fim de século. A idéia é produzir sem risco e com mercado garantido: a saída foi optar pela segregação social. É muito mais seguro produzir (de automóveis a serviços bancários) para um mercado elitizado. Para esse mercado, o número de trabalhadores empregados (e, portanto, consumidores) deve ser especializado e não precisa ser muito grande.

O exército de excluídos cresce em todo o mundo.

Nos 24 países industrializados do mundo, cerca de 30 milhões de pessoas estão atualmente sem trabalho. Se forem levados em conta todos os países em desenvolvimento no mundo, 3 milhões de pessoas estão sem emprego ou ganhando muito pouco para viver uma vida decente – os piores índices globais de desemprego desde a Grande Depressão, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho.

O índice conjunto de desemprego dos países da União Européia está perto dos 12%. Centenas de milhares de pessoas simplesmente desistiram de procurar trabalho, preferindo viver da assistência do governo. Quarenta e seis por cento dos europeus desempregados estão fora do mercado de trabalho há, pelo menos, um ano. Cresce o subemprego: trabalhadores altamente treinados recorrem a trabalhos que requerem um mínimo de suas possibilidades, outros fazem trabalhos temporários, ganhando muito menos do que recebiam.

Alguns especialistas afirmam que, para reduzir o desemprego seria preciso que uma economia crescesse pelo menos 2% ao ano. E é verdade que nos últimos tempos, países como Alemanha, França, Bélgica, Itália, Holanda e Espanha, ficaram abaixo deste número.

Outros porém dizem que nem mesmo um crescimento alto conseguirá trazer as taxas de desemprego para níveis melhores. A culpa, segundo alguns, é da produtividade que melhora sem cessar!!!

Países	Desemprego
EUA (jan/96)	5,8 %
Japão (dez/95)	3,4 %
Alemanha (jan/96)	10,8 %
França (out/95)	11,5 %
Itália (set/95)	11,3 %
Reino Unido (out/95)	8,1 %
Canadá (nov/95)	9,4 %
Espanha (set/95)	22,1 %
Brasil (out/95)	5,09 %
Argentina (out/95)	16,4 %
Uruguai (dez/95)	10,4 %
Paraguai (dez/95)	2,1 %
Chile (set/95)	5,7 %
México (out/95)	6,8 %
Venezuela (jun/95)	11,4 %

Fonte: FSP fev/96

Como não existem mais guerras mundiais ou grandes epidemias capazes de reduzir significativamente o excesso de habitantes que engordam as estatísticas de desemprego em todo o mundo, o capital precisa achar formas de manter sob controle esse exército de bárbaros em potencial.

"À medida que a máquina se aperfeiçoa e elimina o trabalho do homem com uma rapidez e precisão cada vez maiores, o operário, em vez de prolongar seu descanso na mesma medida, redobra seus esforços, como se quisesse rivalizar com a máquina. Que concorrência absurda e assassina!" (Paul Lafargue, *O direito à preguiça*).

Vejamos os dados: estudos feitos na Alemanha mostraram que entre 1955 e 1960, 100 bilhões de marcos investidos na indústria para aumentar a produtividade criavam 2 milhões de empregos; entre 1960 e 1965, este mesmo investimento não criava mais que 40 mil empregos. A partir de 1965, ele deixava de gerar empregos e passava a destruir postos de trabalho: 100 mil, entre 1965 e 1970; 500 mil entre 1970 e 1975. Resultado: entre 1965 e 1985 o PIB (Produto Interno Bruto) alemão foi multiplicado por três, enquanto que o volume total de trabalho diminuiu 27% no mesmo período.

Na França, durante os anos 80, o PIB cresceu 25%, mas a taxa de

desemprego passou de 6% para 9%. Para compensar os efeitos da produtividade é preciso que a economia esteja se expandindo consideravelmente. O Japão, por exemplo, com melhorias de produtividade anuais na ordem de 3,6%, tem mantido seus níveis de desemprego abaixo dos 3% porque suas exportações têm crescido nos últimos anos. (Guy Aznar, *Trabalhar menos para trabalharem todos*).

"Trabalhar menos para trabalharem todos": observe que título sugestivo. Ele chega, sem dúvida, às mesmas conclusões que Lafargue: "cada minuto de trabalho da máquina permite à operária dez dias de repouso."

Embora essa receita comece a ser cogitada pelos trabalhadores, os operários preferem continuar fiéis às opções que seguem o modelo da exclusão: incentivos fiscais para diminuir os custos do trabalhador para as empresas, contratos de trabalho mais flexíveis, até obras públicas para criar postos de trabalho. Em junho de 95, por exemplo, os 15 membros da UE resolveram, durante uma conferência em Cannes, pôr em prática 14 projetos no setor de transporte, no valor total de US$ 650 milhões.

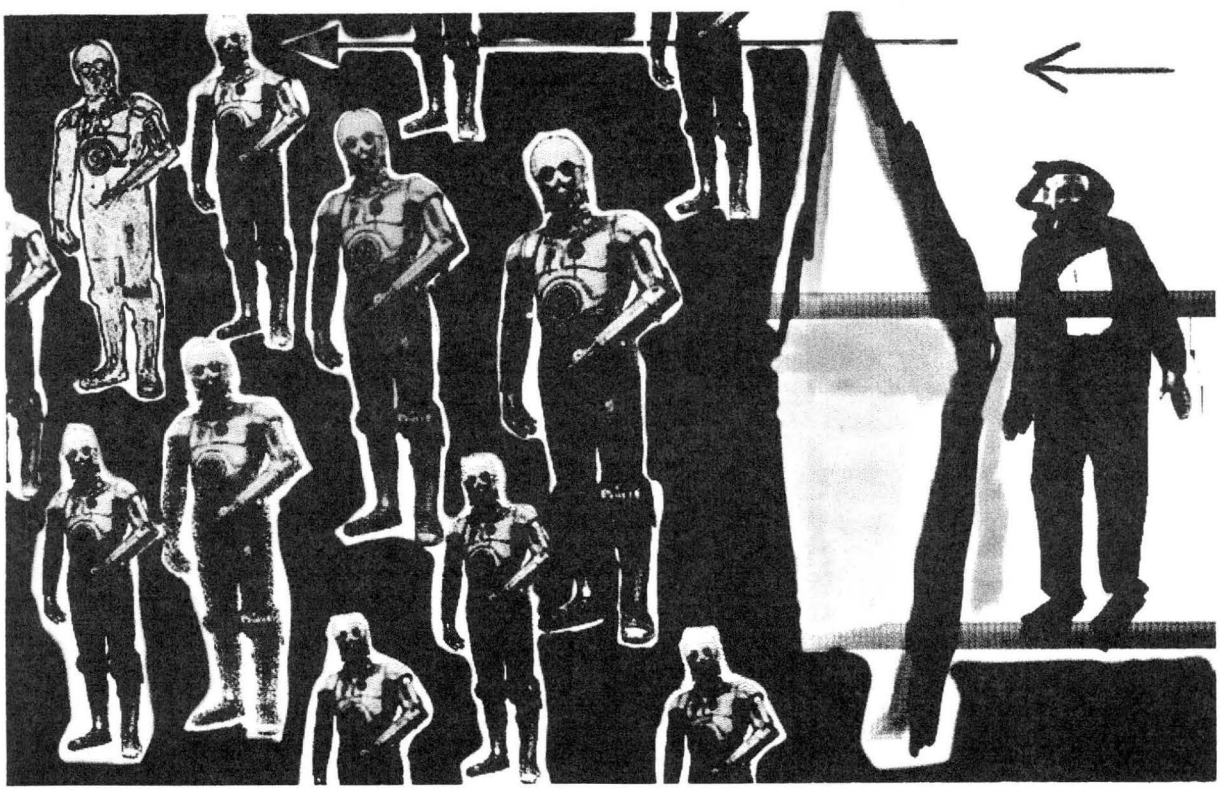
Nada disso parece ter surtido efeito.

A maré de excluídos cresce e os governantes começam a se assustar com o correspondente crescimento da miséria com todo o seu potencial de complicações. Como não existem mais guerras mundiais ou grandes epidemias capazes de reduzir significativamente o excesso de habitantes que engordam as estatísticas de desemprego em todo o mundo, o capital precisa encontrar formas de manter sob controle esse exército de bárbaros em potencial.

A criatividade empresarial busca novas formas de reduzir o custo da mão-de-obra.

Movida pelo medo, a imaginação criadora do capital começa a funcionar... para trás. A saída, dizem, é voltar aos tempos em que os direitos dos trabalhadores eram menos caros, em que a previdência social era mais barata. Mais um pouco de imaginação (ou de memória) e voltaremos a 1900 quando, na França, era editada uma lei considerada progressista, que limitava a jornada de trabalho a 11 horas e colocava no mesmo pé de igualdade o trabalho adulto e infantil. Ou, talvez, seja preciso ainda recuar um pouco mais e lembrar o primeiro "Congresso para o Bem-Estar", ocorrido em Bruxelas, em 1857, onde um grande manufatureiro se vangloriava: "Introduzimos alguma distração para as crianças. Foram ensinadas a cantar durante o trabalho, a aceitar com coragem essas doze horas de trabalho necessárias à obtenção dos meios de existência." (Citado em *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue)

Continuam insistindo nessa palavra mágica: FLEXIBILIZAÇÃO. E essa mágica consiste em



MARTA STRAUCH

retirar da legislação todas as garantias e direitos do trabalhador que passariam a ser "negociadas diretamente". É bem simples. O trabalhador tem a possibilidade de aceitar ou não as condições estabelecidas pelo patrão – se quiser manter o emprego, é claro. Como nada mais estará previsto em lei, e como o contingente de desempregados é gigantesco, mesmo sem ser nenhum especialista em negociação trabalhista é possível adivinhar quem vai se dar bem com essa mágica.

Empregos temporários, terceirização de mão-de-obra, flexibilização dos direitos trabalhistas são alguns dos nomes que toma esse colchão (num avanço... para trás das relações capital/trabalho) que deve servir para amortecer ou, pelo menos, disfarçar a clara opção por uma sociedade dividida entre os que farão parte do mercado de trabalho e de consumo e os que ficarão de fora.

Alguns exemplos de países que "flexibilizaram" são a Argentina e a Espanha. Na Argentina, a taxa de desemprego, que era de 13%, em 1991, subiu para 18%, em 95. A desregulamentação, na Espanha, chegou a criar 14 tipos diferentes de contrato de trabalho e a taxa de desemprego pulou de 19%, em 93, para 22%, em 95 – a mais alta da Europa. Ao mesmo tempo, o número de acidentes de trabalho quintuplicou nesse período.

A redução de encargos sociais e direitos trabalhistas não traz de volta postos de trabalho que foram extintos com a adoção das novas tecnologias. Isso porque já se estabeleceu como fato consumado que modernizar implica necessariamente em reduzir postos de trabalho. Sem modernizar e adotar novas tecnologias perde-se espaço no mercado globalizado, e com a modernização gera-se desemprego.

Diante dessa clara opção pela exclusão social, trabalhadores em todo o mundo deveriam estar invadindo as ruas e exigindo a redução da jornada de trabalho, a criação de novos empregos e o reconhecimento de que seu trabalho vale mais.

Parece complicado esse raciocínio? Acho que não.

Com a utilização das máquinas cada vez mais modernas, a produtividade obviamente cresceu. Ora, isso evidentemente significa que, com o mesmo salário e o mesmo número de horas trabalhadas, o empregado está produzindo muito mais: seu trabalho vale mais e alguém está embolsando essa diferença! Se observarmos esse mesmo raciocínio para o conjunto da empresa, vamos concluir que se fossem mantidos todos os empregados, trabalhando o mesmo número de horas, a produção cresceria substancialmente. Só que como se optou pela elitização do consumo, não interessa aumentar a produção e a saída é demitir os trabalhadores até o ponto em que se pretende limitar a produção.

Esse é o mundo do trabalho no final do século XX: com um número cada vez menor de trabalhadores e um número cada vez maior de máquinas.

No Brasil continuamos a conviver com o velho problema da "Belíndia". Enquanto na parte correspondente à Bélgica informatizamos tudo e fingimos que estamos no Primeiro Mundo (com alta tecnologia e emprego), naquela correspondente à Índia continuamos a utilizar o trabalho escravo e o trabalho infantil.

Senão, vejamos: a indústria paulista demitiu mais de 190 mil trabalhadores em 95. Nos últimos cinco anos, a construção civil, que empregava 1 milhão e 200 mil operários, hoje emprega cerca de 600 mil. Os bancários, que em 89 eram 830 mil em todo o país, hoje são cerca de 500 mil. A agricultura mecaniza-se rapidamente, expulsa mão-de-obra do campo e concentra a propriedade. O IBGE nos apresenta dados da face mais perversa dessa opção econômica: a exploração do trabalho infantil. São 7,5 milhões de crianças, de 10 a 17 anos que trabalham de oito a doze horas por dia.

No Brasil, do final do século XX, temos 7,5 milhões de crianças, entre 10 e 17 anos, que trabalham de oito a dez horas por dia.

Nesse caldo de cultura florescem todos os oportunismos e todas as ingenuidades. Testemunhamos o absurdo de que até mesmo as lideranças sindicais se deixem envolver por esse clima, considerado "inevitável", do binômio modernização/desemprego. Posso até acreditar na boa intenção de quem se dispõe a "flexibilizar" direitos dos trabalhadores a pretexto de aumentar o número de postos de trabalho. Só não posso é concordar.

A confusão é grande. Os sindicalistas estão acostumados a defender os seus associados, ou seja, os empregados. Só que esses, a cada dia que passa, são em menor número. No Brasil, mais de 48%

Período	Empregado c/ carteira	Empregado s/ carteira	Conta Própria
jul/89 a maio/90	58,6%	18,5%	17,7%
jul/93 a maio/94	50,2%	23,2%	21,5%
jul/94 a maio/95	48,9%	24,0%	21,8%

Fonte: IBGE/FGV

dos assalariados trabalham sem carteira assinada, ou seja, sem vínculo empregatício formal e sem qualquer direito trabalhista, entre eles o de sindicalização.

Preocupados em manter o emprego dos que ainda o têm – e, portanto, podem ser sindicalizados –, os sindicalistas se debatem entre a pressão dos que já foram demitidos e querem voltar ao mercado e os que ainda estão empregados e não querem sair. Essa pressão é real. Quanto maior é o número de candidatos a um emprego, menores são as vantagens que o patrão estará disposto a oferecer e menores são as resistências do empregado frente a qualquer exigência que o patrão fizer de eventuais "flexibilizações" para que o emprego seja mantido. (Greve, então, nem pensar!)

Com essa capacidade de pressão sindical reduzida pela maré de desempregados, as demissões continuam crescendo. Metade dos trabalhadores do mercado formal troca ou perde o emprego a cada ano, numa rotatividade recorde no planeta. Os patrões alegam que, com a globalização da economia, toda empresa que não tiver preços competitivos para oferecer irá para o buraco: daí a necessidade de "enxugar" custos, de preferência com a folha de pagamento. Usando a desculpa de que esses cortes poderiam ser feitos deixando-se de pagar as obrigações sociais – e aí não precisariam demitir tanto –, apóiam qualquer campanha pela redução de impostos ou de encargos trabalhistas.

Será que isso é verdade? O famoso "custo Brasil" já começa a ser desmistificado. Segundo dados da OIT, o custo da mão-de-obra brasileira é de apenas US$ 2,79 por hora. Na Coréia, dos competitivos e globalizantes "tigres asiáticos", é de US$ 4,15 e, nos EUA, US$ 14,83. Ou seja, não é exatamente por isso que os nossos empresários não podem manter o nível de emprego.

Além disso, o que é a terceirização, tão aplicada em todas as empresas nos últimos anos, senão uma forma de flexibilização? Inúmeras vezes já constatamos – no nosso caso, no setor bancário – exemplos de empresas que extinguem setores, demitem todos os funcionários nele lotados e, logo a seguir, recontratam esses mesmos empregados, através de uma outra empresa, com menores salários e condições inferiores de trabalho. Não será essa a forma descarada de "flexibilização"?

O que é a contratação escandalosa de "estagiários" (também artifício comum das empresas do setor bancário) senão uma forma de "flexibilização"? São centenas, milhares de estudantes, dos mais diversos cursos, e nada lhes servirá como estágio para suas futuras profissões. Esse, aliás, é um ótimo modelo de "flexibilização": o contrato é de seis meses, pode ser prorrogado até no máximo dois anos, não tendo direito a férias e com um salário irrisório.

Com todos esses modelos de "flexibilização" já colocados em prática pelos nossos criativos empresários, agora só resta aos próprios sindicalistas endossarem o retrocesso como alguns vêm fazendo. Recentemente, acompanhamos o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo patrocinando um "contrato temporário", em que o trabalhador passa a receber de acordo com as horas trabalhadas; dispensa o registro em carteira, o FGTS se transforma numa "poupança" e a multa de 40%, em caso de demissão sem justa causa, de-

E ROCHA/IMAGENS DA TERRA

Metade dos trabalhadores do mercado formal troca ou perde o emprego a cada ano, numa rotatividade recorde no planeta. Metade dos trabalhadores do mercado formal troca ou perde o emprego a cada ano, numa rotatividade recorde no planeta.

Quanto maior o número de candidatos a um emprego, menores são as vantagens que o patrão estará disposto a oferecer e menores as resistências do empregado frente a qualquer exigência que o patrão fizer.

saparece. O contrato varia de três meses (inferior até mesmo ao do estágio) até dois anos, só permanecendo a contribuição para a Previdência, as férias e o décimo-terceiro salário.

Estranho método de defender o trabalhador: fazendo-o desistir de seus direitos em troca de novos postos de trabalho, na verdade estão mascarando o real problema. As empresas demitem e terceirizam para reduzir o custo fixo da mão-de-obra. Mesmo com encargos sociais reduzidos, em vez de pagar um empregado para cumprir um determinado horário todos os dias, o empresário prefere pagar apenas as horas que esse empregado trabalhar.

A redução de postos de trabalho é conseqüência do emprego crescente de novas tecnologias e novas técnicas de gerenciamento de recursos humanos. Esses postos de trabalho extintos não voltam.

Será que não voltam mesmo?

Voltamos aqui à discussão pela opção do modelo econômico. Não voltam porque foi feita a opção pela sociedade dos excluídos, pelo darwinismo econômico: quem sobreviver terá produtos melhores, mais caros, mais sofisticados... e terá oportunidade de emprego.

Não acreditamos que precisamos nos curvar a essa teoria. E, mais ainda: não acreditamos na sua eficácia. A exclusão tem seu limite na resistência humana, a não ser que venham a ser adotados métodos mais radicais para aniquilar fisicamente esses setores excluídos.

Para torcer a corda e fazer voltar os olhos dos próprios trabalhadores para os seus direitos e para o princípio evidente, mas nem sempre visível, de que "meu trabalho vale mais", é preciso, para começar, romper com o falso binômio modernização/desemprego, e construir o novo binômio: modernização/lazer. Ao invés da opção pela produção elitizada e restrita, optar pelo desenvolvimento com aumento da produção, redução da jornada de trabalho, aumento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do mercado consumidor.

Com o mesmo salário e mesmo número de horas trabalhadas, o empregado hoje está produzindo muitomais. Alguém está embolsando essa diferença!

Concordamos em flexibilizar. Poderíamos, por exemplo, flexibilizar o horário de trabalho, ou seja, pelo mesmo salário, e produzindo a mesma quantidade de produtos (já que com a informatização cresce a produtividade), a jornada de trabalho poderia ser reduzida para seis, quatro ou até, quem sabe, as três horas diárias previstas por Paul Lafargue, em 1880. E, com isso, poderiam ser criados novos turnos de trabalho, novas oportunidades de emprego.

No nosso caso – setor bancário –, já há alguns anos levantamos a bandeira da ampliação do horário do expediente para o público nos bancos, com dois turnos de seis horas de trabalho para o bancário. Com isso, certamente, traríamos mais conforto para os clientes que se livrariam das incômodas filas e criaríamos mais empregos para os bancários.

É evidente que a solução tão óbvia de redução da jornada de trabalho já passou pela cabeça de muita gente. As centrais sindicais, na Alemanha, utilizam o seu poder de fogo para negociar: um trabalhador alemão demitido sem justa causa tem direito de cumprir um aviso prévio de seis meses. A Itália criou artifícios para preservar salários: a terceirização foi autorizada em lei, mas determinou-se que um funcionário demitido que tivesse a sua função terceirizada poderia ser recontratado ganhando o mesmo salário ou até mais.

Já se estabeleceu como fato consumado que modernizar implica necessariamente em reduzir postos de trabalho.

Em fins de 93, a semana de quatro dias vinha se firmando na França como uma forma indolor de expandir postos de trabalho, no momento em que as empresas só pensavam em cortar custos para se tornarem competitivas. Também na Alemanha, a Volkswagen negociava com o sindicato dos metalúrgicos a adoção da semana de quatro dias como forma de evitar demissões. No Japão, o ajuste se dá a partir de variações na remuneração dos trabalhadores por meio de sistema de bônus.

"... por que devorar em seis meses o trabalho do ano todo? Por que não distribuí-lo uniformemente pelos doze meses e forçar os operários a se contentarem com seis ou cinco horas diárias, durante o ano, em vez de terem uma indigestão de doze horas durante seis meses? Tendo assegurada sua porção cotidiana de trabalho, os operários já não terão inveja uns dos outros, já não brigarão para tirar o trabalho das mãos e o pão das bocas uns dos outros; e, então, não estando esgotados do corpo e da mente, começarão a praticar as virtudes da preguiça." (Paul Lafargue, *O direito à preguiça*)

Ninguém espere que essa opção seja voluntariamente assumida pelo capital. Mas se não for assumida – urgentemente – pelos trabalhadores, o mundo do trabalho no século XXI poderá ficar parecido com o mundo do trabalho do final do século XIX. ❑

A EDUCAÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO - IMPASSES E POSSIBILIDADES

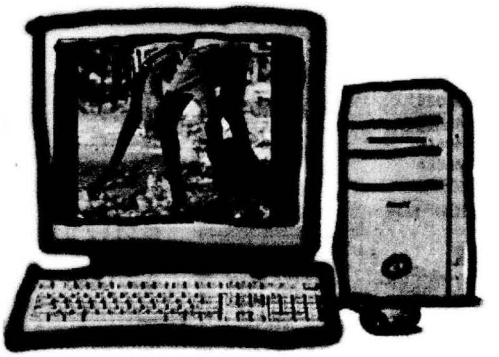
Regina Leite Garcia

"Em nenhum lugar do mundo, em nenhum momento da história da humanidade, os que estão marginalizados conquistaram alguma coisa sem ser por meio da organização e da luta social."

José Rainha Junior – 1996

O final deste século se caracterizou por mudanças tão radicais que alguém chegou a afirmar e muitos acreditaram ter a História acabado. Mas o movimento da História continua inexorável, desafiando os anunciadores do futuro, sejam Cassandras ou Polianas. À globalização da economia e da política que provocou o surgimento de grandes blocos – Mercado Comum Europeu, Nafta, Bloco Asiático, Mercosul – respondem os movimentos nacionalistas, algumas vezes xenófobos, fundamentalistas, chegando a se tornar fratricidas. Etnias adormecidas acordam e se fazem ouvir, assustando a todos dentro e fora dos espaços nacionais. Nações se fecham para os vizinhos, grupos internos às nações lutam por se emancipar de um poder nacional central, o ódio separa antigos vizinhos, amigos e até parentes. Movimentos separatistas nascem ou renascem desafiando a pressão globalizadora e pondo em questão a legitimidade do poder nacional central. Nações se fecham à invasão dos "bárbaros" vindos do Terceiro Mundo em busca do Éden prometido.

A própria idéia de Nação é questionada na medida em que os Estados nacionais perdem poder com o poder crescente dos grupos transnacionais. Ao Estado vai se limitando a função de garantir os interesses e decisões transnacionais. Braço armado dos grupos transnacionais?



MARTA STRAUCH

Fica cada vez mais clara a pouca importância atual de organismos internacionais, como a ONU, que já teve seus tempos de glória como mediadora de conflitos e que hoje se limita a mostrar ao mundo uma burocracia internacional impotente a serviço dos interesses de países que sequer pagam a sua cota para mantê-la viva e lhe dar credibilidade. A ONU, hoje, se manifesta apenas para "legalizar" o que vai sendo feito pela força, como a Guerra do Golfo ou a Guerra Civil na Bósnia, sem solução no horizonte político de que dispomos. Há a falta de um mediador, cujo interesse fosse apenas a paz, ou de um equilíbrio ainda que precário entre potências opositoras, o que limitava o poder de cada uma, como no caso da antiga União Soviética e dos Estados Unidos. Este último, após as mudanças no Leste Europeu, assume o papel de responsável pelo que ficou chamado de Pax Americana. E, naturalmente, a paz à americana atende aos interesses da indústria e do comércio americanos, apesar do discurso, para efeito de exportação, de livre comércio. Já se fala na concessão do prêmio Nobel para o presidente Clinton por sua "grande contribuição para a paz mundial", o que será sem dúvida um bom trunfo para a campanha eleitoral já em curso.

Neste final de século chegamos ao paroxismo de o capital circular diariamente pelo mundo, para além do controle dos Estados, gerando apenas lucro especulativo, sem qualquer benefício para as sociedades. Este parece ser o estágio mais perverso do capitalismo em sua busca por lucro, concentrando nas mãos de poucos o que fora prometido seria dividido entre muitos. O bolo nunca cresceu o suficiente para saciar

REGINA LEITE GARCIA – Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, autora de "Cartas londrinas e de outros lugares", Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995.

o apetite voraz dos que detêm o poder e, então, ser dividido. Da festa vão sendo excluídos crescentes contingentes de trabalhadores e de países. O processo de exclusão não se dá apenas no que se refere ao impedimento de participação de muitos dos que produzem nos resultados do que é produzido, mas o modelo de desenvolvimento já vem provocando a exclusão do direito fundamental ao trabalho. "O Terceiro Mundo está aqui", afirmam os críticos no Primeiro Mundo; "O Haiti é aqui", afirmam os críticos no Terceiro Mundo. Os resultados são mostrados de acordo com o ponto de vista de quem analisa, enquanto alguns, por exemplo, afirmam orgulhosamente que os brasileiros cresceram na última década: "Melhorou a qualidade de vida no Brasil, por isso os brasileiros estão mais altos"; outros contrapõem: "E o gabiru? Pudera, não, se o Brasil é o país com a mais baixa distribuição de renda do mundo!".

As novas tecnologias, na medida em que economizam mão-de-obra, provocam crescente desemprego, impossível de superar. E o desemprego incontrolável, agora assumido como estrutural, se de um lado enfraquece a organização sindical, contraditoriamente ameaça a tão necessária ordem social. Ameaçador da ordem também é o poder do narcotráfico que, organizado em redes igualmente transnacionais, resiste às ações nacionais, ainda quando elas tentam se articular transnacionalmente através de ações policiais conjuntas. O seu poder corruptor vem se mostrando mais forte do que o tráfico de influências desde sempre utilizado pelas grandes corporações.

O Estado do Bem-Estar Social vai se tornando "coisa do passado" para aqueles que um dia o tiveram. O Terceiro Mundo se limitou a sonhar em alcançá-lo, ainda que sempre tivesse pago a conta deste benefício que jamais chegou a favorecê-lo. As históricas conquistas da classe trabalhadora vão se perdendo, com protestos e até ameaça de greve geral, como na França no final de 95, o que fez renascer a esperança de uma nova revolução francesa. Mas o rolo compressor neoliberal não pode parar e continua em sua caminhada na busca do lucro para uns poucos e a exclusão da maioria.

É como denuncia o refrão do samba da Império Serrano:

"Isso nunca foi segredo
quem é pobre está com fome
quem é rico está com medo"

Este parece ser o estágio mais perverso do capitalismo, concentrando nas mãos de poucos o que seria dividido entre muitos. Mas o bolo nunca cresceu o suficiente para saciar o apetite voraz dos que detêm o poder e, então, ser dividido.

Assustados, os países do Norte fecham as suas fronteiras para os bárbaros invasores dos países do Sul ou do Leste, que trazem com suas esperanças a ameaça de roubar os poucos empregos que o crescente desemprego pode garantir.

A tão comemorada debacle do chamado mundo socialista, que provocou a corrida dos defensores da economia de mercado para o Leste europeu ávidos por mais lucros resultantes de novos mercados abertos, passada a euforia dos primeiros tempos, é agora rejeitada com o ressurgimento no cenário político de antigos representantes do antigo regime. Nem sempre é possível controlar a vontade popular, sobretudo quando se oferece fantasias desmentidas pela dura realidade do dia-a-dia de privações e perdas. O custo econômico e político está sendo muito mais alto do que os previstos lucros. Mesmo a rica e poderosa Alemanha foi incapaz de prever o preço que teria de pagar para a unificação tão desejada tanto do lado ocidental quanto do lado oriental. E agora sofre uma crise que ameaça a sua hegemonia na Europa sob a égide do Mercado Comum. A festa de ontem pela queda do Muro de Berlim, que uniu alemães ocidentais e orientais, vem sendo substituída por um novo muro que, desta vez, tenta impedir que trabalhadores qualificados e com um nível de exigência salarial menor venham competir num mercado que oferece menores oportunidades a cada dia. Os irmãos por pouco tempo, voltam a ser inimigos.

O fantasma do desemprego ameaça a todos, países ricos e pobres, e os recursos teórico-práticos de que dispõem os economistas, tecnocratas e políticos não estão dando conta do desafio.

Aos que denunciam o modelo excludente em curso, os apologistas do modelo neoliberal respondem: Não há alternativa... Como se o custo para a modernização fosse inevitavelmente o aviltamento da classe trabalhadora. As promessas de que com o aumento da produtividade haveria grande aumento da quantidade de bens a serem distribuídos com menos quantidade de trabalho vão sendo contraditas pela cruel realidade.

Já se previa até a sociedade do ócio, uma sociedade para além do trabalho. O que se viu foi, de fato, o aumento dos bens produzidos, embora com este aumento não tenha acontecido a esperada distribuição da riqueza para todos ou, pelo menos, para a maioria; o que cresceu foi o desemprego e a miséria. Uma sociedade para além do

trabalho, sim, porque não há mais trabalho para todos. Portanto, longe de ter sido criada a sociedade do ócio, foi sendo produzida a sociedade do desespero e da desesperança. E, para explicar a desesperança, nada melhor do que o pós-moderno, que seria interessante, não fosse trágico numa sociedade como a brasileira em que sequer chegamos a ser modernos. Pós-moderno em sociedades do Terceiro Mundo talvez seja apenas o estilo de vida do 1% mais rico incluído no universo maravilhosamente excludente da *high-tech* e da sofisticação cultural, em que os mais ricos passeiam pelo mundo sem precisar sair de casa, seja através da Internet, das *networks* televisivas, do fax ou do telefone celular, seja concretamente no circuito Elizabeth Arden, agora ampliado pelo encanto das sociedades que surpreenderam o mundo, enriquecendo. Estes podem se permitir assistir às melhores óperas e concertos, peças teatrais e musicais em Londres, Paris ou Nova Iorque; às mais badaladas exposições de arte no MOMA ou no Beaubourg; podem fazer safári no Quênia ou na África do Sul, onde se hospedarão no único hotel seis estrelas do mundo; podem fazer *sport d'hiver* em Chamonix ou Aspen e temporada de praia em Cancun ou Ilhas Seychelles.

Seus filhos vão sendo preparados para desde cedo assumirem o seu lugar "de direito", de quem sabe o que é bom, se sentem com todos os direitos de se deliciar com o melhor, e o fazem. O seu capital cultural vai sendo cuidadosamente construído em seu confortável cotidiano de meninos ricos, enquanto os miseráveis de seu país lutam para sobreviver e onde viver torna-se quase impossível. Acentua-se assim o processo em que as classes dominantes se valem da produção simbólica para se distinguir, separando-se mais e mais daqueles que não têm acesso a esta produção, dela fazendo uso inclusive para distorcer informações sobre a própria produção do conhecimento. Como instrumento de poder que é, a ela vão sendo interditas as classes subalternas num processo de legitimação da opressão.

Confirmando Octávio Paz, enquanto a burguesia pode se deliciar com a poesia e com a arte de vanguarda, o povo está condenado ao analfabetismo.

Enquanto uns poucos são educados em duas ou três línguas *in loco*, as grandes maiorias vão sendo mais uma vez excluídas do conhecimento produzido historicamente, como se a ele não tivessem direito. Alguns não chegam sequer a entrar na escola, ainda que o presidente Fernando Henrique Cardoso afirme não haver falta de escolas no Brasil (as estatísticas provam sempre aquilo que se quer provar). Outros conseguem vaga na escola e nela ficam vagando por muitos anos (os anos de obrigatoriedade escolar) até que atingem a idade limite e dela são excluídos sem terem aprendido a ler, escrever e contar (contar, na verdade, aprenderam na vida para poderem sobreviver, embora não cheguem a aprender na escola a registrar as contas que fazem "de cabeça").

Para que então serviria a escola se as crianças das classes subalternas nela são subalternizadas diariamente, sendo preparadas para assumir o papel subalterno a elas destinado?

Para que então serviria a escola se as crianças das classes subalternas nela são subalternizadas diariamente, sendo preparadas para assumir o papel subalterno a elas destinado, indagariam afirmando os reprodutivistas. Na escola as crianças pobres e ricas aprendem o que é indispensável para o seu crescimento pessoal e social, capacitando-se a contribuir para o desenvolvimento de seu país, respondem aqueles que acreditam na função redentora da escola. Se a escola fosse apenas reprodutora, por que então as classes subalternas lutariam pelo direito de acesso a ela, perguntariam respondendo alguns. Se a escola desempenha um papel equalizador, por que se mantêm os desníveis sociais, questionariam outros.

A cada mudança de governo, novas investidas na (ou contra) escola. Críticas municiadas por gráficos, tabelas: mais uma vez a estatística. Há que se encontrar os culpados pois não se pode resolver um problema sem conhecer o que ou quem o provocou, acreditam ou fingem acreditar. Se o problema não é de falta de prédios ou de vagas (embora o número de crianças atendidas tenha se ampliado; há crianças sem escola e escolas sem crianças em inúmeras regiões do país); se não seria politicamente correto afirmar que as crianças pobres não aprendem por serem deficientes (como agora os governantes que são intelectuais leram os estudos e as pesquisas que provam a falsidade desta afirmação); se não se trata de fatores extra-escolares (que ainda que significativos, isolados não dão conta do fracasso escolar); só resta voltar-se para as salas de aula e para as professoras. Segundo os novos salvadores da escola, as grandes culpadas são as professoras, por despreparadas, desinteressadas, desatentas, descomprometidas. São as professoras as grandes responsáveis pela reprovação em

massa: não dominam o conhecimento que deveriam socializar, não sabem como ensinar o pouco que sabem e não têm paciência para lidar com as crianças que apresentam dificuldades para aprender.

A solução milagrosa será portanto o treinamento massivo das professoras via televisão que, com o auxílio de antenas parabólicas, atingirá todo o país, levando a todas as escolas os competentes programas preparados por técnicos gabaritados. E para melhor controlar o resultado do trabalho das professoras "recuperadas" pelos treinamentos, serão aplicados testes, também elaborados por técnicos competentes, que avaliarão o desempenho de todas as crianças brasileiras. A avaliação garantirá a "unidade nacional num país tão diversificado", de acordo com os seus defensores. Isto porque a avaliação se dará a partir da implantação de um Currículo Básico Nacional, para além das diversidades culturais, das peculiaridades regionais e das recomendações dos mais respeitados "curriculeiros" deste país e alhures. Todas as crianças e jovens brasileiros aprenderão ou, pelo menos, a todos serão ensinadas as mesmas coisas durante todo o seu curso e, ao final de cada ano letivo, serão avaliados, o que permitirá estabelecer uma classificação entre as escolas. As que apresentarem melhores resultados receberão mais verbas, com as quais poderão contratar melhores professores, adquirir materiais pedagógicos e recursos tecnológicos mais modernos, oferecer melhores serviços, o que obviamente provocará maior procura dos pais. Aos recursos fornecidos pelo Estado se somarão os recursos angariados nas comunidades, num sistema de "parceria".

A escola pública entra assim na tão festejada economia de mercado, privatizando-se. Acompanhando a lógica competitiva do mercado, as escolas que já saírem na frente levarão vantagem, os pais que tiverem mais capacidade de pressão conseguirão matricular seus filhos e filhas nas melhores escolas, os mais espertos mais uma vez vencerão. Os outros, bem, os outros apenas confirmarão o seu destino de excluídos. Nesta lógica não cabe uma prática democrática de inclusão, o que dificultaria a luta por atingir altos níveis educacionais que nos potencializem para a arrancada rumo ao desenvolvimento e à modernidade.

Esta é a receita para solucionar a situação deplorável a que chegou a escola básica brasileira, segundo os nossos governantes, que aprenderam bem a lição que vem com os ventos neoliberais e com as recomendações do Banco Mundial, por onde, aliás, muitos dos formuladores da nova política educacional passaram.

Não se vê qualquer medida significativa para enfrentar o problema dos salários indecentes pagos às professoras. Algumas Secretarias de Educação se recusam até a receber os dirigentes sindicais que tentam negociar os salários de professores e funcionários das escolas, os Planos de Cargos e Salários, as condições materiais de trabalho nas escolas, o preenchimento de vagas no magistério. No Brasil hoje, além de termos o problema da evasão escolar, melhor dito, da expulsão das crianças das classes populares da escola, temos o fato novo da evasão de professores e professoras. São centenas de profissionais que diariamente abandonam o magistério, desistindo de lutar por melhores salários e por melhores condições de trabalho. Uma professora primária ganha no Brasil menos do que um trabalhador não qualificado e muito menos do que alguns de seus alunos, "aviões" do repasse das drogas do traficante para o usuário ou mesmo quando sua função se limita a avisar que a polícia se aproxima.

No Brasil hoje, além do problema da evasão escolar, melhor dito, da expulsão das crianças das classes populares da escola, temos o fato novo da evasão de professores e professoras.

É fácil identificar as prefeituras comprometidas com educação pelos salários pagos às professoras, pela abertura de concursos públicos para preencher as vagas no magistério e pela implantação de Plano de Carreira para o Magistério.

Como esperar que tenhamos uma escola de qualidade com professoras humilhadas por salários aviltantes?

A primeira professora de uma criança, que terá a responsabilidade de ensinar "as primeiras letras", base para a futura relação com o conhecimento, deveria instituir na

Como esperar que tenhamos uma escola de qualidade com professoras humilhadas por salários aviltantes?

sala de aula a prática de relações amorosas, solidárias, responsáveis, respeitosas, altruístas, aprendizagens fundamentais para escrever um futuro comportamento democrático. Este comportamento, aliado à descoberta do prazer da leitura, formaria futuros leitores autônomos. E, sentindo-se capazes de escrever, estariam preparados para formar futuros usuários da escrita, escritores de sua própria

EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA

palavra. Se essa palavra for crítica e criativa, ela poderá criar na sala de aula um ambiente estimulador da criticidade e da criatividade, através do que o pensamento convergente e autoritário seja confrontado com o pensamento divergente e democrático, em que a dúvida se constitua um permanente desafio para novas descobertas e novos questionamentos. Vivendo essa experiência, cada aluno pode se perceber capaz porque teve oportunidade de exercitar as suas capacidades, sentindo-se valorizado, e cada criança terá o direito de afirmar a sua forma peculiar de ser e fazer, encontrando espaço interior e externo para se inventar e criar novas utopias inspiradoras das ações humanas no que os humanos têm de melhor.

Mestra há que ser a primeira professora de uma criança. Mestra de futuros mestres nas Artes, Ciências, Filosofia, Técnica, Tecnologia e Política. Terá sido ela - Mestra – quem terá entreaberto a primeira porta do conhecimento e quem terá convidado a entrar no fascinante mundo do conhecimento. Terá sido pelas suas mãos de Mestra que eles e elas terão dado os primeiros passos de uma caminhada sem fim.

Mas como esperar tarefa de tal vulto de quem freqüentemente ganha menos do que o salário mínimo e foi perdendo o reconhecimento social? Não há de ser com treinamento à distância. E o que dizer das péssimas condições materiais de trabalho, das poucas oportunidades de aperfeiçoamento (eu digo aperfeiçoamento e não mero treinamento via televisão), do autoritarismo do sistema educacional, da falta de incentivos para ascensão funcional, da perda de reconhecimento social, da pauperização que obriga à dupla ou tripla jornada de trabalho, do aviltamento da categoria magistério? Como responsabilizar a vítima por um fracasso que é social? Como esperar que uma sociedade excludente possa produzir uma escola includente?

Para os governantes neoliberais, a professora primária, treinada à distância, precisa apenas aprender a utilizar os pacotes pedagógicos que todas as escolas do Brasil receberão em breve. Teremos assim atingido o estágio de eficiência (qualidade total, como eles dizem) da escola básica, em que professoras e crianças terão acesso à informação mais atualizada, embora o conhecimento autêntico, transformado em mera informação e enlatado nos *kits* pedagógicos, vá perdendo a vitalidade em sua trajetória dos escritórios dos tecnocratas até às salas de aula.

Para os governantes neoliberais, a professora primária, treinada à distância, precisa apenas aprender a utilizar os pacotes pedagógicos que todas as escolas do Brasil receberão em breve. Teremos assim atingido o estágio de eficiência (qualidade total, como eles dizem) da escola básica.

Esta será a escola dos excluídos, em que a tecnologia substituirá a relação professor-aluno, confirmando a previsão de Orwell de que, apesar de tanta informação, saberíamos tão pouco no final do século. Esquecem (ou sabem) que armazenar informações o compu-

tador faz melhor do que qualquer cabecinha de aluno, aluna ou professora e que o importante é que as crianças e jovens se apropriem dos conhecimentos já instituídos e, a partir destes conhecimentos, formulem novas questões que levarão à produção de novos conhecimentos. Este movimento de apropriação/criação exigirá organizar e sistematizar suas próprias idéias, articular informações, comparando-as com outras informações antigas e novas e lhes dar sentido, fazer sínteses, usando-as para melhor compreender o mundo e a si mesmos, para criar soluções para os grandes desafios que a sociedade e a natureza colocam e, assim, transformar o mundo, sem desrespeitar a natureza e se construir/transformar continuamente... Porém isto é para os incluídos, aqueles que precisam se preparar para governar. Os demais estão condenados à subalternidade justificada pela sua própria incapacidade de se adaptarem aos tempos modernos. Confirmarão as previsões de *survival of the fittest*. Eles não serão os sobreviventes da seleção natural.

Espera o presidente por este caminho melhorar a qualidade da mão-de-obra, condição *sine qua non* para alavancar o país para a modernidade. As novas gerações de brasileiros e brasileiras das classes subalternas serão educadas pelas máquinas, como em filme de ficção científica. Continuarão votando nos "bacanas" e aceitando como natural a sua condição de subalternidade. E as professoras que não se evadirem continuarão a ganhar menos do que o salário mínimo, e a ensinar que a nossa história não foi uma história de lutas mas uma história de pacíficas negociações, pois assim foram ensinadas pelo ideário dominante.

Se elas descobrirem que muitos brasileiros lutaram para que este país se tornasse uma democracia, pagando freqüentemente com a própria vida, se elas aprenderem que os escravos se insurgiam contra a escravidão, que os indígenas não são indolentes mas sempre se recusaram a se deixar escravizar pelo trabalho, que as classes subalternas se organizavam em levantes de todo tipo e em todas as regiões do país, que muitas mulheres lutaram para terem os seus direitos reconhecidos, enfim, que a nossa história é uma história de resistência e não de acomodação, quem sabe se levantarão para também lutar por seus direitos e pelos direitos de seus alunos e alunas a uma escola includente.

Segundo os novos salvadores da escola, as culpadas são as professoras, por despreparadas, desinteressadas, desatentas, descomprometidas. São as professoras as grandes responsáveis pela reprovação em massa.

Nós só teremos uma escola includente no dia em que o projeto social global seja includente, portanto, democrático. Neste dia, a escola será inevitavelmente um espaço ao qual as classes populares terão acesso e dela sairão de posse de um conhecimento desvelador do mundo em que vivem e revelador de formas alternativas de vida e de relações. Esta escola preparará a todos, independente de classe social, sexo, etnia, raça e crença para uma participação potente na sociedade em que vivem, capazes de sonhar e de lutar por transformar seus sonhos em realidade, capazes de transformar a sociedade e de se transformar nesse processo de transformação.

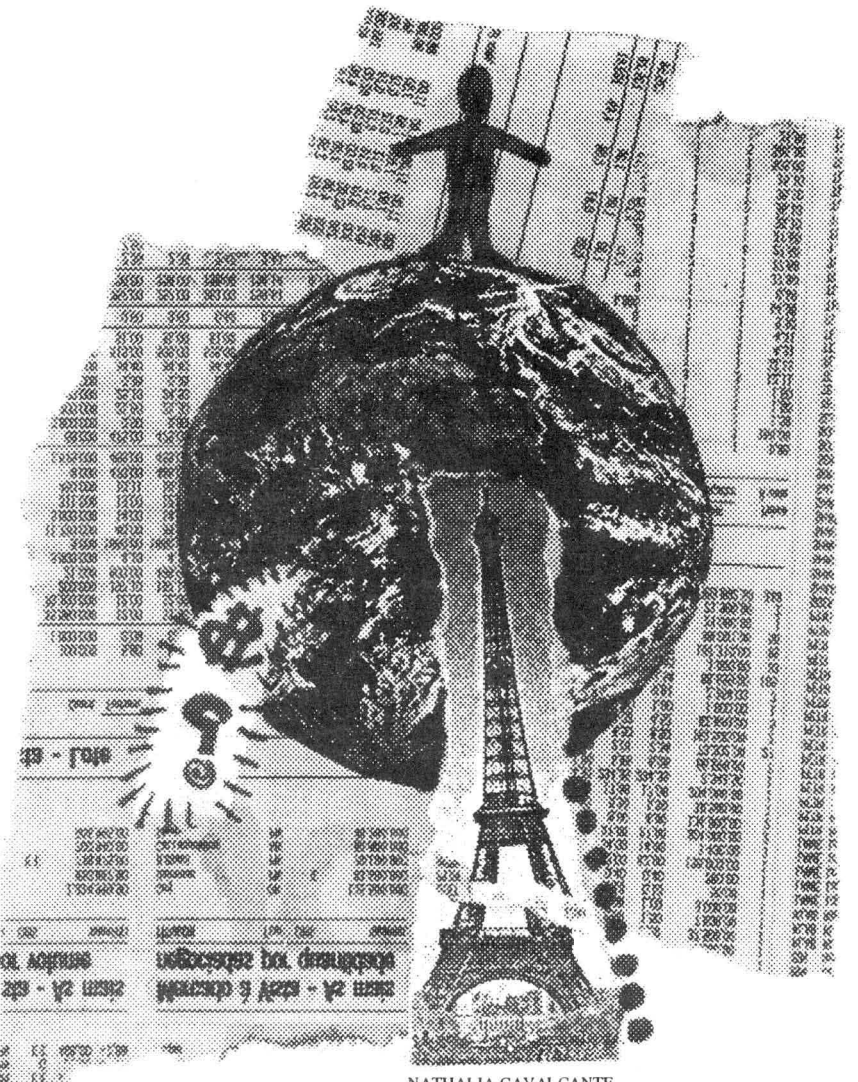
Enquanto isso, a escola é um espaço de luta política, no qual interesses hegemônicos e contra-hegemônicos estão em permanente conflito, uns por manter o monopólio do saber, hierarquizando-o, outros por ampliar o conceito de saber, incorporando o saber construído pelas classes subalternas em suas lutas pela sobrevivência, nas lutas políticas, no trabalho, na resistência cotidiana. Uns lutam por manter o discurso colonizador e outros lutam por construir e afirmar um discurso emancipador. Uns lutam por fazer crer que o conhecimento foi construído historicamente por indivíduos excepcionais; outros lutam por provar que o conhecimento foi construído historicamente em dadas circunstâncias objetivas e subjetivas e que é resultado do trabalho de homens e mulheres, embora alguns poucos tenham se apropriado do que foi uma construção coletiva, privatizando o conhecimento e expropriando as maiorias do direito de acesso a ele. Uns apresentam a história dos heróis individuais, outros apresentam a história dos heróis coletivos. Uns apresentam a história dos vencedores, outros tentam mostrar o outro lado da história, em que os provisoriamente vencidos acumulam forças na luta para um dia consolidar um projeto de nação includente.

Esta é a razão por que se coloca hoje no Brasil uma acirrada disputa pelo mercado escolar. Menos pelo que a escola é, mas sobretudo pelo que ela pode ser. Ela pode ser parte de um projeto de apartação, de legitimação e de opressão, como vem sendo historicamente no Brasil; embora, contraditoriamente, também possa ser um espaço de mobilização crítica dos subalternizados através da validação de seu saber e do acesso a saberes desveladores e reveladores de possibilidades até então desconhecidas, incorporando-se assim a um projeto inclusivo de sociedade. ❑

O RETORNO DO SOCIAL NA FRANÇA E A CRISE DA HEGEMONIA NEOLIBERAL

José María Gómez

Como em tantas outras partes do mundo e sob o mesmo argumento do caráter "racional e inevitável" da reforma econômica face aos imperativos de manutenção da competitividade nos mercados globalizados e da confiança dos operadores financeiros, foi a vez do governo de centro-direita de Alain Juppé lançar na França, em 15 de novembro passado, um rigoroso plano de austeridade tendente a reduzir o déficit público e a sanear as contas do sistema de seguridade social. Meios de comunicação, especialistas, políticos e mercados rapidamente celebraram a "coragem e seriedade" de um plano cujos sacrifícios se apresentaram como necessários para salvaguardar o máximo possível, entre outros objetivos, o modelo do Estado do Bem-Estar. A maioria dos franceses, porém, não concordou com a decisão. E, através de greves deflagradas por diversos setores do funcionalismo público (transporte, energia, comunicação, ensino) e manifestações em massa de rua, que contaram com amplo apoio da opinião pública, abriu-se no país, durante quase quatro semanas, o mais importante conflito social desde 1968.



NATHALIA CAVALCANTE

À primeira vista, não parece causar surpresa que este formidável movimento social tenha acontecido precisamente na França, país com uma rica tradição histórica de lutas populares. Ainda mais quando, com a evidência do fato consumado, percebe-se a incidência de vários fatores conjunturais na sua emergência. Por exemplo, a ruptura da promessa eleitoral do presidente Chirac, feita seis meses antes, de implementar uma "outra política", com manutenção do gasto social, redução do gasto fiscal e geração de emprego. Ou a estratégia de alto risco escolhida pelo primeiro ministro Juppé que, levada à frente no mais puro estilo tecnocrático de tomada de decisão, e diante de um quadro de rápida degradação dos indicadores eco-

JOSÉ MARÍA GÓMEZ – Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

nômicos e da ratificação pelo governo dos compromissos de convergência exigidos pela unificação monetária européia, sobrecarregou a agenda da reforma na simultaneidade de temas tão diversos quanto socialmente sensíveis (educação universitária, regimes especiais de aposentadoria, proteção social, impostos, transporte público); ou, ainda, pela primeira vez depois de longos anos, o melhoramento da imagem dos sindicatos e das expectativas de ações reivindicatórias entre os assalariados em geral, assim como um elevado descontentamento e determinação dos assalariados do setor público, segundo revelaram as sondagens de opinião do mês de outubro.

Mas, seja qual for o número, o peso e a visibilidade dos fatores e das condições que concorreram para o surgimento do fenômeno, o certo é que ele surpreendeu a todos, a começar pelos seus principais protagonistas. Ocorre que ninguém poderia prever um acontecimento desta natureza, dinâmica e extensão, num contexto europeu onde o discurso e a prática da "obrigação da reforma" liberal parecia ter redobrado seu fôlego e quebrado as resistências maiores que se lhe opunham. Por essa razão, torna-se uma tarefa indispensável investigar seu significado e alcance, apesar das limitações decorrentes tanto da proximidade do protesto quanto do caráter inacabado dos processos e das questões nas quais ele se insere e, por sua vez, passa a condicionar. É claro que a riqueza e a complexidade do fenômeno suscitam leituras diversas e polêmicas em função dos interesses contrapostos e dos múltiplos aspectos a considerar (que vão desde a fratura entre as elites políticas e a população, passando pelo retorno dos sindicatos e a polarização das posições entre os intelectuais de esquerda, até a redescoberta de laços de sociabilidade e solidariedade na vida cotidiana). Há, porém, segundo os próprios atores e analistas, um eixo de relações que condensa os temas mais relevantes e se constitui no separador maior das interpretações conflitantes: aquele que se estabelece entre globalização, unificação econômica e monetária européia, reformas liberais sobre o Estado do Bem-Estar e protesto social.

Ninguém poderia prever um acontecimento desta natureza, dinâmica e extensão, num contexto europeu onde o discurso e a prática da "obrigação da reforma" liberal parecia ter redobrado seu fôlego e quebrado as resistências maiores que se lhe opunham.

A greve e o grande medo do futuro incerto

No dia 7 de dezembro, na primeira página do jornal *Le Monde*, um articulista afirmava que "pela primeira vez, em um país rico, assiste-se hoje a uma greve contra a 'mundialização', a uma reação em massa contra a 'globalização' financeira e suas conseqüências", alertando que a contestação atual podia projetar-se erroneamente sobre os acordos de Maastricht, já que a construção européia era freqüentemente percebida na França como o "cavalo de Tróia", o símbolo dessa temida mundialização.[1] Nesse preciso momento, as greves no setor público tinham se transformado em um amplo movimento de contestação à política do governo Juppé e à sua negativa em negociar. Mas também já era uma evidência, para atores e observadores, que o verdadeiro motor que galvanizava reivindicações tão heterogêneas (recursos para as universidades, aposentadoria aos cinqüenta anos para os condutores de metrô, defesa do serviço público "à francesa" etc.) e que gerava a simpatia popular pelo movimento era um grande medo comum do futuro incerto, quando não sombrio, do mundo emergente: crescimento do desemprego, da exclusão e das desigualdades sociais, agravamento da crise financeira dos sistemas de proteção social, degradação do meio ambiente, incremento da concorrência econômica e comercial entre os países, guerras cruéis em território europeu, fluxos migratórios ameaçadores etc. Em outras palavras, era o medo do fim da "belle vie" – segundo a expressão da *Newsweek* – que todos os países industrializados da Europa haviam conseguido assegurar, durante os "30 gloriosos" anos (1945-1975), mediante um denso e legitimado modelo de organização e regulação sócio-econômico e social (Estado de Bem-Estar, pleno emprego, mercado de trabalho estruturado, serviços públicos desenvolvidos etc.).

Para as leituras que passaram a defender as reformas do governo (embora algumas delas criticando o modo precipitado e autocrático com que pretenderam ser implementadas), esse grande medo revelaria o caráter "arcaico", "irracional", "corporativo" e até "injusto" do movimento social. Suas bandeiras de luta, voltadas exclusivamente para o passado, teriam feito de Juppé e da Comissão Eu-

1– IZRAELEWICS, Eric. "La première révolte contre la mundialisation", IN: *Le Monde*, 7 de dezembro de 1995, p. 1.

ropéia os bodes expiatórios para esconder a manutenção de crescentes subvenções a fundo perdido das empresas públicas, assim como dos privilégios e poder corporativo de distintas categorias do funcionalismo público e dos sindicatos. Tais reivindicações teriam se alimentado durante anos da falta de sensatez e determinação política demostrada pelos governos sucessivos, de esquerda e de direita, para atacar pela raiz a insustentabilidade dos déficits nos sistemas de proteção social e a modernização das grandes empresas públicas geradores de ineficácia e desemprego. Por esse motivo, os problemas agora enfrentados referem-se mais à própria imobilidade da França que a uma suposta "ditadura" do Bundesbank e da Comissão Européia.

O poder político, por sua vez, não estaria isento de culpabilidade no desencadeamento e aprofundamento da crise social, seja por causa de sua arrogância tecnocrática, seja sobretudo pelas suas falhas gritantes no trabalho pedagógico e de comunicação, único meio capaz de fazer com que os cidadãos entrassem no "círculo da razão e do realismo". Criou-se, portanto, uma situação delicada que, no caso de persistir a enorme resistência "ideológica" do setor público com amplo apoio popular, poderia colocar em risco a entrada da França na união monetária européia e, no limite, ameaçar a própria viabilidade desta união pelo seu eventual efeito de demonstração em outros Estados-membros (temor este também externado pelas autoridades comunitárias e de outros governos europeus reunidos em Madri, na segunda semana de dezembro). Assim, os franceses estariam diante de um dilema crucial: ou decidiam assumir, no dizer de Tourraine, o "fim das ilusões" de um passado já caduco (crença no Estado gestor, na política corporativa e nos déficits fiscais incompatíveis com as exigências dos acordos de Maastricht) e atacariam o medo do futuro de um mundo inexoravelmente cada vez mais globalizado e competitivo, através de negociações sociais e rápidas mudanças institucionais que permitissem repensar novos mecanismos de solidariedade e salvar o que ainda pudesse ser salvo do Estado do Bem-Estar[2]. Ou, ao contrário, condenar-se-iam a uma situação de crise crônica que geraria decadência, instabilidade e até conseqüências opostas às desejadas pelo atual movimento, já que, embora não pudessem jamais renunciar a se integrar no espaço europeu, ao mesmo tempo não queriam também renunciar ao tipo de Estado e de gestão administrativa que tão bons resultados apresentou no período de reconstrução nacional do pós-guerra.

Através de greves deflagradas por setores do funcionalismo público e manifestações em massa de rua, que contaram com amplo apoio da opinião pública, abriu-se no país o mais importante conflito social desde 1968.

Nesse caso, como diria Kurz a partir de uma posição crítico-fatalista da modernização capitalista global, ficará evidente que esta revolta meramente defensiva, desprovida de horizonte histórico das mudanças sociais e incapaz de fixar um objetivo estratégico ofensivo, não estará somente condenada ao fracasso (embora tenha conseguido obter do governo concessões pontuais significativas), mas também a ser "a última das grandes greves de massa da história dos sindicatos"[3].

Em suma, leituras favoráveis às reformas do governo e críticas ao movimento social chegam a essas conclusões a partir de uma premissa fundamental: a insustentabilidade dos atuais mecanismos, programas e instituições do Estado do Bem-Estar nos países europeus por causa da mundialização da economia, que torna impossível integrar os mercados e ao mesmo tempo manter um gasto social *per capita* maior do que o dos competidores. Mais cedo ou mais tarde, o colapso financeiro dos sistemas de proteção social é inevitável. Como inevitável é a globalização econômica liberal em curso no último quarto de século, com suas instâncias policiadoras e dogmas religiosamente custodia-

Criou-se uma situação delicada que, no caso de persistir a enorme resistência "ideológica" do setor público com amplo apoio popular, poderia colocar em risco a entrada da França na união monetária européia.

2– TOURAINE, Alain. "El fin de las ilusiones", IN: *El Pais*, 15 de janeiro de 1996, p. 10.

3– KURZ, Robert. "Uma revolta do silêncio", IN: *Folha de São Paulo*, 14 de janeiro de 1996.

dos (do equilíbrio fiscal, entre outros), seus cada vez mais poderosos atores privados (detentores do capital global), que todos os Estados precisam e nenhum pode controlar e cuja conseqüência política maior é: a tendência à uniformização das políticas macroeconômicas entre os países e o privilégio quase exclusivo da ação dos governos em desenvolver as condições estruturais de competitividade em escala global, reduzindo déficits públicos e sociais, liberalizando mercados, reformulando serviços públicos.

A contra-reforma liberal e o medo da grande greve

A partir de premissas e conclusões completamente opostas às leituras anteriores, embora coincidindo em parte com o diagnóstico das implicações da contestação, outras interpretações caracterizam a revolta social de dezembro como a primeira repulsa coletiva dos franceses "a um modelo de sociedade baseado no economicismo, no liberalismo integral, no totalitarismo dos mercados e na tirania da mundialização"[4]. Uma repulsa que, simultaneamente, questiona o papel do poder político como mero executor e representante dos mercados internacionais, verdadeiros "senhores do mundo"; revela a debilidade de uma forma de governo democrática em que os dirigentes rompem as promessas eleitorais com absoluta impunidade; e marca o estrepitoso fracasso das próprias elites, que com um discurso de exaltação do "pensamento único" de matriz neoliberal, excluem "toda reflexão crítica a pretexto de 'modernização', de 'realismo', de 'responsabilidade', reafirmam o caráter 'inelutável' das evoluções em curso, pregam a capitulação intelectual e lançam às trevas do irracional aqueles que se recusam a aceitar que o estado natural da sociedade é o mercado"[5]. Além do mais, com relação à construção comunitária européia em vigor, ela se constitui na advertência mais séria contra o avanço de uma globalização da qual se tornaram instrumentos a Comissão de Bruxelas da União Européia e a maior parte dos governos do continente.

O "grande medo do futuro incerto", que as leituras adversárias ao movimento social logo ressaltaram para atribuir-lhe "irracionalidade", "arcaísmo" e "corporativismo", aqui é entendido em termos de razões, interesses e paixões que se recusam a aceitar uma ordem ultraliberal consagradora de um tipo de sociedade submetida às exigências exclusivas de rentabilidade do capital. Uma ordem que, sem contestação consistente, teria conseguido passar, em nome da reforma e do ajuste estrutural, uma autêntica "contra-reforma social" que ameaça o conjunto das garantias econômicas e sociais conquistadas em dura luta pelo movimento operário (proteção à velhice, alocações familiares, seguro-doença, seguro-desemprego, disposições do direito ao trabalho), assim como igualmente teria passado, em nome de um projeto europeísta construído sobre rígidos prazos e critérios de convergência definidos em Maastricht (unificação monetária em 1999, com reduções do déficit orçamentário desde 1997 até 3% do PIB e da dívida do Estado até 60%), cortes drásticos de um Estado do Bem-Estar que constitui a trama básica das instituições européias. Se os sindicatos e assalariados do setor público em greve contaram com a simpatia popular foi então porque, para além dos seus interesses particulares e do fato de que só eles possuam uma capacidade real de mobilização (o medo do desemprego dificulta enormemente que os assalariados do setor privado façam greve), houve a percepção

Não se trata de ver neste protesto uma espécie de reedição de maio de 1968, sobretudo em virtude das greves e da "revolução" no cotidiano provocadas pela paralisação dos transportes públicos e pelos apoios comunitários aos grevistas.

coletiva de que o que estava em jogo no conflito era a defesa do modelo social ameaçado e a recusa dos riscos crescentes de exclusão e de precarização.

É claro que não se trata, no afã de exaltar as virtudes e a potencialidade da revolta, de afirmar o que ela não é ou de negar suas limitações e fragilidades. Em termos de projeto alternativo ao dominante e de alianças políticas e sociais necessárias, estas últimas são evidentes. Há também quem pretenda identificá-la com o ressurgimento da luta de classes nos velhos moldes organizativos e de ação, como em princípio pareceria indicar a recuperação do prestígio e da capacidade mobilizadora das duas centrais operárias envolvidas, CGT e "Force Ouvrière" (que, pela primeira vez, desde a cisão por motivos ideológicos em 1947, fizeram manifestações de rua conjuntas). Mas isto seria ignorar as metamorfoses operadas nas últimas décadas na estrutura de classe

4– RAMONET, Ignacio. "L'espoir", IN: *Le Monde Diplomatique*, janeiro 1996, p. 1.

5– Ibid.

e de conflitos e no sistema político dessa sociedade e suas articulações, tanto com a crise persistente de representação da forma sindical (as grandes confederações só respondem por 8% dos assalariados, sendo que 20% no setor público), quanto com o baixíssimo perfil dos partidos de oposição de esquerda durante o conflito social de dezembro. Afinal, sem negar o peso da tradição sindical, as centrais só agiram como os porta-vozes de reivindicações e decisões tomadas diretamente pelas bases, nos lugares de trabalho. E a chamada "fratura política" entre as elites e os cidadãos também atingiu a principal força de esquerda, o Partido Socialista, pois foram seus dirigentes e intelectuais os que mais insistiram, durante a era Mitterrand (desde a virada da política econômica de 1983 até 1993), na necessidade de adaptação às "exigências históricas da nova situação" mediante o uso recorrente e legitimador da terminologia liberal (motivo pelo qual o próprio governo Juppé apresentou suas reformas como uma continuidade dos projetos da esquerda "moderna").

Por outro lado, a bandeira de luta da defesa do serviço público "à francesa" (fundado na igualdade de acesso dos usuários, na prestação de serviços de qualidade, no estabelecimento de uma média tarifária sobre o território, na função de integração social e nacional) não significa a justificativa de situações financeiras graves – com fortes suspeitas de terem sido propositadamente criadas nos últimos anos – das grandes empresas nacionais operando em setores econômicos estratégicos abertos à intensa concorrência internacional e à forte evolução tecnológica. Ou ignorar que, independentemente do conteúdo das atuais reformas e de sua contestação, a solução definitiva dos problemas de financiamento do sistema de seguridade social e do Estado do Bem-Estar em geral dizem respeito à difícil saída de uma crise societária inédita, fundamentalmente do trabalho e do emprego, que afeta a sociedade francesa. Também não significa uma oposição frontal a toda e qualquer reforma pró-européia, já que ninguém pensa seriamente – a não ser os bolsões ultranacionalistas à direita e à esquerda – em qualquer saída sócio-econômica fora do espaço europeu (para não falar que, no contexto da União Européia, as próprias reformas do governo Juppé são visualizadas como muito pouco ortodoxas em matéria de neoliberalismo).

Não há, portanto, nada de "irracional" e "arcaico" numa revolta dirigida contra reformas injustas e desigualmente distribuídas, que visam diretamente o Estado do Bem-Estar e que são associadas à construção de uma Europa liberal.

Finalmente, não se trata de ver neste protesto uma espécie de reedição de maio de 1968, sobretudo em virtude das greves e da "revolução" no cotidiano provocadas pela paralisação dos transportes públicos e pelos apoios comunitários aos grevistas, que atualizaram laços de sociabilidade e solidariedade considerados quase perdidos nas sociedades pós-industriais. As diferenças são óbvias na amplitude da greve, no ímpeto ideológico de transformação do futuro, no alcance da revolução cultural de costumes e valores nos mais variados âmbitos da vida social. E, se existe uma analogia forte entre os dois acontecimentos, ela talvez se encontre no fato de ambos expressarem, em contextos totalmente distintos, um mal-estar profundo na sociedade e um rotundo "não" ao despotismo ilustrado dos governantes de turno.

Razões e significados da revolta

Do ponto de vista destas interpretações, não há, portanto, nada de "irracional" e "arcaico" numa revolta dirigida contra reformas injustas e desigualmente distribuídas, que visam diretamente o Estado do Bem-Estar e que são associadas à construção de uma Europa liberal. De fato, a partir dos anos 80, governos sucessivos na França vêm requerendo sacrifícios em nome dos rigores orçamentários, de uma política monetária fundada no alinhamento do franco sobre o marco (que implica elevadas taxas de juro e crescimento em baixa), do desemprego, da competitividade e dos compromissos europeus, sem contrapartidas nem resultados sociais positivos. Por um lado, não cessa de aumentar o desemprego e a exclusão de todo tipo (3 milhões de desempregados, 2 milhões de trabalhadores precários e 6 milhões de pauperizados, 50% dos quais sobrevivendo abaixo do limite de pobreza absoluta). Por outro, continua a corrida desenfreada à rentabilidade do capital e à competitividade em benefício de uma minoria – essa sim, privilegiada – que, além de deter uma parte exorbitante do patrimônio e da renda nacional (20% dos franceses possuem 69% do patrimônio e 44% da renda), enriquece-se abusivamente com a especulação financeira e imobiliária em curso.

Assim, depois de 12 anos de estagnação ou queda do poder de compra, congelamento salarial,

aumento dos impostos ou contribuições, deterioração das condições e aumento das cargas do trabalho, multiplicação de empregos precários etc., parece mais do que "racional" que tenha se chegado a um ponto de saturação com as atuais reformas. Até porque o esforço de financiamento das mesmas (a contribuição de 0,5% sobre todas as rendas para reembolsar a dívida social, o aumento do seguro saúde para os aposentados e desempregados, a realocação do fundo de solidariedade à velhice e a limitação de diferentes prestações) recairá em 3/4 partes nas famílias, 4% nas empresas e 1,5% nos rendimentos financeiros[6]. E, sobretudo, porque seu objetivo estratégico consiste, tal como o de outras reformas desse tipo já feitas na Europa – Reino Unido, Alemanha, Itália –, em limitar a solidariedade social ao mínimo e oferecer o resto ao setor privado. Esse "resto" está constituído pelas empresas e serviços públicos e pelo sistema de seguridade social que desempenham – segundo os cânones da globalização liberal – um papel duplamente negativo: em primeiro lugar, vários domínios de atividades representam uma gigantesca perda de rentabilidade para os capitais privados (transporte, energia e telecomunicações, fundos de pensão, seguro-saúde etc.); e, em segundo, os direitos adquiridos e regimes especiais obstaculizam a livre circulação do capital e a competitividade das empresas (daí o ataque frontal aos estatutos específicos e estabilidade no emprego dos assalariados do setor público, concebidos como aberrantes privilégios com relação ao que deve ser a nova situação: precarização dos empregos, flexibilização dos direitos e, quando necessário, o desemprego)[7]. Ocorre, porém, que prosseguir com essa estratégia de eficácia econômica e desconstrução social terá por conseqüência inevitável não apenas o agravamento das injustiças sociais e a extensão de uma sociedade dual, mas a ruptura do pacto republicano e da coesão nacional com os quais o chamado serviço público à francesa e o sistema de seguridade social estão íntima e historicamente vinculados. É percebendo isto que os franceses lembraram às suas elites, como diz Ramonet parafraseando Camus, o velho princípio republicano de que "os cidadãos preferem a desordem à injustiça"[8].

A grande mensagem da revolta na França é que a sociedade não deve estar ausente do debate sobre a estratégia de adaptação à globalização.

Também, desde os anos 80, a Europa tem sido – nas palavras de um especialista crítico do movimento – "uma ajuda para a mundialização", isto é, uma ponta de lança da desregulamentação e da concorrência internacionalizada dos mercados e da ruptura na identificação francesa entre as noções de "serviço público", "empresas públicas" e "monopólio"[9]. É a partir dessa época, com efeito, que se constata o abandono progressivo do projeto originário de se construir uma comunidade orientada para a **modernização econômica e social** das nações-membros, onde os avanços na unificação econômica

6– Cf. Christian De Brie. "Resister à l'insécurité sociale", IN: *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1996, p. 8

7– CASSEN, Bernard. "Quand la société dit 'non'", IN: *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1996, p. 8. Ver também Paul-Marie Coûteaux: "Défense et illustration des services publics", no mesmo número do *Le Monde Diplomatique*.

8– RAMONET, Ignacio. op. cit..

9– Entrevista a Laurent Cohen-Tanugi, IN: *Le Nouvel Observateur*, 14-20 dezembro de 1995, p. 82.

não podiam desvincular-se da manutenção de um modo de vida europeu que assegurava um equilíbrio entre o mercado e a proteção social do Estado do Bem-Estar.

Já no fim dos anos 80, sob os efeitos das novas realidades econômicas e tecnológicas, da hegemonia intelectual neoliberal nas instâncias internacionais e das pressões do *establishment* financeiro, o projeto era definido essencialmente como sistema de mercados abertos e concorrenciais de capitais, bens e serviços, enquanto a política comunitária passava a orientar-se prioritariamente pela hostilidade às empresas nacionais, o incentivo às privatizações, o desmantelamento dos monopólios públicos, a diminuição da pressão fiscal e a redução do Estado do Bem-Estar. No momento do *referendum* sobre o Tratado Maastricht, parcelas importantes da população temiam que a Europa servisse de meio de alinhamento forçado da sociedade francesa ao ultraliberalismo de origem anglo-saxã dominante em escala mundial[10]. Agora, com a aplicação efetiva dos critérios de convergência para a unificação monetária, a experiência vivida é a de que se está diante da implantação crescente de um modelo de inseguridade social generalizada, bem ao gosto dos mercados financeiros.

A conseqüência parece então óbvia: se as elites persistem em construir esse tipo de Europa, que se identifica hoje com uma rígida política monetária de efeitos deflacionários e de regressão social, as revoltas contra Maastricht se intensificarão até provocar o bloqueio final. Não é por acaso que na maioria dos países da União se desenvolveram, nos dois últimos anos, numerosos conflitos e poderosos movimentos de greve em defesa do poder de compra, das condições de trabalho, do emprego e dos serviços públicos e que os assalariados e sindicatos europeus tenham prestado homenagem e acompanhado com tanta atenção os acontecimentos de dezembro na França[11]. Acontece que, para além das especificidades de cada situação nacional, eles se enfrentam com problemas comuns levantados pela globalização econômica e pela integração regional no espírito de Maastricht e se reconhecem em uma mesma aspiração: a invenção de outra política econômica que abandone os dogmas do "pensamento único", revise as modalidades em vigor da marcha para a moeda única e retome o sentido social originário do projeto de comunidade européia.

Se as elites persistem em construir esse tipo de Europa, que se identifica hoje com uma rígida política monetária de efeitos deflacionários e de regressão social, as revoltas contra Maastricht se intensificarão até provocar o bloqueio final.

Afinal, a grande mensagem da revolta na França é que a sociedade não deve estar ausente do debate sobre a estratégia de adaptação à globalização; que a globalização sob hegemonia do capital financeiro e produtivo internacional precisa ser submetida a certas regras instituídas através de uma ação intergovernamental, pois, caso contrário, as desigualdades e a exclusão se tornarão ainda mais insuportáveis. Essa nova capacidade de regulação não surgirá espontaneamente, mas como resultado de grandes lutas internas, cuja eficácia dependerá de sua ampliação para o espaço europeu e, se possível, mundial. Até hoje as elites pensam e agem obsessivamente em função da globalização, enquanto que as populações ficam dramaticamente envolvidas pelos problemas de integração e coesão no espaço nacional. Talvez a nova relação de forças criada no outono francês provoque o início da inversão desses termos e o internacionalismo recupere suas velhas raízes e invente novas formas de cooperação e luta (como embrionariamente parecera expressar a Confederação Européia dos Sindicatos) em face de uma globalização que se apresenta nos discursos oficiais, em todas partes do mundo, tão inelutável e onipotente que, contra ela não haveria alternativas e fora dela não haveria salvação.

Depois de tudo, o fim da ilusão neoliberal já começou, como o prova este e tantos outros acontecimentos que ultimamente irromperam em países diferentes (desde a crise econômica no México até o triunfo eleitoral dos comunistas na Polônia, Hungria, Bulgária, Lituânia e sua vitória parcial na Rússia e Ucrânia). Está na hora, pois, de a política – que não se esgota na gestão dos assuntos comuns – abrir-se para utopias e projetos sociais em sintonia com os novos desafios, libertar-se da colonização atual da economia e fazer lembrar que, em democracias para valer, a política econômica deve sempre estar orientada a ganhar antes a credibilidade dos cidadãos que a dos mercados. ❑

10– JOFFRIN, Laurent. "Le spectre de Maastricht", IN: *Le Nouvel Observateur*, 7-13 de dezembro de 1995, p.70.

11– Ver VIDAL, Dominique. "Le vent s'est levé"; e ROSS, George. "Noblesse et misères du syndicalisme", IN: *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1996.

MISÉRIAS E GRANDEZAS DE NOSSA ÉPOCA. SEU IMPACTO NA SUBJETIVIDADE MODERNA.

Graciela Quintana de Gómez

Nostalgia daqueles tempos em que nascíamos já prontos, aliviados da angústia "suplementar" que supõe a necessidade de ter que construir sua própria identidade? Desafio fruto de um novo tipo de criatividade que emerge dizendo que cada um tem o direito, senão o dever, de ser o autor de sua própria ficção?

A luta pela autocriação que a sociedade moderna impõe como fonte de um sentimento de existência a ser conquistado num mundo em que os laços tradicionais se quebram pode ser interpretada de diversas maneiras. Como fonte de sofrimento e angústia; ou como fonte de um sentimento de autenticidade, autonomia e responsabilidade; ou como produto de um espírito egoísta e narcisista que só tem energia para investir em sua própria obra ou como fruto de uma coragem especial que não se detém diante de um vazio a ser esculpido com mãos e palavras próprias, órfãos dos valores que antes decidiam nosso destino e guiavam nossa conduta; Mais ou menos pessimistas ou otimistas, alguns autores que pensam nossa época se interrogam sobre as mesmas questões:

1) os efeitos de uma civilização tecnológica, que seduz com a idéia da possibilidade de controlar nosso meio e de satisfazer nosso apetite de poder, ao mesmo tempo que ameaça com o risco de nos tornar cada vez mais divididos, mais separados de nós mesmos, dos outros e da natureza;

2) os perigos de um espírito individualista, que quando não consegue compreender o verdadeiro sentido do conceito de autenticidade como ideal que não exclui exigências morais que transcendem o ego, cai, inevitavelmente, num interesse puramente egoísta e narcisista;

3) a importância dada atualmente à necessidade do reconhecimento para a construção da própria identidade, que se por um lado nos torna conscientes de nosso caráter fundamentalmente social – o eu supõe o outro –, por outro lado, pode levar a uma busca desenfreada de um tipo de reconhecimento que só olha para o poder e o prestígio;

4) o modo como a instrumentalização do outro, tão comum em nossa sociedade, transforma as relações humanas atingindo sentimentos correspondentes à esfera pública ou privada tais como justiça, solidariedade, amor, amizade;

5) as conseqüências do atomismo social em âmbito político, dado que a fragmentação que caracteriza a sociedade moderna dificulta qualquer projeto ou ação coletiva, ao mesmo tempo que estimula, com seu individualismo exacerbado, um sentimento de impotência que leva a considerar qualquer iniciativa como pura perda de tempo;

6) a ênfase colocada atualmente na idéia de insatisfação constitutiva do sujeito e as dificuldades para lidar com esse desejo sempre insatisfeito num mundo que estimula, com suas promessas e propagandas de felicidade eterna, um poder adquirido fundamentalmente através do consumo, do dinheiro e da beleza;

7) o desafio e angústia que impõem a necessidade de compreender uma juventude ameaçada por todos lados que, ao mesmo tempo que espanta pela falta de horizontes e projetos com seu modo de atuar e de ser, interpela e nos obriga a pensar que não somos donos de nenhuma verdade, que algo novo pode ser construído e emergir não só através dos livros mas também de imagens, do corpo, de um modo diferente de ser e de sentir o mundo.

O laço e a interdependência entre estas questões é evidente. Por isso resulta difícil refletir sobre uma delas sem se referir às outras. De todo modo, não é meu propósito neste artigo analisá-las detalhadamente mas insistir na idéia de que a sociedade moderna se caracteriza tanto por suas misérias como por suas grandezas, o que nos leva a pensar, com Taylor, que se o melhor não está assegurado, o pior não é inevitável[1]. De que modo? É o que na continuação refletimos inspirando-nos fundamentalmente no pensamento deste autor que defende a seguinte hipótese: a ética da autenticidade e rea-

GRACIELA QUINTANA DE GÓMEZ – Psicanalista e mestre em Psicologia (PUC/RJ).

lização de si, núcleo fundamental do individualismo, é incompatível com a cultura do egoísmo possessivo e da instrumentalização do outro.

Individualismo: conquista ou signo da decadência da sociedade moderna?

Se para alguns o individualismo é o fruto de uma conquista, que merece ser preservada porque abre um leque de possibilidades e liberdades que nossos antepassados não tinham (escolher meu modo de vida e agir guiado por minhas próprias convicções), para outros, é visto como signo de decadência. A falta de uma ordem cósmica, de uma estrutura sagrada e de uma hierarquia social a serem respeitadas teriam provocado, dizem os detratores do individualismo, um desencantamento caracterizado pela perda de valores e paixões, do sentido do ideal e da dimensão heróica da vida: algo pelo qual valeria a pena viver e morrer. Tanta perda empobrece a vida e favorece uma cultura eminentemente narcísica e permissiva porque ao se fecharem desmedidamente em si mesmas e na construção estética, mais que ética, de suas próprias personagens, as pessoas abandonam suas preocupações com os outros e com a sociedade. Mais que a preocupação com seus deveres, o indivíduo de hoje se preocupa por acumular direitos que incumbem a sua própria pessoa: direito a mentir exagerada e impunemente, a criticar sem compromissos nem responsabilidade, a ser indiferente com o sofrimento alheio porque o tempo é curto e vale "ouro" (valor que parece ser, hoje, mais importante que o amor e a amizade).

Ao privilegiar a necessidade de máxima eficácia e produtividade como critério fundamental para o crescimento individual e o êxito social, a sociedade industrial, que faz do espírito empresarial o principal valor a ser alimentado e perseguido como fonte de sucesso, estimula o espírito de competição, a falta de solidariedade e a instrumentalização do outro que se vê transformado em simples meio para obter nossos objetivos. Fulano me interessa só na medida em que posso obter algo dele; algo, logicamente, que seja rentável e que possa ser medido em termos de custos e benefícios ou de qualquer outro tipo de poder. Se é verdade que a vida humana adquire um valor cada vez mais monetário, e que este é um aspecto da vida moderna que deve ser pensado com seriedade para poder ser combatido também é verdade que a busca de poder estimulada pelo espírito individualista não se limita ao dinheiro e aos bens que com ele podemos comprar. Muitos outros tipos de poderes deveriam ser denunciados e eliminados se quisermos realmente construir um ideal moral de autenticidade que, como diz Taylor, não exclua a preocupação com o outro e seja capaz de transcender para além dos limites do ego.

Ao privilegiar a necessidade de máxima eficácia e produtividade como critério fundamental para o crescimento individual e o êxito social, a sociedade industrial estimula o espírito de competição, a falta de solidariedade e a instrumentalização do outro.

Vejamos, então, em que consiste esse ideal que nos permitirá ver com melhores olhos as transformações impostas pela sociedade de atual para sermos menos melancólicos e pessimistas e aceitarmos que a cultura moderna seja fonte de sofrimento e angústia mas também de prazeres antes desconhecidos. Que se ela tem algo de muito perigoso e superficial, também tem muito de grandeza que ampliará na medida em que sejamos capazes de fazê-la crescer através do diálogo, do debate institucional, da reflexão solitária e de um sentimento ético que, sem excluir a estética, não aceite reduzir-se a ela. Considero importante destacar esta idéia porque acredito que a tendência atual (principalmente num país como o Brasil onde ao mesmo tempo que cresce a miséria e a violência, aumentam os carros e os telefones celulares) é o descrédito e o desânimo daqueles que, no fundo, não se entregam e, mesmo em silêncio, continuam lutando e trabalhando por algo melhor. Algo em que se possa acreditar.

A autenticidade como valor moral

"A autenticidade é um ideal moral." Acho imprescindível compreender o verdadeiro sentido e alcance desta frase de Taylor. Frase-impulso ou pulsão de vida, que, sem excluir a idéia de conflito e tensão como constitutiva do humano (e, portanto, de toda sociedade), permite unir, construir mundos imaginários cada vez mais amplos onde possam conviver ética e estética, autocriação e solidariedade, prazeres e deveres, realização de si e respeito ao outro, autonomia e dependência, sensibilidade e razão. Onde a criativi-

1- TAYLOR, Ch. *Le malaise de la Modernité*, Paris, Les éditions du Cerf, 1994.

dade não privilegie e valorize só a linguagem verbal ou escrita, mas deixe também lugar a outras formas de expressão que cada vez aparecem com mais força num mundo marcado por novos ritmos que não são necessariamente piores, mais superficiais, fúteis ou alienados que a escrita ou a fala. As palavras "tensão", "conflito", "necessidade de uma luta permanente, complexa e multiforme", "ideal", "paixão", "sentido", quando não são explicitadas diretamente, se adivinham nas entrelinhas do texto de Taylor. Acho que sem elas é impossível viver.

Não se trata de cair numa condenação sem saída ou num elogio cego da cultura moderna. Trata-se de compreender o ideal contemporâneo de autenticidade, que não significa pura expansão pessoal e exclusão dos grandes problemas que transcendem o ego; nem aceitação de um relativismo fácil onde cada um possui seus próprios valores e não se aceita discussão: sou sincero comigo mesmo, busco minha própria expansão e realização com critérios e valores que só dependem de mim, que só eu determino. Falar em termos de ideal significa falar em termos de luta, de um sentido que, embora não corresponda plenamente à realidade, pode ser construído tanto social como individualmente.

Taylor aceita muitas das críticas feitas à sociedade moderna e as reconhece como exatas numa cultura superficial e fútil que privilegia fundamentalmente a expansão de si. Mas critica o tom de desprezo com que A. Bloom[2] descreve nossa cultura (os jovens, segundo Bloom, perderam qualquer tipo de heroísmo, passando a se preocupar só por suas carreiras e por suas relações sentimentais) e considera que, por mais degradada, travestida ou camuflada que seja, uma força moral se perfila por trás da busca de realização de si. Uma força moral cuja forma moderna é a sinceridade, a veracidade diante de si mesmo, uma autenticidade que evoca a imagem de uma existência melhor e mais elevada, "onde 'melhor' e 'mais elevada' não se definem em função de nossos desejos e de nossas necessidades, mas em relação a um ideal ao qual devemos aspirar". Não se trata somente de embarcar na paixão da aventura individual, de descobrir quem nós somos e para que servimos. Trata-se, também, de poder transcender os limites do ego; isto é, de não rejeitar o passado, os deveres como cidadão, as exigências de solidari-

Ser sincero comigo mesmo significa permanecer fiel à minha própria originalidade e não modelar minha vida imitando modelos externos.

edade e as necessidades de nosso meio; de rechaçar qualquer concepção puramente instrumental das relações pessoais.

A possibilidade de escolha, de poder se definir de modo significativo e encontrar um sentido na vida não constituem um bem em si. Assim considerados, constituem uma deformação do ideal de autenticidade que exige uma abertura para o exterior, a capacidade de se relacionar com um horizonte de questões essenciais que não se restringem a nosso interesse pessoal.

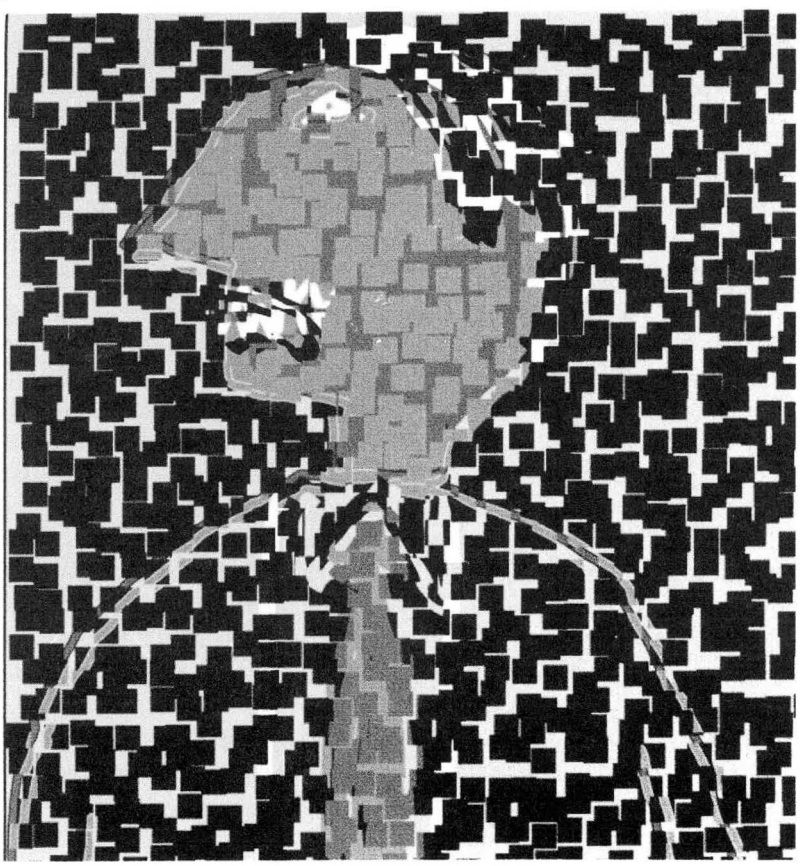
Se, por um lado, Taylor aceita que esse ideal se encontra atualmente bastante degradado, por outro lado, considera que continua sendo válido e se esforça numa luta que ajuda a melhorar nossa conduta através de uma discussão racional que possibilite uma prática conforme esse ideal. Discutir esse ideal supõe ir às suas fontes que, para Taylor, são fundamentalmente Rousseau e Herder. Nossa saúde moral se encontra no retorno a um contato autêntico e íntimo com nós mesmos, fonte de alegria e paz, de onde emerge o sentimento de existência, diz Rousseau. Cada pessoa possui sua própria medida, seu modo particular de ser humano, diz Herder. Ser sincero comigo mesmo significa permanecer fiel à minha própria originalidade (aquilo que só eu posso dizer e descobrir) e não modelar minha vida imitando modelos externos. Cada uma de nossas vozes tem algo único a dizer, diz Taylor. Esta idéia de atribuir uma significação moral à diferença entre os seres humanos é uma idéia nova, que penetra profundamente na consciência moderna, mas que não existia nas sociedades hierarquizadas do século XVIII, onde cada um adquiria sua identidade através, em grande parte, de sua própria posição social. Ao conceito de honra do antigo regime, intimamente ligado à desigualdade, pois estava reservado só a alguns poucos que nasciam privilegiados, opõe-se o conceito moderno de dignidade universalista e igualitário.

Atualmente as pessoas continuam se definindo pelo papel social desempenhado, mas não é mais a partir dele que constróem suas identidades. A novidade que traz a exigência de autenticidade e originalidade é que ela supõe um trabalho suplementar de autocriação que não decorre diretamente do papel social mas que deve ser gerado internamente através de um contato íntimo e sincero consigo mesmo. Como articular esta idéia de um trabalho "interno" de auto-

2–BLOOM, Alain. *L'âme desarmée, essai sur le déclin de la culture générale*, Paris, Ed. Julliard, 1987.

definição conquistado com esforço, criatividade e singularidade, com outra idéia na qual atualmente muito se insiste: nossa dependência do outro, isto é, nosso caráter eminentemente social? Por outras palavras, como conciliar a necessidade de ser autêntico e fiel a si mesmo com a necessidade de reconhecimento que temos enquanto ser que depende do outro para existir?

A vida ensina que o mundo não é simples, que um mesmo objeto ou pessoa pode possuir múltiplos rostos, que uma mesma idéia pode ser interpretada diferentemente.



MARTA STRAUCH

Identidade e reconhecimento

Somos, antes de mais nada, seres sociais. A psicanálise insiste na importância da dimensão intersubjetiva e ensina que desde o início, isto é, desde o nascimento, a presença de um olhar estruturante é indispensável para o nosso ingresso no mundo dos afetos e das relações. Afirma que é através desse olhar que a criança aprende a se diferenciar dos objetos e pessoas que a rodeiam, deixa de perceber o mundo como um todo indiferenciado e começa a construir um esboço de si[3]. Mas o processo não se detém aí. Somos seres incompletos e inacabados, em permanente construção, que precisamos continuamente do outro para sentir que existimos. Esta necessidade se estende ao longo de toda a vida. O outro primordial, representado num primeiro momento pela figura materna ou seu substituto, mais tarde é substituído por múltiplos outros, também indispensáveis porque é só através deles que podemos nos constituir enquanto sujeitos. "O outro é como o ar para mim (...), sua falta produz asfixia e angústia", diz Balint para enfatizar o caráter eminentemente social do ser humano[4]. Muito poderia ser dito em relação a esta idéia, mas aqui destacaremos fundamentalmente três pontos.

Em primeiro lugar, se por um lado é necessário destacar a importância do reconhecimento para a construção da identidade e aquisição do sentimento de existência, por outro lado também seus riscos devem ser denunciados: o espírito profundamente alienado, superficial e fútil que pode se esconder por trás daquele que busca (ou dá) reconhecimento. A vida ensina que o mundo não é simples, que um mesmo objeto ou pessoa pode possuir múltiplos rostos, que uma mesma idéia pode ser interpretada diferentemente. A necessidade de reconhecimento pode ser vista como signo de humildade, de aceitação de nossa incompletude e da impossibilidade de existir sem o amor do outro. Mas ela também pode ocultar o desejo de satisfazer um prazer egoísta capaz de considerar as relações pessoais como temporárias e intercambiáveis, simples instrumentos para preencher uma necessidade de prestígio e poder.

Em segundo lugar, que a dependência e a necessidade do outro não são incompatíveis com o ideal de autenticidade que deve ser conquistado através do contato íntimo consigo mesmo. Um não exclui o outro; pelo contrário, ambos se interrelacionam para demonstrar que é através da troca que posso descobrir a minha originalidade. Não só a gênese da mente humana é dialógica, mas ela continua sempre, indefinidamen-

3– LACAN, Jacques. *Escritos*, Argentina, Ed. Siglo Veintiuno, 1987.

4– BALINT, M. *Le défaut fondamental*, Paris, Ed. Payot, 1979.

te, possuindo este caráter. Nada pode ser gerado ou construído monologicamente. Até o ermitão, o místico ou o artista que se afastam do mundo são seres sociais; suas escolhas foram precedidas por um período formador em que a relação com o outro os orientou e lhes permitiu adquirir o sentimento de existência, sem o qual não teriam tido a possibilidade de assumir a escolha através da qual se autodefinem. Assim, descobrir a própria identidade não significa que ela seja construída no isolamento, mas através de um constante diálogo com os outros. Nossa identidade, a definição de quem nós somos, permanece dialógica ao longo de toda nossa vida. Por acaso a linguagem que necessitamos para nos autodefinir – que não se limita à palavra mas abrange outros modos de expressão como os gestos, a arte – não é adquirida através do contato com o outro? Também a reflexão solitária supõe uma dialogicidade interna com os outros, mesmo com aqueles que não fazendo mais parte de nosso cotidiano, continuam dentro de nós; com eles estamos sempre conversando, seja para nos libertar de sua influência, seja para nos definir através de possíveis identificações. A psique só pode existir se for socializada porque é só a partir do outro que ela pode receber uma imagem de si mesma.

Aceitar nossa incompletude e dependência do outro para construir nossa identidade, e ser autêntico, criativo, original e ter êxito nesse esforço de autodefinição e autocriação, não é suficiente. Este é o terceiro ponto que queremos destacar: que não só incompletude, mas também precariedade e conflito fazem parte da condição humana. Nada é para sempre. O processo de construção de identidade é um processo contínuo e inacabado que não pode ser visto como sinônimo de conquista definitiva. Estamos sempre querendo saber

Tal é a condição humana. Aproximamo-nos de um objetivo, conseguimos obter algo pelo qual lutamos, e um outro caminho torna-se a abrir.

mais sobre nós mesmos através do contato com os outros. O reconhecimento de outrora não é suficiente, ele não pode servir de consolo diante de uma falta de reconhecimento atual; o reconhecimento, para ser estruturante e vital, deve ser continuamente renovado.

Por que o desejo de ser autêntico e criativo pode, às vezes, fracassar? Por que algumas pessoas continuam sempre vítimas do passado e outras têm o privilégio de poder, a partir dele – de suas marcas e repetições inevitáveis –, construir algo que os satisfaz e os leva a sentir que a vida vale a pena ser vivida? Por que o reconhecimento pode, às vezes, gerar um sentimento oposto ao esperado; ou seja, produzir uma sensação de vazio ou de angústia, ao invés de reforçar nosso sentimento de existência? Qual é a relação entre reconhecimento e auto-estima? Qual é a importância do passado e da história familiar nestas questões levantadas pela problemática atual de necessidade de reconhecimento e autenticidade; e em que sentido pode-se dizer que o sofrimento do homem moderno é um sofrimento específico? Embora estas questões não sejam trabalhadas aqui, considero importante deixá-las em aberto porque dizem respeito ao caráter eminentemente conflitivo do ser humano. Penso que a psicanálise pode ajudar a avançar na tentativa de ir encontrando respostas que, sem serem muito otimistas, permitirão, sem dúvida, tornar-nos mais conscientes das possibilidades e limites do humano.

Podemos conseguir construir um ideal de autenticidade que cultive as virtudes quotidianas de preocupação pelo outro, capaz de incluir valores que transcendam o ego e diminuam a distância entre público e privado. Podemos ter a sorte de encontrar "outros significativos" que nos reconheçam e possibilitem uma autodefinição valorizante e não degradante de nós mesmos. Podemos, em alguns casos, ter o privilégio de ter acesso a uma vida criativa, da qual algum talento original possa emergir. Podemos, em outros casos, sentir que cada dia é, em grande parte, construído por nós mesmos, que podemos ser, deixando de lado o puro acaso que pode irromper em nossas vidas, os autores de nossa própria ficção. Podemos sentir-nos capazes de dar mais sentido e beleza à nossa vida através de um sentimento estético que amplia nosso universo mental. Mas, mesmo assim, estaremos insatisfeitos. Tal é a condição humana. Aproximamo-nos de um objetivo, conseguimos obter algo pelo qual lutamos, e um outro caminho torna-se a abrir. Essa insatisfação faz parte da vida. Reconhecê-la como traço constitutivo do humano e saber conviver com ela permitirá, quiçá, tornar mais produtivo esse *plus* de angústia que sente o sujeito da modernidade ao tomar consciência de sua orfandade. Utilizar esse *plus* de angústia para a construção de algo novo, tanto individual como social, pode ser um modo de diminuí-lo. Sem jamais esquecer que, como diz Todorov[5], a vida em comum – nosso único modo possível de existência – jamais dá só garantias, e no melhor dos casos, de uma frágil felicidade. ❑

5– TODOROV, Tzivetan. *La vie commune: essai d'anthropologie générale*, Paris, Ed. Seuil, 1995.

GERAÇÃO

Sistema de Informações sobre Órgãos de Fomento e Programas/Projetos de Geração de Trabalho e Renda no Brasil

O ***GERAÇÃO*** É UM BANCO DE DADOS QUE FORNECE INFORMAÇÕES SOBRE POSSIBILIDADES DE APOIO FINANCEIRO E/OU TÉCNICO A TODOS QUE TRABALHAM OU PRETENDEM TRABALHAR NESTA ÁREA, SEJAM ÓRGÃOS DE APOIO, GRUPOS OU MICROEMPREENDIMENTOS QUE BUSCAM CAPACITAÇÃO TÉCNICA, GERENCIAL OU FINANCIAMENTO PARA ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA. SÃO ABORDADAS INFORMAÇÕES SOBRE ÓRGÃOS NACIONAIS, ENTRE ELES O PODER PÚBLICO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL), ONGS, ENTIDADES LIGADAS À IGREJA, ÓRGÃOS DO SETOR PRIVADO, COMITÊS DA CIDADANIA, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS, SINDICATOS E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE FOMENTO.

O ***GERAÇÃO*** FOI CONCEBIDO COMO UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES PERMANENTE COM AMPLIAÇÕES E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS.

O ***GERAÇÃO*** É O RESULTADO DE UM TRABALHO DE PARCERIA ENTRE A FASE E O NAPP(NÚCLEO DE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E PESQUISAS), COM APOIO TÉCNICO FINANCEIRO DO SACTES (SERVIÇO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA), DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA FINEP.

Como acessar o *GERAÇÃO*?

O ***GERAÇÃO*** está disponível através da aquisição de disquetes para instalação em microcomputador ou através de consulta direta na FASE tanto por telefone quanto para pedidos de listagens impressas. No caso da aquisição de disquetes é necessário: processador 386, 25 MHz de velocidade, 4 Mbyte de RAM, espaço livre de 10 Mbyte no disco rígido e disponibilidade do Windows 3.1. Junto com os disquetes é fornecido um manual de operação.

Como mandar informações?

Contribuições para ampliação ou atualização do ***GERAÇÃO*** podem ser feitas diretamente à Fase, onde o banco é gerenciado.

Como saber mais detalhes?

A FASE e o NAPP lançaram um livro com uma análise das informações contidas no banco. Além da inserção da temática no contexto da conjuntura econômica, política e social brasileira, encontram-se no livro informações sobre a metodologia do levantamento dos dados, uma análise das principais tendências de fomento a iniciativas de geração de trabalho e renda assim como das modalidades de apoio fornecidas pelos órgãos de fomento. São abordadas, também, experiências selecionadas de programas/projetos em andamento.

Para maiores informações, entre em contato conosco!

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: 2861441/ Fax: 2861209
E-mail: fase@ax.apc.org

PRÓXIMO NÚMERO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Depois de quatro anos, chega ao fim o mandato dos atuais prefeitos. Como avaliar o desempenho dos governos municipais? Que critérios devem ser utilizados para avaliar um bom governo? Quais são os desafios dos municípios na conjuntura brasileira, tendo em vista o agravamento do desemprego e da crise social? O que podemos esperar das próximas administrações?

A partir destas questões, a revista PROPOSTA entra em campanha e discute a importância das eleições municipais de 1996. No centro do debate está a preocupação em discutir os modelos de gestão municipal que estão sendo experimentados no Brasil e em que medida estamos avançando na direção de cidades mais justas e democráticas.

Será que a gestão municipal é como se fosse coisa de síndico, ou seja, que basta um bom administrador para que tudo possa ser resolvido? Se reconhecemos a cidade como uma arena onde estão em disputa diversos interesses – econômicos, sociais e políticos –, então a resposta é não.

Afinal, o que está em jogo na arena municipal é a decisão sobre prioridades municipais, a utilização dos recursos públicos, a qualiddade de vida, o atendimento dos serviços de saúde, educação, habitação, cultura, trabalho e renda. Ao mesmo tempo, os municípios têm enfrentado problemas fiscais e orçamentários para financiar as políticas sociais. Quem são os sujeitos nesta arena? Que respostas têm sido dadas para enfrentar os graves problemas municipais? Quais são os canais instituídos de participação da população? Estas são as questões que orientam os artigos e o debate sobre o futuro das cidades brasileiras.

Entre neste debate, não anule e nem deixe em branco sua participação. Não perca o próximo número da revista PROPOSTA: Eleições Municipais, Democracia e Cidadania.

PROPOSTA Nº 69